

Um livro ao
contrário:

experiências em inclusão
pelo trabalho

Vina 



Universidade Federal
de São João del-Rei

Um livro ao
contrário:
experiências em inclusão
pelo trabalho

EDIÇÃO

Vina 

Gestão de Resíduos Sólidos
e Locação de Equipamentos
Departamento Socioambiental



Universidade Federal
de São João del-Rei

Departamento de
Ciências Econômicas

Um livro ao contrário:

O nome deste *E-book* foi retirado do poema
Que meu povo me perdoe de Tahar Ben Jelloun

Que meu povo me perdoe
(Tahar Ben Jelloun)

Tu que não sabes ler
pega meus poemas
pega meus livros

Faz deles uma fogueira para aquecer tuas solidões
que cada palavra alimente a tua brasa
que cada sopro se perpetue no céu que se abre

Tu que não sabes escrever
que teu corpo e teu sangue me contem
a história do país
fala

Seria ilusão do arco-iris
ser apenas de ti
deste corpo mutilado

**Eu lerei os livros ao contrário
para ler melhor um prado de flores sobre teu rosto**

Eu falarei a língua do campo e da terra
para entrar na multidão que se rebela

Eu desembarcarei nas feridas da tua memória
[...]

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial desta obra, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo, pesquisa ou replicação dos projetos aqui apresentados, desde que citada a fonte e seja dado o devido crédito aos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gomes, Luiz Gustavo Couto

Um livro ao contrário [livro eletrônico] :
experiências em inclusão pelo trabalho / Luiz Gustavo
Couto Gomes, Maria Gabriela Carvalho Giordani, Mucio
Tosta Gonçalves ; coordenação Cláudia Pires Lessa. --
1. ed. -- Belo Horizonte, MG : Vina Equipamentos e
Construções, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-85607-00-1

1. Direito ao trabalho 2. Força de trabalho
3. Inclusão social 4. Trabalho - Aspectos sociais
5. Trabalhadores - Condições sociais I. Giordani,
Maria Gabriela Carvalho. II. Gonçalves, Mucio Tosta.
III. Lessa, Cláudia Pires. IV. Título.

23-150719

CDD-306.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho : Aspectos sociais 306.3

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PARTE 1 - Um Olhar Teórico	8
CAPÍTULO 1 - PENSAR O TRABALHO PARA UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA	9
CAPÍTULO 2 - A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO: ASPECTOS TEÓRICOS E REFLEXÕES	30
PARTE 2 - Um Olhar sobre a Inclusão	57
CAPÍTULO 3 - FEZ DE SI O QUE SOUBE: O PROJETO ARACÊ SOB UMA LENTE ACADÊMICA	58
CAPÍTULO 4 - VULNERABILIDADE E INCLUSÃO: UMA HIPÓTESE	112
PARTE 3 - Um Olhar sobre as Experiências	121
CAPÍTULO 5 - PROJETO ARACÊ: CRIATIVIDADE E CORRESPONSABILIDADE	122
CAPÍTULO 6 - CONSTRUIR UM MAPA COM EXPERIÊNCIAS: HISTÓRIAS, INÍCIOS	131
PARTE 4 - Encerramento	150
“[...] NEM TUDO NA VIDA TEM DESFECHO”	151

Apresentação

Mucio Tosta Gonçalves

Um livro, na concretíssima definição de Haroldo de Campos¹, pode ser um bilhete, ou visagem, ou esporo, ou poro. Este livro, modestamente, procurou ser um pouco de cada e pretende, por isso, com isso e a despeito disso, se espalhar.

A ideia deste livro nasceu em 2018, quando o grupo de autores nele e por ele reunido concluiu a segunda etapa de uma pesquisa sobre um projeto empresarial de inclusão produtiva. Desde a sua concepção, intentamos escrever algo num formato que pudesse pôr em relevo a **experiência** analisada, a **análise** realizada e o **espírito** que permeou o longo processo de conhecimento e de reconhecimento que a pesquisa promoveu, desde a sua primeira fase, iniciada em 2016.

O tema do livro, a inclusão pelo emprego, aparece na literatura sob diversos nomes: inclusão produtiva; inserção laboral; inclusão profissional; inclusão pelo trabalho; inclusão pelo trabalho formal; inclusão social pelo trabalho; inclusão social no mercado de trabalho. Diversas são as fórmulas públicas para promovê-la, assim como distintos são os públicos, ainda que sejam todos eles caracterizados por alguma situação de privação, precariedade e/ou vulnerabilidade.

Raras são, porém, as experiências de empresas privadas que promovam tais estratégias. Esse é o motivo principal que nos levou a pensar e a publicar este *e-book*: ele permite jogar luz sobre ações que são pouco conhecidas e, até mesmo, mal compreendidas. Ao jogar luz sobre o Projeto Aracê de inclusão produtiva da Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos, quisemos dar a conhecer, compreender e contribuir para difundir esta experiência. Esse é o objeto e a alma do livro.

1 CAMPOS, Haroldo de. *Galáxias*. 2 ed. revista. São Paulo: Ed. 34, 2004.

Numa sociedade que aceita a máxima ortodoxa macroeconômica do pleno emprego, isto é, daquela situação na qual existe uma taxa “natural” de desemprego (o pleno emprego não significando inexistência de desemprego), discutir o uso de estratégias de emprego para inclusão é não só heterodoxia, é heresia... Por isso mesmo, este é um livro invertido: desacreditamos da ortodoxia e pensamos hereticamente sobre o tema.

Isso se traduz também no formato adotado para o livro que você, leitor, leitora, tem em mãos: ele pode ser lido em qualquer ordem, e não demanda domínio de técnicas e/ou teorias específicas. Basta pensar(-se) como alguém que vive no mundo do trabalho.

O livro foi produzido a partir de um exercício coletivo e compartilhado entre pessoas da academia, de organizações não governamentais, de governos e da empresa. Os diálogos promovidos contribuíram para ampliar tanto o conhecimento de todos e todas envolvida(o)s sobre o tema, quanto o envolvimento entre as pessoas que entrevistamos, com quem conversamos e que (nos) aprendemos a respeitar e a gostar.

Tomara, pois, que a leitura deste livro conduza você a pensar sobre tais questões, e que seja uma contribuição para a produção de transformações no e do trabalho. Parafraseando o que escreveu Carlos Drummond de Andrade, em seu poema *Mãos Dadas*, convidamos a todas e todos, na matéria do tempo presente, um presente tão grande, a não nos afastarmos, a seguirmos de mãos dadas².

2 ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



PARTE 1

Um Olhar Teórico

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PENSAR O TRABALHO PARA UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA

Mucio Tosta Gonçalves, Luiz Gustavo Couto Gomes, Maria Gabriela Giordani

Introdução

David Graeber (1961-2020), antropólogo norte americano, publicou em 2013 um artigo intitulado *On the Phenomenon of Bullshit Jobs: A Work Rant*, por meio do qual procurou discutir uma questão séria em um mundo no qual trabalhar, sob a forma de um emprego ou uma ocupação, é uma das principais formas pelas quais garantimos a nossa reprodução biológica e social, bem como nos dotamos de identidade e nos “promovemos”.

A pergunta feita por Graeber parte de uma constatação: apesar de terem sido gerados avanços tecnológicos na produção de mercadorias, muitos deles previstos desde a Grande Depressão de 1929, não se reduziu drasticamente o tempo de trabalho da maior parte das pessoas empregadas no mundo. A acreditar nas teses de economistas, administradores, sociólogos, politólogos e políticos, o incremento da tecnologia (o “progresso técnico”) deveria ter diminuído o tempo requerido de trabalho das pessoas, e não o aumentado...

Assim, por que as pessoas ainda dedicam tantas horas do seu tempo trabalhando e, o que é mais importante, trabalhando em empregos que não as fazem felizes (ou “realizadas”)? De acordo com Graeber, a tecnologia vem sendo utilizada, na verdade, para conseguir que todos trabalhemos ainda mais do que o fazíamos há quase um século...

Para ele, numa sociedade que percebe o trabalho como um fim em si mesmo, independentemente se ele produz algo de valor, as pessoas devem se perguntar se o trabalho que realizam tem algum sentido.

Essa ideia de Graeber expressa o que George Orwell (1903-1950) refletiu no livro *Down and Out in Paris and London*, que aborda a sua experiência pessoal em ambas as cidades europeias na década de 1920: “Creio que esse instinto de perpetuar o trabalho inútil é, no fundo, simples medo da plebe. Essa gentinha [...] é constituída por animais tão vis que se tornariam perigosos se tivessem lazer; é mais seguro mantê-los bastante ocupados para evitar que pensem”.

Assim se, de um lado, pode-se pensar que um grande número de tarefas realizadas na economia capitalista corresponde a empregos carentes de sentido, por outro lado, tais empregos são uma forma de manter a população pobre ocupada, sem prestar atenção ao que de fato acontece em termos da exploração.

Por que começamos com essa argumentação sobre a existência de empregos inúteis para tratar da inclusão? Uma primeira resposta seria: porque, se os empregos existentes propiciassem às pessoas empregadas que contribuíssem para a sociedade sem ser exploradas, então, não haveria necessidade de pensar a inclusão.

Uma segunda resposta, talvez menos evidente, seria: o desenvolvimento do capitalismo cria empregos que não correspondem ao trabalho, e essa é uma causa importante da alienação e da infelicidade humanas. Enquanto os empregos são as formas de explorar o trabalho (e por isso Graeber tem certa razão ao colocar o centro da sua discussão na inutilidade de muitos tipos de emprego), o trabalho não é um produto do capitalismo, sendo, antes, ação humana transformadora do sujeito e da natureza.

Por isso, ao abordarmos o tema da inclusão produtiva, temos que pensar que ela não pode ser dirigida para criar empregos inúteis, e, sim, para recuperar o sentido e o significado do trabalho como momento da existência e das realizações humanas.

Para dar conta de tal discussão, recorreremos a muitas contribuições, não necessariamente convergentes, e que se encontram nas referências ao final do capítulo. São elas, em ordem alfabética dos sobrenomes dos autores e das autoras: Alves (2000; 2008; 2011); Anderson (1995); Antunes (1995; 2009);

Arrighi (2003); Braverman (1987); Castel (1998); Clarke (1991); Dejours (1987; 2000); Druck (1999; 2011); Duarte (2014); Gounet (1999); Guimarães (2009); Guimarães e Hirata (2006); Harvey (1992); Hirata (1994); Hobsbawm (1995); Leborgne e Lipietz (1990); Lessa (2007); Linhart (2009); Marx (2004; 2013); Neves (2013); Ohno (1997); Palangana (1998); Pinto (2007); Rocha (2000); Sennett (2009); Singer (1977); Teixeira e Oliveira (1996); Womack, Ross e Jones (1992).

TRABALHO

De acordo com Marx (2004), o trabalho é o ato ontológico fundamental do ser social. Isto é, o trabalho é a atividade que faz com que o indivíduo seja sujeito essencialmente ativo, produtivo. Para o autor citado, "[...] a vida produtiva é... vida engendradora de vida" (MARX, 2004, p. 84).

O trabalho é o que torna o humano um ser social. Por isso mesmo, o trabalho é a essência que revela o caráter consciente livre dos indivíduos.

Como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo, contudo, o modo como os indivíduos efetivam a sua atividade laboral é, concomitantemente, pressuposto da sua alienação (MARX, 2004). O estatuto ontológico do trabalho e da individualidade no capitalismo implica que: "A sociedade capitalista cria as condições prévias para a existência da individualidade livre e universal, mas o faz por meio de um processo social extremamente alienante" (DUARTE, 2004, p. 239).

Isso ocorre porque no capitalismo, ainda que trabalhemos a partir de uma idealização dos nossos objetivos, o fazemos sob o controle de alguém, o capitalista, que tem por objetivo organizar a produção e a circulação (comércio) de mercadorias e dinheiro para obter lucro. Numa sociedade em que alguns são donos privados dos meios de produção, e os demais não são, tendo apenas a sua força de trabalho para vender e garantir a sobrevivência, o trabalho deixa de ser aquela condição essencial da consciência por estar submetido à sua condição de mercadoria (MARX, 2013).

Portanto, apesar de o capitalismo criar as condições para o desenvolvimento livre dos indivíduos, ele o limita ao subjugar os seres humanos à sua lógica – e ao seu poder. É nesse sentido que se pode perguntar: qual é a possibilidade de existir "liberdade" do(a) trabalhador(a) sob as condições capitalistas de trabalho?

1. O mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo (o nosso)

A organização do trabalho é um dos elementos fundamentais da produção de mercadorias no capitalismo. Dita dessa forma, a frase parece ser ao mesmo tempo óbvia e não muito clara. Considerando que o mercado, conforme as teorias econômicas favoráveis ao capitalismo afirmam, se organiza tendo por base as “leis” da demanda e da oferta, então organizar o trabalho parece não ser um elemento da produção. Na verdade, segundo tais teorias e seus seguidores, a organização do trabalho poderia ser considerada uma forma de disposição do trabalho ofertado pelos indivíduos para atender a uma demanda dos empresários.

Assim, para o que podemos denominar de visão econômica dominante, favorável ao capitalismo, a organização do trabalho é uma consequência da forma como trabalhadores e empresários se situam no “jogo das leis” do mercado, tendo em vista atender os consumidores, os verdadeiros soberanos da economia...

Do nosso ponto de vista, porém, a questão é um pouco mais complexa – ou, ao menos, mais do que supõe quem defende o capitalismo.

Em primeiro lugar, porque a demanda e a oferta de trabalho são feitas em um tipo de mercado no qual existem milhares (ou, até mesmo, milhões) de ofertadores de trabalho contra poucos compradores (dezenas, centenas?) dessa mercadoria. Mesmo se considerarmos os estabelecimentos de pequena dimensão, cada um deles empregando poucas pessoas trabalhadoras, o número deles é muito inferior ao dessas pessoas, o que dá um poder enorme para quem contrata diante de quem quer ser contratado. Adicionalmente, nesse caso, nem mesmo pode-se dizer que os empregos são gerados necessariamente em um mercado – pensemos, por exemplo, no emprego de familiares ou no trabalho de quem é proprietário do estabelecimento.

Em segundo lugar, e essa é uma distinção fundamental em relação às teorias dominantes na economia, o trabalho é uma mercadoria. O que trabalhadores e trabalhadoras possuem é uma capacidade para trabalhar, uma força de trabalho. E é isso o que vendem. E o fazem para poder obter as condições para sua subsistência ou sua reprodução como indivíduos e membros da sociedade.

Portanto, se existe um mercado de trabalho, ele não é regido exclusivamente por “leis” que determinam que quem vende a sua força de trabalho tem controle sobre o que oferta, e que quem compra trabalho o faz segundo a lógica da demanda pelos produtos que ofertará a partir da combinação desse trabalho comprado e de outros fatores de produção.

O cruzamento entre as ações de oferta e de demanda nesse mercado não obedece a leis naturais. É um processo de construção social, multifacetado, e que não se explica pelo seu fim, que é a existência de pessoas empregadas sob o comando e o controle de empregadores.

Como uma mercadoria, a força de trabalho é vendida segundo condições que têm a ver com a sua utilidade e o seu valor de troca. A sua utilidade é, como a de muitas outras mercadorias, única: não se produz sem trabalho - nem quando o trabalhador é dispensado e substituído por máquinas; nesse caso, alguém produziu e manterá as máquinas que substituem os trabalhadores... O seu valor de troca, porém, é distinto do de todas as demais mercadorias: a força de trabalho é vendida por um valor inferior ao que ela permite produzir para o capitalista.

Noutros termos: o capitalista compra força de trabalho e paga por ela a quem trabalha (e a vende) menos do que o que ela gera de valor para este capitalista. Assim, para que a força de trabalho seja utilizada e produza a maior quantidade de valor não pago para o capitalista, é importante organizar o trabalho.

Em parte, isso se relaciona com a ideia de divisão social do trabalho. No capitalismo, no entanto, sobretudo a partir do início do século XX, quando os trabalhadores se organizaram de forma mais eficaz contra as péssimas condições de vida e quando as formas econômicas artesanais foram substituídas pela grande indústria para atender a um consumo (sobretudo nos espaços urbanos) em crescimento vertiginoso, a divisão social do trabalho assumiu uma feição mais organizada do ponto de vista do máximo aproveitamento da força de trabalho: a linha de montagem e a organização científica do trabalho geraram um novo modelo de produção, conhecido pelos nomes “taylorismo” e “fordismo”.

TAYLORISMO, FORDISMO, TOYOTISMO

O modelo taylorista/fordista representa, primeiramente, uma forma de produção em larga escala de produtos padronizados, para mercados e consumidores em massa, realizada principalmente por corporações empresariais verticalizadas. Em segundo lugar, organiza a produção em linhas de montagem, combinando mecanização intensiva com o controle de tempos e de movimentos, exercidos por trabalhadores especializados distribuídos em muitos níveis hierárquicos. Em terceiro lugar, baseia-se na geração de certa estabilidade nas relações de trabalho – por meio de legislação protecionista, que adota a convenção coletiva do trabalho, herdada de relações corporativistas (desenvolvidas por formas corporativas de organização das relações entre empresários, trabalhadores e o Estado), e da adoção do Estado de Bem-estar Social. Concomitantemente, em quarto lugar, supõe a participação ativa do Estado na regulação econômica e social, em conjunto com os empresários e trabalhadores (ou da sociedade civil). Uma quinta dimensão do taylorismo/fordismo é o “dualismo” da estrutura dos mercados, divididos entre as grandes corporações e as pequenas empresas (as fornecedoras e as de serviços).

Para Alves (2008), o taylorismo, o fordismo e o toyotismo buscam utilizar a matéria viva e o trabalho vivo cientificamente, visando ao “[...] controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista” (grifo do original). O toyotismo exerce, por sua vez, um novo tipo de controle sobre o elemento subjetivo da produção capitalista.

Para o autor citado, o toyotismo “[...] coloca, deste modo, a necessidade da constituição de um intenso nexos psicofísico, a unidade orgânica entre ação e pensamento no local de trabalho, como uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital” (ALVES, 2008, p. 114).

O resultado do desenvolvimento capitalista a partir da vigência do taylorismo e do fordismo foi a chamada “Era de Ouro” do capitalismo. Durante esse período, o capitalismo passou por um processo de internacionalização dos mercados, com alterações profundas nas estruturas produtivas, nas relações técnicas e sociais de produção e nos padrões organizacionais e locacionais. Tais transformações geraram novas formas de concorrência entre firmas.

Do ponto de vista, no entanto, dos(as) que vivem de vender sua força de trabalho, esse modelo não produziu benefícios duradouros, mesmo que tenha produzido alguma estabilidade nas relações contratuais. Assim, em alguns países e em alguns ramos da economia (automobilístico e químico, por exemplo), tornou-se possível negociar salários em condições vantajosas, tendo em vista o crescimento estável da demanda e os investimentos em tecnologia e na produção em massa.

Nos demais países, como nos denominados “em desenvolvimento”, e em ramos da produção considerados “atrasados” ou tradicionais (têxtil e bebidas, por exemplo), as regras que permitiriam alguma garantia de emprego foram e vêm sendo afrouxadas, quando não, eliminadas. Na verdade, o taylorismo e o fordismo combinam fluência e pobreza.

Essa combinação contraditória decorre do fato de que o fordismo desenvolveu-se tendo por base, ao menos na Europa, a formulação e a implantação de políticas econômicas e de práticas empresariais privadas, que garantiram a facilitação do acesso aos bens e serviços sociais (o assim chamado Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*, em inglês). Simultaneamente, provocaram mudanças no que concerne ao padrão de reprodução do capital.

Na década de 1960, o modelo taylorista/fordista começou a entrar em crise, a qual se manifestou na retração do consumo e na elevação do desemprego. Como o crescimento econômico obtido a partir desse modelo estava em simbiose com a intervenção estatal promotora do bem-estar social, quando ele declinou, começaram a desmoronar as políticas que criaram e sustentaram o *status* socioeconômico dos cidadãos. A crise, então, não foi provocada pelas políticas do *Welfare State* ou pela fluência de parte da classe trabalhadora. O mais acertado é pensar em outro sentido: a crise é que gerou as perdas do bem-estar social e dos ganhos da classe trabalhadora.

Pode-se pensar em dois grandes conjuntos de questões que estão associadas a essa crise do modelo de produção e do emprego, ao menos da forma como este foi praticado desde o início do século XX. É importante afirmar, porém, que os desequilíbrios gerados pela inversão do crescimento econômico não significaram a morte do taylorismo e do fordismo.

Quanto às referidas questões, em primeiro lugar, deve-se pensar que a crise do taylorismo e do fordismo se abateu sobre quem trabalhava e, portanto, estava à margem das decisões sobre o processo produtivo, dada a sua condição de “objeto”, alienado e despersonalizado. Como consequência, o trabalho tornou-se ainda mais desvinculado de uma suposta liberdade individual de escolher – a profissão, o emprego, a carreira.

O mercado de trabalho não funcionou como esperavam economistas das teorias dominantes: além da queda na demanda por trabalhadores, houve um aumento da pressão sobre os “resultados” daqueles e daquelas que permaneceram com um emprego.

O emprego, que era a forma de inserção dos vendedores de força de trabalho no mundo do consumo, tornou-se cada vez menos estável, com salários menores e submetidos a um gerenciamento que não promovia a identidade individual e social. Viver do trabalho passou a significar ser “privilegiado” (por ter emprego ou profissão empregável) ou “pária” (por possuir características identitárias de gênero, raça, nacionalidade etc. que impedem de ter um emprego ou, mesmo, uma profissão).

Ademais, se o trabalho garante a sobrevivência e pode contribuir para estruturar as identidades individuais, essa última dimensão depende da forma como as organizações capitalistas valorizam e reconhecem os sentidos das atividades laborais dos trabalhadores e das trabalhadoras, bem como da extensão que o fazem. O “valor” do trabalho depende, também, do reconhecimento social, para além da organização. Portanto, na ausência dessa valorização e desse reconhecimento, o trabalho pode ser fonte de sofrimento.

A sobrecarga de trabalho elevada, as pressões por aumento de produtividade, permitidas pela mecanização e “robotização” de tarefas, e as restrições à liberdade para tomar decisões e ao direito de expressão tornam inevitável o sofrimento de quem trabalha.

O lugar do trabalho, assim, tornou-se um “não lugar” para uma vida digna.

Nesse sentido, e recuperando a ideia de Graeber (2013), pode-se dizer que o maior problema da sociedade baseada no trabalho não é tanto que trabalhadores e trabalhadoras reconheçam como inúteis e sem valor social as atividades laborais que realizam e nas quais estão empregados e empregadas. Apesar de ser plausível pensar que o trabalho assalariado, percebido como inútil, possa de fato ser associado a um “mal-estar”, uma questão central da inserção de quem vende sua força de trabalho é a alienação – a qual torna as relações de trabalho empobrecedoras e os ambientes de trabalho tóxicos, do ponto de vista humano.

Portanto, existe um mal-estar no trabalho – que é, como construiu Freud, um efeito de uma civilização repressiva – e um mal-estar do trabalho, decorrente do fato de que quem trabalha não controla os meios de produção e nem o poder político que permite que tais meios sejam propriedade privada.

Clique na imagem para ver o vídeo

"EU DORMIA NA HORA QUE DAVA..."

Uma segunda questão que deve ser pensada sobre a crise, retomando a ordem da discussão proposta, é que a relativa melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, em alguns lugares do mundo capitalista, teve por fundamento a promoção de uma condição cidadã no contexto do *Welfare State*. Tal condição, contudo, não foi fundada em uma participação direta dos trabalhadores e das trabalhadoras nos processos decisórios governamentais. No máximo, onde isso ocorreu, produziu-se uma democracia formal, delegativa, como resultado das opções dos partidos representantes da classe trabalhadora, após as experiências revolucionárias europeias até a primeira metade do século XX. De acordo com tal opção, foi fortalecida a via da eleição de representantes “trabalhistas”, tida como condição suficiente para transformar o capitalismo.

Somando as duas questões, pode-se pensar que no capitalismo em crise no pós-Segunda Guerra Mundial nem a liberdade e nem a construção de um espaço de democracia direta de quem vive do trabalho prevaleciam. E isso, sim, é que pode ser associado à desorganização do mercado de trabalho e da competição entre as empresas capitalistas.

Desorganização, aliás, que foi acentuada em razão direta do incremento do ideário neoliberal e sua defesa da limitação do Estado, da eliminação de qualquer forma de igualdade social e do império do mercado...

A crise do modelo taylorista e fordista, adicionalmente, decorreu das condições da própria estrutura competitiva entre as empresas capitalistas tayloristas e fordistas: processos produtivos que “economizavam” empregos e salários, mas que eram rígidos e dependiam de trabalhadores com especializações; estratégias empresariais e no campo político de combate à organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras, o que eliminou as condições que mantinham a capacidade popular de consumo; instabilidade macroeconômica decorrente de crises cambiais, da elevação das taxas de juros, da inflação e do desemprego, condições que caracterizaram as economias capitalistas no início dos anos 1970 e levaram à adoção de políticas fiscais e monetárias pautadas na ideia de austeridade.

Por outro lado, ante a rigidez da organização do trabalho e a submissão do trabalho à lógica da competição intercapitalista, diversas organizações sociais constituíram movimentos que culminaram no “Maio de 1968”. Estudantes, trabalhadoras, trabalhadores e quem estava fora do emprego manifestaram suas insatisfações em relação à opressão hierárquica, à desumanização tecnocrática do mundo, à cultura do consumo – enfim, à unidimensionalidade da vida sob o capitalismo.

Contou como combustível para esses movimentos, adicionalmente, a incapacidade do *Welfare State* de cumprir com as promessas que produziram a Era de Ouro, anteriormente mencionada.

Assim, como consequência, após a Segunda Guerra Mundial, o taylorismo e o fordismo foram sendo substituídos por outro modelo, denominado toyotismo (ou pós-fordista). Sob esse novo modelo, toyotista, vêm sendo impostas novas formas de organização dos processos de trabalho com base em novas formas de gestão e de controle da produção, denominadas de acumulação flexível.

Os mercados e os processos de trabalho, os mercados das demais mercadorias e os padrões de consumo tornaram-se flexíveis na medida em que novos mercados, novos ramos de produção e novas formas de fornecimento de serviços financeiros foram sendo edificados de forma intensa, a partir de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais.

A nova estrutura produtiva caracteriza-se pela desregulamentação da movimentação do capital no plano internacional, especialmente do capital financeiro e pela transformação das relações entre tecnologia e emprego. Nesse caso, pela flexibilização do processo produtivo e pela deterioração das condições de trabalho com base na eliminação (ou “enxugamento”) de unidades produtivas e pela subcontratação.



A acumulação flexível e a flexibilização da produção e do emprego significam, ademais, a heterogeneização, a complexificação e a fragmentação do mundo do trabalho.

A flexibilização do processo produtivo por parte das organizações empresariais modificou, ampliou e sofisticou a exploração da força de trabalho com base nas estratégias de exigência de maior qualificação e multifuncionalidade dos trabalhadores e das trabalhadoras e de introdução de mecanismos de “participação” e de busca de “maior realização” no local do trabalho.

Na verdade, o que tais estratégias buscam controlar, especialmente, é o uso da inteligência, da iniciativa e da capacidade organizacional de quem trabalha para a produção de mais valor, especialmente pelo aumento do número de horas extras realizadas e pelo emprego em tempo parcial, temporário e realizado a partir de casa (*home office*). A gestão do trabalho e do emprego passaram, assim, a valorizar as competências sobre as qualificações profissionais, transferindo para os indivíduos a responsabilidade pela sua inserção profissional no mercado de trabalho.

O trabalhador deve ser, doravante: polivalente; ágil; capaz de integrar equipe(s) e participar da fabricação integrada de um produto (junto com outras equipes); aberto a mudanças; capaz de assumir riscos continuamente; e ser flexível em relação às exigências estabelecidas na ocupação e no trabalho. Como contrapartida de tais características, as empresas capitalistas oferecem redução ou crescimento lento dos salários reais e pressão sobre as organizações governamentais e as de representação sindical para impedir a concessão de benefícios extrassalariais, em especial os da seguridade social e aposentadoria e da assistência social.

Simultaneamente, cresceu uma forma de desemprego que é estrutural e de longo prazo. Ou seja, o toyotismo contribui para que o mercado de trabalho se torne mais heterogêneo, com um pequeno grupo de trabalhadores “ultraqualificados” no topo e um exército de subempregados, desempregados e não empregáveis na base - ampla e crescente, envolvendo um “excedente” permanente de pessoas.

Do ponto de vista das organizações empresariais, especialmente das corporações, o toyotismo possibilitou a apropriação de ganhos de produtividade por meio de

estratégias de otimização do tempo de trabalho e da maior intensificação do seu ritmo. Assim, criou as condições para o aumento dos lucros ou, ao menos, a redução do seu ritmo de decrescimento no contexto de crise.

Nesse universo, a precarização vem avançando a passos largos.

A precarização é um processo econômico, social e político de expansão do emprego desprotegido, desqualificado, instável, fragmentado, informal e indigno. A precarização reduz, pois, as garantias e os direitos de quem vive do trabalho e se manifesta no adoecimento, nos acidentes de trabalho e na perda salarial.

Apesar das novas formas introduzidas na produção pelo toyotismo, o taylorismo e o fordismo ainda persistem em diversas partes do mundo. Trata-se de uma dinâmica de continuidade e descontinuidade dos dois modelos, mais do que da supressão de um pelo outro. A imbricação entre o velho e o novo, própria da história da sociedade, gera uma combinação entre as novas condições impostas pelo toyotismo e a existência continuada do taylorismo e do fordismo, com agravamento das condições de trabalho, como já apontado quanto à precarização.

2. Pensando o trabalho como construção social

Os efeitos desse desenvolvimento histórico sobre o mundo do trabalho são significativos. Antes de mais nada, porque é em tal contexto que o trabalhador deve se preocupar com o acesso e a manutenção do seu emprego – ou seja, deve se preocupar em estar incluído –, mesmo que por intermédio da informalidade, da subcontratação, do contrato por tempo determinado, da sazonalidade e da ocupação por conta própria.

Incluídos no emprego e excluídos sociais parecem não ser mais sujeitos tão díspares como o eram no início do século XX. A precarização, assim, é do sujeito, e não do emprego. A inclusão não gera segurança, e a competição para manter-se no emprego gera mais insegurança. A exclusão, antes traço característico dos não empregáveis (em suma, do lumpemproletariado), é agora uma ameaça constante, cotidiana, para todas e todos.

A inclusão pelo trabalho flexível e a exclusão do mundo do trabalho parecem operar no sentido da dessocialização, termo proposto por Castel (1998), e que se refere à constituição social de uma população sem qualquer qualidade – de “inúteis para o mundo” capitalista.

Ora, como se espera que sujeitos dessocializados, sem vínculos e sem proteção social, sejam autônomos e se incluam (integrem) na sociedade?

Levando em conta que a organização do mercado de trabalho também exclui, e que as relações e condições de trabalho adoecem e segregam, podemos seguir a interpretação de Bauman (2005): as normas sociais excluem e, no seu limite, criam pessoas dispensáveis, assim como os lugares de despejo delas.

Tais reflexões analíticas levam a perguntar: qual é o lugar dos indivíduos no mundo do trabalho e em relação ao próprio trabalho, uma vez que sua subjetividade pode ser compreendida tendo em vista a exterioridade do mundo capitalista?

Por detrás dessa questão está o fato de que existem outras formas, fontes e necessidades complexas da vida social que não podem ser enfrentadas exclusivamente no âmbito do trabalho – tais como a educação, a linguagem,

a política, as ideologias, o direito, a ciência, a religião etc. –, dimensões essas que possuem características singulares e autônomas em relação ao trabalho (TONET, 2005).

Por isso é que, para responder à pergunta sobre a possibilidade da liberdade de quem trabalha, no capitalismo, deve-se investigar criticamente tanto o desenvolvimento dos processos de trabalho capitalistas quanto a subjetividade de quem vive do trabalho.

Um recurso analítico para tentar formular a resposta é o da sociabilidade.

Um ponto de partida para compreender a sociabilidade é a ideia de que o social implica a existência de um sujeito individual, mas tal sujeito só existe no social. A relação dialética formada entre indivíduo e sociedade permite entender que a vida social deve ser compreendida como um todo orgânico. Evitar a polarização indivíduo/sociedade significa compreender que eles se condicionam e se transformam mutuamente (DOMINGUES, 1996; 1998).

A sociabilidade pode ser pensada no plural, tanto porque responde e corresponde à ação individual como à ação coletiva (classes sociais, gêneros, grupos étnicos, comunidade de vizinhança, família, redes, movimentos sociais, organizações, a própria sociedade). Os indivíduos, assim como as coletividades e os seus membros interagem segundo normas sociais e se organizam material e culturalmente, constituindo identidades. São sociáveis e, portanto, possuem sociabilidades (SIMMEL, 1983; GRAMSCI, 1999; LUKÁCS, 1979).

Diversos conceitos permitem pensar a sociabilidade em relação ao trabalho. Um deles é o de capital social, o qual pode ser definido como um recurso gerado pelas pessoas em seus relacionamentos, podendo ser encontrado sob várias formas (relações de confiança, cooperação, reciprocidade).

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações. Esses recursos são vinculados a um grupo de atores dotados de propriedades comuns e unidos por ligações permanentes. A quantidade de capital social que uma pessoa possui dependerá, portanto, da extensão de sua rede de relações e da quantidade de capital – econômico e/ou simbólico – que é detida por aqueles a quem ela esteja ligada (BOURDIEU, 1998).

O conceito de capital social é útil, nesse sentido, por permitir pensar que as redes de relacionamentos que as pessoas constroem não são naturais ou mero resultado de uma imposição social. A rede de relações de qualquer um de nós é “[...] o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo” (BOURDIEU, 1998, p. 68).

Tais redes, e esse é um segundo conceito importante para pensar as sociabilidades, são orientadas para a transformação de relações contingentes (como o são as de trabalho) e são “necessárias e eletivas”, implicando “obrigações duráveis”, “subjetivamente sentidas” ou “institucionalmente garantidas”, graças às trocas estabelecidas entre as pessoas e as organizações (BOURDIEU, 1998).

Isso significa que o capital social é instrumental e se relaciona com as questões de poder, desigualdade e exclusão. Se o capital social pode ser considerado um recurso (para indivíduos e para grupos), então a interpretação e a avaliação da sua formação e do seu uso para e por determinado conjunto de indivíduos e de organizações permite compreender como as relações sociais que as pessoas e as organizações possuem afetam as suas oportunidades, inclusive em termos da resolução dos problemas da desigualdade social.

Clique na imagem para ver o vídeo

"ADAPTAÇÃO"

A discussão da constituição das redes sociais pode ser associada à desenvolvida por Granovetter (1974; 2007) sobre interações ou laços sociais entre indivíduos e organizações. Para esse autor, que aborda diretamente a questão do emprego, a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social indica a qualidade e a extensão da rede social à qual ele pertence. Assim, ao abordar a questão da conquista de um posto de trabalho, o autor sugere que a rede de contatos pessoais é determinante para obter informação sobre empregos e obtê-los (GRANOVETTER, 1974).

Seja qual for a saída teórica constituída para pensar quem vive do trabalho, dois são os elementos que não podem ficar de fora do campo interpretativo: (1) as relações que esses sujeitos tecem com outros sujeitos sociais (especialmente com quem compra a força de trabalho) e (2) as suas condições de trabalho.

Pensar sobre ambos os elementos implica compreender o trabalho mais do que como mera ocupação num dado contexto socio-organizacional. Isto é, o trabalho é mais do que a função, o cargo ou a ocupação remunerada exercida por uma pessoa (SANDRONI, 1999) em uma organização. Não é um designativo a ser substituído por “projeto” (DUARTE, 2011, p. 406), ação individual e individualizada de sujeitos sem vida para além do próprio emprego.

Tratar do trabalho significa compreender os papéis e as motivações dos indivíduos e dos grupos sociais aos quais pertencem antes e além da empresa; a diversidade das formas e dos padrões de inclusão e exclusão social; a natureza e a dinâmica das organizações empresariais e seus ambientes produtivos; as formas de acesso a posições ocupacionais (os “bons” ou “maus” empregos); os mecanismos de mediação na criação ou na destruição de empregos (outros atores privados e públicos de emprego); as tradicionais e novas identidades de quem vive do trabalho; as formas associativistas que governam tanto os laços sociais em sentido amplo quanto os laços laborais, especificamente.

Tratar do trabalho requer compreender os elementos da vida que conformam quem trabalha e a própria atividade, buscando fugir da condição descrita por Carlos Drummond de Andrade em seu poema *Os Ombros Suportam o Mundo*, de 1940:

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco [...]

(ANDRADE, 2012, p. 33)

Referências

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Giovanni. O espírito do toyotismo - reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. *Confluências; Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói, v. 10, n. 1, pp. 97-121, 2008.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Carlos Drummond. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANTUNES, R. L. C. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O conceito de capital social. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRAVERMAN, Henry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CLARKE, S. Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia? *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 117-150, set. 1991.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DOMINGUES, José Maurício. A subjetividade coletiva e a coordenação da economia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, pp. 175-197, 1996.
- DOMINGUES, José Maurício. *A teoria da subjetividade coletiva como programa de pesquisa*. XXII Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998. Disponível em: www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/domin.rtf. Acesso em: 23 set. 2017.
- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica; um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DRUCK, Maria da Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011.
- DUARTE, Newton (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- DUARTE, Geraldo. *Dicionário de administração e negócios*. Ebook Kindle: KBR, 2011.
- DUARTE, Pedro H. E. Desemprego estrutural e a problemática da informalidade. *Revista da ABET*, João Pessoa, v. 13, n. 2, jul. /dez. 2014.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAEBER, David. On the Phenomenon of Bullshit Jobs: A Work Rant. *Strike! Magazine*, Issue 3 The Summer of..., August 2013, Disponível em: <https://www.strike.coop/bullshit-jobs/>. Acesso em: 9 set. 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRANOVETTER, Mark. *Getting a job – a study of contacts and careers*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1974.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Electronica*, São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *À procura de trabalho*: instituições do mercado e redes. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (Org.). *Desemprego*; trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Ed. Senac SP, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. Celso João Ferretti et al. (Org.). *Novas Tecnologias, trabalho e educação*: um debate multidisciplinar. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEBORGNE, D.; LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond (Org.). *Reestruturação urbana*; Tendências e Desafios. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, mai./ago. 2013.

OHNO, Taiichi. *O sistema toyota de produção*: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

ORWELL, George. *Na pior em Paris e Londres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PALANGANA, Isilda C. *Individualidade*: afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: EDUC/Plexus, 1998.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX*: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROCHA, Maria Isabel B. da (Org.). *Trabalho e gênero*: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1977.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TONET, Ivo. Marxismo para o século XXI. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 5, p. 103-121, 2005.

WOMACK, James; ROSS, Daniel; JONES, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAPÍTULO 2

A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO: ASPECTOS TEÓRICOS E REFLEXÕES

Aline Cristina da Cruz

Introdução

Ao falar do Brasil do início do século XXI, Pochmann (2003) o descrevia como nação contraditória, ao ocupar o ranking de economias ricas, mas entre as quatro nações com pior distribuição de renda. Na visão do estudioso, isso exigiria um novo padrão de financiamento na direção do crescimento econômico sustentado, combinado à construção de uma estratégia nacional de inclusão social capaz de superar o atual padrão de políticas sociais. Embora a primeira década brasileira do século XXI tenha sido positiva, em alguns aspectos, ao olhar para o Brasil de 2021, que já foi o epicentro da atual pandemia de Covid-19, iniciada em 2019, qual é o diagnóstico?

Do ponto de vista da desigualdade de renda, quando se avalia o índice de Gini – um clássico indicador de desigualdade –, em 2019, seu valor era de 0,543, dando ao país a posição 156 no ranking, abaixo, por sua vez, de países como Botsuana, na África, Colômbia e México. Ainda, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)³, são 19,3 milhões de brasileiros extremamente pobres e 61,1 milhões de pessoas na condição de pobres. Em 2020, as pessoas do 1% melhor remunerado recebiam 34,9 vezes o rendimento dos 50% mais pobres, ao passo que, em 2019, esta razão chegou a 40 vezes, maior valor da série histórica. As pessoas que tinham rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$ 15.816,00 (que representam 1% da população), em 2020, ganhavam 34,9 vezes o rendimento dos 50% com os menores rendimentos (média de R\$ 453,00).

3 Para mais informações, acesse: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32280-pnad-continua-2020-queda-na-ocupacao-eleva-participacao-das-transferencias-de-renda-no-rendimento-domiciliar>

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a nação brasileira detinha a posição 79 no *ranking* mundial do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em 2018. Outro traço evidente dessa realidade é a renda disponível familiar *per capita* dos 10% mais ricos (R\$ 6.294,83), que representa, por sua vez, três vezes a renda dos 40% mais pobres (R\$ 538,22). Isso implica que a renda média dos 10% mais ricos seja aproximadamente 12 vezes a renda média dos 40% da população de menor poder aquisitivo. São dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)⁴.

Pode-se dizer que o Brasil permanece como nação de crescimento da população extremamente pobre inserida em uma economia desigual, marcada pela atual necropolítica, num cenário de crise mundial sanitária, socioeconômica e civilizatória. Os estudiosos começam a tratar o ano de 2021 como o fechamento de outra década perdida para a economia brasileira, primeiramente, sob o olhar da renda *per capita*, hoje inferior à do ano de 2011. Como nação desigual, o Brasil está constantemente exposto ao desafio histórico do combate à exclusão social, a qual afeta parte significativa da população sem acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania. Dito isso, busca-se aqui discutir de forma teórico-reflexiva a relação entre desenvolvimento econômico sustentável, exclusão social, pobreza e mercado de trabalho.

2 Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Exclusão Social

2.1 Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade

Ao diferenciar crescimento e desenvolvimento econômico, Veiga (2005) esclarece que são conceitos distintos, sendo o crescimento econômico apenas condição necessária, porém não suficiente, para o desenvolvimento. Dentro desse debate teórico e político, muitas das vezes, é pertinente também dar voz, dentro da defesa máxima por políticas de crescimento da economia, ao conceito de crescimento pró-pobre. Uma definição inserida na visão de um “modelo de

⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>

redistribuição com crescimento”, discutido por muitos, a exemplo de Chenery e Ahluwalia (1974), sobre políticas econômicas de alívio da pobreza em países em desenvolvimento.

Na literatura, as definições de crescimento pró-pobre são basicamente: a) crescimento com queda na pobreza maior que aquela que ocorreria, caso todas as rendas tivessem aumentado à mesma taxa (KAKWANI e PERNIA, 2000); e b) crescimento redutor da pobreza (RAVALLION; CHEN, 2003). De acordo com Salvato et al. (2007) , enquanto a segunda definição tem como parâmetro de interesse o indicador de pobreza absoluta, a primeira definição realça o aspecto de mudança na concentração de renda, em favor dos pobres, durante o processo de crescimento econômico. Nesse caso, o crescimento da renda dos pobres deve ser superior ao crescimento da renda dos não pobres, não podendo ser entendido como pró-pobre o processo de crescimento que resulta em redução de pobreza e aumento da desigualdade (CRUZ, 2010).

Segundo Sen (1987) , o crescimento pró-pobre permite ao indivíduo, à margem dos resultados socioeconômicos, participar, ativa e significativamente, da atividade econômica. É a proposta de um tipo de crescimento inclusivo, ou seja, que fomenta a inclusão social. Na contramão da inclusão social está o processo de crescimento resultante das forças de mercado, o qual, geralmente, beneficia o rico mais do que o pobre, uma vez que o primeiro possui vantagens inerentes, como maior estoque de capital material e capital humano.

Sob tal perspectiva, Dupas (1998) chama também a atenção para a ineficácia dos mecanismos de mercado, diante do contínuo avanço tecnológico global, de garantir que as sociedades futuras possam gerar, unicamente, postos de trabalho de qualidade e geradores de renda consoantes às necessidades básicas da população mundial. Segundo o autor, os governos dos países em desenvolvimento, ao se comprometerem, apenas, com estabilidade, não detêm orçamentos satisfatórios e estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos. O pensamento converge para a visão do estudo do Asian Development Bank (ADB, 1999), cuja definição de crescimento redutor de pobreza é: aquele que absorve trabalho e é acompanhado por políticas e programas que reduzam as desigualdades e facilitem a geração de emprego e renda para o pobre, particularmente, para grupos sociais tradicionalmente excluídos.

Fica nítido, portanto, que a combinação entre crescimento econômico e inclusão social se dá, sobretudo, por meio de medidas que afetam, negativamente, a desigualdade e, positivamente, a renda *per capita*.

Nos debates científicos, o crescimento acompanhado de redução de pobreza (crescimento pró-pobre) trafega entre dois extremos: o desenvolvimento *trickle-down* – crescimento econômico distributivamente neutro de base ampla –; e o chamado *immiserising growth*, no qual o benefício do crescimento econômico é mais que compensado pela elevação da desigualdade social. Trata-se da realidade concernente ao crescimento econômico de natureza distributiva progressiva. Sobre tais linhas extremas de pensamento há uma literatura ampla e diversificada, principalmente porque a relação entre o crescimento da economia e a pobreza é complexa e nada trivial, exigindo, portanto, comprovação empírica, para cada país/região, sem uma definição *a priori* de fundamentação tão-somente teórica.

Do ponto de vista da pobreza, a literatura define a pobreza relativa, a pobreza subjetiva e a pobreza multidimensional, sendo a pobreza econômica, entre as desigualdades, a forma mais macroscópica e visual (ESTIVILL, 2003). A pobreza relativa faz referência às condições de vida média da sociedade em foco, dando destaque à privação relativa e a grupos de referência (famílias, grupos étnicos, classes sociais). Já a pobreza subjetiva é mensurada com base na percepção das populações que se julgam mais ou menos pobres. Por fim, tem-se a pobreza multidimensional, a qual, embora tenha o critério de renda como central, envolve outros indicadores contempladores de necessidades sociais fundamentais (pessoais, políticas e ecológicas) associados à qualidade de vida. Essa última concepção surge da discussão do efeito polarizador da revolução tecnológica sobre as classes sociais, o que tem levado a “novas formas de pobreza”.

O Banco Mundial (2007) destaca que o combate à pobreza passa por três tipos de estratégias: promoção de oportunidades, facilitação de capacitação e melhoria da segurança. A questão principal é que os indivíduos pobres são mais suscetíveis aos choques econômicos, aos desastres naturais, às enfermidades e à violência pessoal. Diante disso, uma das estratégias é a de que os gastos públicos em infraestrutura, tecnologia, educação, saúde, e outros serviços

sociais são extremamente relevantes para reduzir a pobreza, dada a capacidade de promoção de oportunidades para os pobres, tendo como meta final seu desenvolvimento, capacitação e proteção (FAN *et al.*, 2002).

De acordo com Weil (2005), apesar de os efeitos da concentração de renda sobre o indivíduo pobre existirem, seu principal determinante é a renda *per capita* do País. Isso equivale a dizer que pessoas pobres, num país rico, mas desigual, podem estar em condições melhores relativamente comparadas a pessoas pobres, num país pobre e com pouca desigualdade de renda. No caso do Brasil, tem-se uma nação não relativamente pobre, mas, sobretudo, com substancial contingente (absoluto e relativo) de pobres e altos níveis de concentração de renda. É uma realidade que evidencia a importância de políticas públicas e de iniciativas privadas que possam se traduzir na combinação de maior dinamismo econômico e redistribuição de renda como caminho para reduzir os níveis de pobreza.



2.2 Desenvolvimento Econômico Sustentável

Concentração de renda e pobreza estão, portanto, na contramão do desenvolvimento (humano) sustentável, modelo que incorpora a questão ambiental ao conceito de desenvolvimento econômico. O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) surgiu, em nível mundial, no relatório de Brundtland⁵, em 1987. A pauta se baseava na meta de superar a pobreza nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo por base o argumento de que a pobreza dos países subdesenvolvidos e o consumismo elevado dos países desenvolvidos (primeiro mundo) eram barreiras fundamentais ao desenvolvimento igualitário no mundo, com consequências graves do ponto de vista de crises ambientais. Essencialmente, o intuito era deixar evidente para a humanidade a responsabilidade e a necessidade da conciliação entre o desenvolvimento econômico e social e a utilização dos recursos naturais (UNITED NATIONS, 1987; MACHADO, 2007), como relação intensa e circular.

No caso do desenvolvimento humano, Bresser-Pereira (2019, p. 2) esclarece que o desenvolvimento humano ou o progresso:

[...] ocorre à medida que um país se aproxima dos cinco objetivos políticos fundamentais que as sociedades modernas e democráticas definiram para si mesmas nos últimos três séculos: a segurança, a liberdade, o bem-estar econômico, a justiça social, e a proteção do ambiente. O desenvolvimento econômico é o componente básico desse processo mais amplo de desenvolvimento. Trata-se de um processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que resulta em transformações estruturais da economia e da sociedade e no aumento dos salários e dos padrões de consumo de um Estado-Nação.

5 Documento elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para disseminação da ideia de desenvolvimento sustentável, conceito inicialmente proposto na década de 1970. O documento tem o título *Nossa Futura Comum* (*Our Common Future*) e foi coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Cabe enfatizar que preocupação ambiental e sustentabilidade são conceitos distintos, sendo o primeiro uma das vertentes do desenvolvimento sustentável como novo modelo de crescimento econômico. Mendes (2008) e Machado (2007) discutem desenvolvimento sustentável e o descrevem como a performance de uma economia que atende às necessidades atuais, sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades, não impondo risco, por sua vez, aos sistemas naturais que sustentam a vida na Terra. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e o futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas, na busca da equidade e da justiça social. A prerrogativa máxima do modelo de crescimento incluyente e abrangente, do ponto de vista das questões ambientais, é que a sociedade possa desfrutar de uma vida longa, saudável, criativa e feliz.

Dentro dessa discussão, destaca-se que um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável é o empoderamento e a promoção da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, do gênero, da deficiência, da raça, da etnia, da origem, da religião, da condição econômica ou de outro aspecto social. Trata-se de um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS6)⁶ adotados, desde 2015, a partir da reunião de chefes de países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (SILVA, 2018) – um marco histórico da ONU, com vistas a unir esforços para a concretização de uma Agenda Mundial de Desenvolvimento Sustentável⁷.

A meta é que essa agenda vire realidade até o ano de 2030, de forma a garantir a igualdade de oportunidades e a redução de desigualdades dos resultados da economia mundial. Afinal, a prerrogativa é de que ocorra a

[...] erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos países e entre eles, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados entre si e são interdependentes. (ONU, 2020)

6 Para mais detalhes, acesse: <https://odsbrasil.gov.br/>.

7 Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda> e em <https://odsbrasil.gov.br/#>.

Dito isso, fica claro que o desenvolvimento econômico tem como prerrogativa a coexistência com padrões elevados de igualdade social (OCAMPO, 2005). Isso porque o desenvolvimento econômico é defendido por Furtado (1964, p. 27) como “[...] um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”. O economista brasileiro, ícone da Teoria do Desenvolvimento, acrescenta que essa incorporação e propagação de novas técnicas tem consequências estruturais nos sistemas de produção e de distribuição (FURTADO, 1964). Daí decorre o fato de uma nação em desenvolvimento, como o Brasil, poder experimentar o desenvolvimento; todavia, ao se modernizar, apenas uma parcela pequena da população se beneficia. Faz-se, portanto, essencial e obrigatória a atuação do Estado e de todos os atores sociais para a promoção do desenvolvimento sustentável traduzido em dinamismo econômico e social, estando, desta forma, na contramão da desigualdade social, da pobreza e da exclusão social.

2.2.1 Justiça Ambiental

Diante da interface do desenvolvimento sustentável com a relação harmônica entre o sistema econômico e o meio ambiente, vem à tona outro aspecto essencial que é a busca pela justiça social via combate à injustiça ambiental. Fato é que a crise ecológica moderna, num contexto de globalização dos mercados e abertura comercial, decorre do fracasso da lógica de mercado, via instituições públicas e privadas, de atender à meta de reduzir a degradação ambiental. O resultado é a evidente desigualdade dos impactos dos problemas climáticos sobre a população. A visão economicista de que o mercado é confiável para superar a desigualdade ambiental é equivocada. A causa ambiental é intrinsecamente supraclassista, segundo Acselrad (2010), sendo desigual a exposição ao risco ambiental, pois a acumulação de riqueza, como máxima do capitalismo, traz a penalização ambiental dos mais despossuídos e chama a atenção para “o envenenamento em massa”.

Segundo Leroy (2011), o mercado neoliberal é o núcleo gerador da insustentabilidade, ao agir com desprezo às populações locais, dada sua lógica

socioterritorial que torna desiguais as condições sociais de exercício dos direitos ambientais (NEWELL, 2005). Nesse sentido, não se trata apenas da diluição dos efeitos dos danos ambientais de forma injusta entre a população, mas também da defesa do acesso equitativo de todos, sem distinção, aos recursos ambientais nacionais (ACSELRAD, 2010).

Originalmente, a luta por justiça ambiental é uma extensão do movimento moderno pelos direitos civis, iniciado pelo movimento negro norteamericano contra o racismo na década de 1980, o qual propõe uma ressignificação da questão ambiental. Afinal, os ricos e brancos consomem relativamente mais a natureza, não sendo justa a distribuição dos efeitos danosos da crise ambiental e nem o acesso, pois a carga dos danos ambientais do desenvolvimento se concentra, de modo predominante, em locais de residência dos grupos sociais marginalizados, com destaque para negros, pobres e imigrantes. Como bem pontua Moura (2010, p. 2):

[...] justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos, ambientalistas e cientistas.

O movimento de Justiça Ambiental inaugurado pelos estadunidenses, nos anos de 1980, inicia a consolidação de ações coletivas questionadoras de padrões técnicos de apropriação do território e de seus recursos e da distribuição de poder sobre estes. Trata-se de uma crítica aos movimentos ambientalistas conservadores, mercadológicos e tecnicistas, os quais insistem em desassociar proteção ao meio ambiente do movimento de luta contra a pobreza e a desigualdade social, uma vez que são os mercados (*locus* de poder de recursos políticos, materiais e simbólicos) a causa primeira dos perigos ambientais (MOURA, 2010; ACSELRAD, 2010). Acselrad (2010, p. 16) detalha a justiça ambiental na forma de:

[...] condição de existência social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se

que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.

Newell (2005) explica que a desigualdade ambiental reforça e reverbera outras formas de hierarquia e exploração, via preconceitos de classe, raça e gênero, o que traz à tona conceitos de grande relevância como racismo ambiental e ecologia social. Especificamente, ao tratar do racismo ambiental, o teórico chama a atenção para as evidências contemporâneas de racismo continuado nas consequências da ação ambiental e da inação, intervenção e negligência. O reconhecido ativista estadunidense dos direitos civis, Dr. Benjamin Chavis, afirma que Racismo Ambiental se refere à discriminação racial na formulação de políticas ambientais e na aplicação desigual das leis e regulamentos ambientais. É o direcionamento deliberado de comunidades de pessoas de cor para instalações de resíduos tóxicos e a sanção oficial da presença de venenos e poluentes com risco de vida em comunidades de pessoas de cor.

O Racismo Ambiental deixa evidente o perfil racial dos mais vulneráveis e vitimados pelas condições ambientais insalubres. Jesus (2020) destaca o quadro de morbimortalidade da população negra, desde o Brasil colonial, marcado por um *continuum* de vivências sanitárias da população negra, com acesso deficiente a serviços de saneamento e consequentes problemas de saúde ambiental. O racismo surge como determinante social da saúde e da desigualdade, uma vez que a concentração de riqueza e poder e as condições ambientais e de vida combinadas ao fator raça culminam em injustiças, sob o aspecto da saúde e em violação dos direitos humanos.

Pacheco e Faustino (2013) destacam que, na nação brasileira, as atividades produtivas que promovem impactos ambientais sobre a vida, o trabalho, a cultura e a saúde se concentram nos bairros pobres das periferias urbanas e nos territórios indígenas, quilombolas e das outras comunidades tradicionais. Nesses espaços, o capitalismo permite a instalação das indústrias químicas; do agronegócio e dos agrotóxicos, do trabalho escravo e dos desertos verdes; das mineradoras e das siderurgias; das hidro e termelétricas, entre outras mazelas do neoliberalismo. O autor ressalva que a população, sobretudo a negra, desses locais assume as perdas e os danos colaterais do desenvolvimento econômico “sustentável”, na condição de contaminados, despejados e remanejados.

São discussões que são permeadas por terminologias como “ecologismo dos pobres”, “ecologismo dos empobrecidos” ou “ecologismo popular”, defendidas, por sua vez, por Joan Martinez-Alier, cientista da Economia Ecológica, defensor da justiça ambiental. O ativista defende a justiça ambiental como tema central (não específico) e se posiciona de forma crítica aos ditos ecologistas e suas terminologias como parte de um movimento ambientalista elitista de classe média, excludente, que exime o mercado da sua responsabilidade pela crise ecológica moderna.

3 Exclusão Social

Fica claro, assim, que são distintas as formas de se explorar a temática de exclusão social. Sobre isso, Estivill (2003) lembra as influências dos países ocidentais e aborda como questão central da exclusão a dificuldade de conceder a uma parte da população o acesso a um grande número de bens materiais e serviços sociais, educativos, sanitários, incluindo proteção social e participação ativa nos processos de tomadas de decisões dentro da sociedade. Evidentemente, essa concepção da exclusão social *stricto sensu* não pode ser separada da exclusão política, econômica e ambiental, sendo frequente que estes tipos de exclusões se acumulem e se complementem, ou ocorram de forma paralela.

Dentro dessa realidade, a desigualdade social envolve traços variados de mal-estar ou deságio; nas palavras de Caliman (2008, p. 27): “pobreza extrema, analfabetismo, condições habitacionais precárias, baixa qualidade do ensino, alta incidência de falências escolares, trabalho precoce, desestruturação familiar, trabalho ilegal e abandono”. O autor esclarece, de um ponto de vista da Sociologia, que o excluído se encontra em desvantagem social em relação a outros sujeitos, teoricamente com os mesmos direitos de cidadania, o que lhe provoca sentimentos de mal-estar e insatisfação provenientes da percepção da própria privação.

Fato é que as desigualdades sociais podem ser diagnosticadas sob diferentes aspectos, incluindo a perspectiva do tripé da desigualdade: renda (pessoal e familiar), patrimônio (riqueza nacional) e oportunidade. Estivill (2003) lembra ainda que outros conceitos encontram-se atrelados à exclusão, quais sejam: marginalização, pobreza, privação, precariedade, vulnerabilidade, necessidade, risco, os quais permitem também a compreensão da realidade de determinado espaço.

Zioni (2006), ao discorrer sobre desigualdade social, mais especificamente acerca da exclusão social, remete ao problema central da sociedade contemporânea: milhões de indivíduos privados de dignas condições de vida, ou seja, sem acesso aos direitos universais. Afinal, o ser humano busca, dentro de sua complexidade e aleatoriedade, por autonomia, qualidade de vida, equidade, democracia, cidadania, aspectos subjetivos inseridos na noção de inclusão econômica, social e ambiental.

A exclusão social é um fenômeno geral de empobrecimento e carências, de grande visibilidade no debate político e teórico internacional. Mantendo-se como conceito atual, infelizmente, apresenta-se de forma dinâmica, evolutiva, espacial, temporal, histórica, interdependente e polêmica. É objeto de debates sociais e políticos e compreende um fenômeno social, econômico e institucional, sendo o centro da análise dentro das ciências sociais. Todavia, como bem critica Sachs (2004), de maneira contraditória, as ciências econômicas, como ciência social aplicada, em muitas nações, tendem a seguir a teologia do mercado, paixão de muitos “economistas”, o que acaba por tornar contraditório o conceito de desenvolvimento por estes defendido aos olhos de quem defende a inclusão social.

Segundo Ocampo (2005), falar de exclusão e inclusão social é discorrer sobre a trajetória pela qual os benefícios do desenvolvimento, as redes de interação social e a participação política são distribuídos entre os agentes econômicos. Trata-se de um conceito multidisciplinar, multifacetado, multidimensional. No Brasil, como economia latino-americana, a exclusão social é mais evidente sob o olhar da heterogeneidade na distribuição de renda, pois o perfil de pobreza nacional, sobretudo quando se fala da pobreza relativa, é mais agravante e incoerente com o nível de desenvolvimento desse conjunto de países.

O processo de exclusão social envolve complexidade e contraditoriedade, inclusive na sua transmutação em inclusão social. Paugam (1999, p. 84), sociólogo francês, usa dos conceitos de desqualificação social e de identidade negativa e analisa a exclusão pela pobreza (rejeitando o uso de critérios unicamente quantitativos) e afirma que “o descrédito atormenta os excluídos tanto quanto a fome”. É necessário precisar o espaço de referência provocador da rejeição. Qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no tempo e no espaço a que se refere.

Dentro da discussão de pobreza emerge a desqualificação social, conforme discutido por Pizzio (2009). Embora não se constituindo em sinônimos da mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, o acúmulo de déficit e de precariedades. Ao se buscar conhecer os estados de desposuir, são elaboradas análises setoriais descontínuas e deslocadas dos processos mais abrangentes da sociedade atual, e consequentemente são construídas políticas que não consideram a relação entre a lógica econômica e a coesão social anteriores às situações de ruptura representadas pela exclusão (WANDERLEY, 1999).

Cabe destacar que, na literatura que trata da exclusão social, é importante fazer a distinção entre risco e vulnerabilidade social, dado que não são sinônimos, embora intrinsecamente relacionados. O risco social trata de grupos e populações, ao passo que a vulnerabilidade está associada a indivíduos e a suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas (JANCZURA, 2012). A pobreza (risco social predominante) e o desemprego são exemplos de risco social, de forma que o Estado atua via concessão de uma estrutura de benefícios para combatê-los. Estivill (2003) explica que o risco social pode ser explorado segundo a perspectiva individual (risco voluntário); ou de acordo com as decisões dos atores sociais, visando à sobrevivência na sociedade moderna (perspectiva sistêmica); e à luz da perspectiva relacional, traduzida na relação inadequada entre desafios e recursos.

Segundo Janczura (2012), as definições de risco e vulnerabilidade são passíveis de entendimento, quando associadas a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas. O estudo define o risco social a partir das condições fragilizadas da sociedade pós-industrial tecnológica contemporânea, enquanto a vulnerabilidade identifica a condição dos indivíduos nesta sociedade. A noção de proteção social, base das políticas de assistência social, é um modo de gerenciamento do risco (SANTOS, ROESCH, CRUZ, 2014), uma vez que o governo, em suas várias instâncias, tem a obrigação de prover as pessoas de determinados serviços e benefícios que permitam o enfrentamento das situações de risco. Seu público-alvo é a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos.

Nesse contexto, segundo os estudiosos, a expressão “vulnerabilidade social”, um conceito complexo, é utilizada para caracterizar as famílias destinatárias da proteção social básica. Caso a situação de vulnerabilidade social dessas famílias se agrave, tais famílias são definidas como em situação de risco, destinatárias, por sua vez, de proteção social especial. Portanto, a vulnerabilidade implica situação de risco, e somente se faz presente quando o risco é evidente. A vulnerabilidade lembra susceptibilidade, fragilidade, predisposição, diante da exposição ao risco. Seriam fatores de alto risco, para além do baixo nível socioeconômico, a renda familiar, a baixa escolaridade, o tamanho da família, a ausência de um dos pais (JANCZURA, 2012).

O fenômeno de exclusão social é um processo que abrange todos com condições e níveis diferenciados. Como bem pontuam Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), além dos recursos financeiros e materiais, a exclusão social abrange ainda fatores como discriminação, falta de acesso ao trabalho produtivo remunerado, baixas qualificações, patologias crônicas, violências criminais e isolamento geográfico. É importante prestar atenção às diferentes formas de exclusão social para, posteriormente, seguir com a aplicação de políticas públicas com maior nível de sucesso. É particularmente importante adotar-se uma abordagem adequada no âmbito da identificação do problema que viabilize uma investigação completa e detalhada. Após a identificação dos fatores de exclusão social, considera-se que devem ser desenvolvidas medidas de minimização da exclusão social por meio da abordagem holística (abordagem integrada que considera todas as dimensões do problema de modo a contribuir para a sustentabilidade social) dos fatores imposta pela interdependência que os caracteriza, em detrimento da resolução pontual de cada problema.

Guerra (2012) discute a relação entre pobreza e privação e chama a atenção para o fato de a exclusão social não se referir, primordialmente, à privação material. Trata-se de uma privação em sentido holístico: privação de acesso e de uso de uma gama de serviços e da participação ativa nas políticas que conduzem suas vidas, interrelacionando, portanto, a exclusão econômica, social e política. Nessa discussão, também se faz importante diferenciar outras duas definições interligadas aos fenômenos sociais de exclusão e inclusão social, quais sejam: a segregação e a integração. Na Sociologia, a segregação social é definida como uma separação espacial (geográfica) de um grupo de pessoas, em virtude de diversos fatores discriminatórios (raça, poder aquisitivo, religião, etnia, educação, nacionalidade), ao passo que a integração trata da inserção parcial e condicional desse grupo social.

Dito isso, Guerra (2021) também relembra a conexão entre exclusão social e processos de desintegração social, ou seja, rupturas das conexões (laços) entre o indivíduo, a sociedade e o Estado. Daí decorre, também, a discussão sobre a desinserção social, exemplificada por situações correlatas à ruptura de laços de solidariedade, à desinserção do setor produtivo (desemprego, perda de competências socioprofissionais, renda insuficiente) e à desinserção das relações interpessoais (familiares e sociocomunitárias). Ao dar destaque ao papel essencial da dimensão simbólica nos fenômenos de exclusão, a desinserção é fenômeno identitário, sem relação imediata com a pobreza, marcada por elementos objetivos e subjetivos. A desinserção traz, a partir do sistema de valores da sociedade, rótulos como: “fora de norma”, “sem valor” ou “sem utilidade social”.

Sawaia (2017), ao discutir a complexidade e a contraditoriedade envoltas ao conceito de exclusão social, traz alguns pontos importantes, incluindo a discussão sobre a transmutação da exclusão em inclusão social. Segundo o autor, é um fenômeno social abordado em diferentes áreas do conhecimento, de pouca precisão e ideologicamente dúbio. Na ligação direta entre desigualdade e exclusão, cabe destacar a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, ou como carência de algo, ou, ainda, a partir do sinônimo do sufixo “sem”, passando pela injustiça e exploração social. Emergem, assim, a desfiliação (CASTEL, 1997) - como ruptura de pertencimento, de vínculo societal e retrato da instabilidade do tecido relacional - e a apartação social (BUARQUE, 1994). Essa segunda conceituação denomina o outro (desigual, não semelhante) como um ser “à parte”. O indivíduo é expulso não somente dos meios de consumo, dos bens e serviços e afins, mas do gênero humano.



Na tentativa de enumerar as dimensões da exclusão social, mais especificamente, apontar os fatores de exclusão social, Alvino-Borba e Mata-Lima (2011) começam pela exclusão cultural e étnica, as quais se manifestam de várias formas danosas, incluindo racismo, xenofobia, exclusão de minorias étnicas e culturais, como, por exemplo, em relação aos índios. Tem-se a exclusão econômica atrelada, por sua vez, às más condições de vida, aos baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, ou, ainda, pelo *status* laboral em emprego precário instável, sem contrato, embora remunerado. Há também a exclusão de ordem social/familiar, manifestada pela privação de relacionamento, ou ainda, de forma mais extrema, pelo isolamento. Pode-se dar como exemplos: idosos, pessoas com deficiência, crianças e outros com necessidades especiais. O estudo também aponta a exclusão sexual, traduzida pelas diferenças de preferências sexuais, por exemplo, a exclusão dos transexuais, de forma distinta, portanto, da exclusão de gênero, que promove viés adverso contra as mulheres. Por fim, pode-se indicar a exclusão patológica e a exclusão comportamental. A primeira se manifesta por conta de doenças, como a realidade vivida por portadores de HIV, doentes psiquiátricos e portadores de necessidades especiais. A segunda condiz com a parte da população dotada de comportamentos autodestrutivos, como é o caso dos dependentes químicos de drogas lícitas e ilícitas. O estudo de Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), de forma muito eficaz, traz na Figura 2.1 apresentada a seguir um resumo dos fatores de exclusão e inclusão social.



Figura 1 - Fatores de exclusão social
Fonte: Adaptado de Alvino-Borba e Mata-Lima (2011).

3.1 Exclusão Social e o Mercado de Trabalho

Nesta subseção, discute-se a exclusão social manifestada em privação de inserção no mercado laboral e/ou pelo não acesso a direitos fundamentais à luz da legislação trabalhista de uma economia. Afinal, segundo Sposati (1999), a impossibilidade de universalização do emprego é o principal traço universal de exclusão social do capitalismo. Inerente ao capitalismo, a exclusão social é o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial e resultado das restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho (sociedade assalariada) e dos modelos e estruturas econômicas geradores de desigualdades absurdas de qualidade de vida, que afetam todas as camadas da sociedade.

Zioni (2006) e Wanderley (1999) concordam que a exclusão é um elemento das sociedades modernas como resultado do rápido e desordenado processo de urbanização, da inadaptação e uniformização do sistema escolar, e do desenraizamento causado pela mobilidade profissional, pela desigualdade de renda e de acesso aos serviços, envolvendo o conceito de trajetórias dadas pela sociedade a seus pares – de insuficiência e privação além do econômico. Para Araújo (2018, p. 25), a “[...] contraditória estrutura capitalista produz a dialética inclusão/exclusão que, sob o discurso da inclusão, contraditoriamente, reproduz uma classe descartável ao mundo do trabalho e reduz os indivíduos ao mero desempenho produtivista”.

Do ponto de vista econômico, a inclusão social é regida pela pobreza monetária e não monetária, o que pede atenção a outras vias que possam promover bem-estar aos indivíduos, para além da renda. A razão é que a exclusão e a pobreza são conceitos concomitantes, sobrepostos e complementares (ESTIVILL, 2003). Tal perspectiva exige se pensar em variáveis de dimensões não econômicas de saúde, educação, discriminação, entre outras, pois dessas condições depende a capacidade dos indivíduos de participar e usufruir dos resultados do crescimento.

Clique na imagem para ver o vídeo



Wanderley (1999) lembra que a pobreza, como fenômeno multidimensional, atinge indigentes, subnutridos e analfabetos. Atributos sociais, econômicos e demográficos são marcadores para esses grupos sociais à margem da sociedade, os quais incluem analfabetos, pessoas com deficiência, doentes mentais, para além dos aspectos mais discutidos na literatura como base de discriminação social e econômica do indivíduo (sexo, classe, raça, gênero, etnia, faixa etária). Falar dos excluídos (em maior ou menor intensidade) dos resultados positivos de uma economia é falar ainda dos moradores de rua, dos idosos abandonados, ou seja, de todas as minorias em geral, fazendo parte deste universo os marginais estigmatizados na figura de mendigos, pedintes e vagabundos.

Outros segmentos sociais conhecem a pobreza pela via precária da inserção no mercado de trabalho. Afinal, correlacionando dinamismo da economia e inclusão econômica, sabe-se que dentre as formas de converter o crescimento econômico em alívio da pobreza nacional está toda ação voltada à criação de empregos de qualidade (decentes, dignos), tendência ainda não dominante. Isso se torna ainda mais essencial quando se pensa no impacto desigual de recessões econômicas sobre os grupos sociais mais vulneráveis, numa perspectiva interseccional. A noção de exclusão resulta também, portanto, das vulnerabilidades decorrentes das transformações vigentes no mundo do trabalho, de impactos de degradação das relações trabalhistas e dos retrocessos nos sistemas de proteção social, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial com consequente cenário de vulnerabilização, precarização e marginalização. Como bem pontua Sawaia (2017, p. 8): “Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram fora do econômico”.

No caso do Brasil, a década perdida (2011-2021) vem se concretizando, sobretudo desde março de 2020, com a pandemia de Covid-19. A crise sanitária combinada à recessão econômica tem rosto: aumento da taxa de desemprego, maior incidência de empregos informais e maior precarização do trabalho, lado a lado com a redução da renda real do trabalho e dos salários. As rupturas de vínculos empregatícios e a queda de produtividade e de rendimentos salariais tendem a atingir, mais intensamente, os menos qualificados e a parcela economicamente ativa de maior vulnerabilidade social e ocupacional.

Dada a abundância de mão de obra, é comum as empresas adotarem a estratégia de substituir a força de trabalho não qualificada por trabalhadores mais qualificados, em situação de desemprego e propensos a assumir um salário menor, agravando ainda mais a situação da parcela populacional não qualificada. Um cenário preocupante e com tendência a ser marcado pela maior incidência de empregos desregulamentados, temporários, precários e vulneráveis (CACCIAMALI e TATEI, 2016; PRONI, 2015).

Ademais, uma característica muito visível, nesses períodos de recessão, é a presença marcante e crescente de ocupações informais e empreendedoras, as quais se tornam sinônimo de refúgio estratégico dos trabalhadores ante a incapacidade de absorção da economia, o chamado “trabalho de crise” ou de “emergência”, como destacam Beltrão e Oliveira (2018). No Brasil, o que se observa é que o ciclo estrutural de produção de exclusão social passa pelo tripé: pobreza, desigualdade de renda e desemprego; enquanto que na América Latina, como um todo, a exclusão social se manifesta, mais claramente, na desigualdade persistente na distribuição de renda, como forma de promoção de níveis de pobreza piores do que sugere o nível de desenvolvimento da região.

Zioni (2006, p. 27) conclui que

[...] teoricamente, só existiria um consenso: a constatação da existência empírica do fenômeno e sua relevância em termos quantitativos e qualitativos. Política e filosoficamente ou em termos de uma representação social dominante, qualquer que seja a filiação teórica ou intelectual, não se nega jamais a importância do Estado para o enfrentamento do tema.

A sociedade como um todo, via seu conjunto de atores (Estado, governos subnacionais, administração pública, as organizações de empregadores e de trabalhadores, redes internacionais, o voluntariado, a economia social, ONGs, iniciativas privadas e comunitárias), tem a tarefa de compensar as desigualdades sociais pela formulação de políticas, ações afirmativas e projetos da iniciativa privada – especialmente se ligados à educação, à profissionalização, ao emprego e à renda.



A meta é levar dignidade às minorias e promover condições de igualdade de oportunidades aos indivíduos que se encontram na condição de desfavorecidos, discriminados, excluídos, desiguais. Embora seja uma tarefa difícil e complexa, é também urgente e plausível.

Apesar das ambiguidades da noção de exclusão, é evidente sua complementariedade à pobreza traduzidas em oportunidades desiguais nos países em desenvolvimento. Fica evidente a necessidade de centralizar a sua atenção no papel dos atores sociais e das instituições nos processos de inclusão em nível micro (relações individuais, familiares e comunitárias e em contextos locais) e, em nível macro, à luz da globalização e da crescente vulnerabilidade de grupos específicos da população e de determinadas áreas territoriais.

Segundo Pochmann (2003), para romper com o ciclo estrutural de produção da exclusão social no Brasil (pobreza, desigualdade de renda e desemprego), a baixa eficácia da máquina pública lida com os desafios da setorização das ações, da desarticulação dos programas, da focalização de clientela e da falta de integração operacional. Isso culmina na baixa eficácia das políticas brasileiras sociais e do trabalho.

Considerações Finais

Como bem descreve Jessé Souza (2009), são muitos os cidadãos destituídos da sociedade por conta das mazelas impostas pelo capitalismo patriarcal de base escravagista que vivenciamos. Por conta da pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, esta nação volta ao mapa da fome e a recordes de desemprego, e, portanto, segue com sua realidade marcada por forte e crescente tendência de exclusão (desconexão) de milhões de pessoas do sistema produtivo. Entre esses excluídos estão as mulheres, os negros, a população LGBTQI+, a população egressa do sistema carcerário, os doentes mentais, os povos originários e outros tantos grupos vulneráveis social e economicamente.

Falar de exclusão social é falar também de relações sociais e, sobretudo, de forma muito crítica sobre as estruturas que fundamentam esse capitalismo da sociedade pós-moderna. Diagnosticar e amenizar os resultados adversos às barreiras ao desenvolvimento sustentável requer urgência para atuar na promoção da inclusão social, econômica e política de todxs. Dentro das possibilidades de atuação por qualquer segmento social, público ou privado, fica evidente o imenso potencial de ações direcionadas à inclusão produtiva, sobretudo pelo trabalho, como meio de transformar vidas e trazer dignidade aos invisíveis, independentemente de qual seja o marcador social.

O neoliberalismo, como defensor do Estado mínimo, atua na contramão dos benefícios da inclusão produtiva ao reduzir a responsabilidade do Estado de prover bem-estar a todos, sem qualquer distinção. Diante disso, a inclusão produtiva atua de forma consoante ao rompimento não apenas com a pobreza monetária, mas com outras fontes de escassez que o ser humano vivencia. A reinserção do indivíduo, por meio do trabalho, traz riqueza material, mental e psicológica, na medida em que este trabalhador se enxerga funcional e como parte da engrenagem do sistema econômico. Apesar do caminho longo, com vistas a combater o *status* extremamente utilitário imposto à existência humana pelo sistema econômico vigente, por séculos, a esperança permanece presente por meio dos bons frutos de toda e qualquer ação que busque a inclusão social pelo trabalho.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ADB - ASIAN DEVELOPMENT BANK. *Fighting Poverty in Asia and the Pacific: The Poverty Reduction Strategy of the Asian Development Bank*. Manila, Filipinas: [s.n.], 1999.
- Ahluwalia, M.; Chenery, H. (1974). The economic framework. Hollis Chenery, Monteeek Ahluwalia, C. L. G. Bell, John Duly, and Richard Jolly (Ed.), In: *Redistribution with growth*, Oxford: Oxford University Press, 38-51.
- ALVINO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia*. Serv. Soc.Soc, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.
- ARAÚJO, Thaynah Barros de. *Avaliação da lei de cotas como instrumento de inserção de jovens com deficiência no mercado de trabalho no Ceará*. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ARAÚJO, Taiana Fortunato; FIGUEIRÊDO, Lizia de; SALVATO, Márcio Antônio. As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras, 1970-2000. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 81-119, 2007.
- BARRY, Monica; HALLETT, Christine. *Social exclusion and social work: Issues of theory, policy and practice*. 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, sofisticação produtiva, valor-trabalho e salários. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 135-160, Apr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512019000100135&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 10 Mar. 2021. Epub May 09, 2019.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação - O apartheid social no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 103-121, 2016.
- CALIMAN, Geraldo. *Paradigmas da exclusão social*. Brasília: Editora Universa, UNESCO, 2008. 368 p.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, BA, v. 10, n. 26, 1997.
- CRUZ, Aline Cristina; TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo José. Os efeitos dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. *Revista Economia*, Brasília, DF, v. 11, n. 4, p. 163-185, 2010.

- DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 121-159. set./dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2021.
- ESTIVILL, Jordi. *Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.
- FAN, Shenggen; ZHANG, Linxiu; ZHANG, Xiaobo. *Growth, Inequality, and Poverty in Rural China: The role of Public Investments*. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute, 2002. IFPRI Research Report, 125. Disponível em <http://cdm15738.contentdm.oclc.org/utis/getfile/collection/p15738coll2/id/87927/filename/87928.pdf>.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia* [On line], n. 10, 2012, Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/257> Acesso em: 3 maio 2019.
- JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.
- JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 2, 2020.
- KAKWANI, Nanak; PERINIA, Ernesto N. What is Pro-poor Growth? *Asian Development Review*, Cambridge, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000. Disponível em <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/104987/1/What%20is%20Pro-poor%20Growth.pdf>. Acessado em: 26 abr. 2016.
- MACHADO, João Guilherme Rocha. *O desenvolvimento econômico e as Nações Unidas: uma análise da atuação do PNUD no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/9310>
- MENDES, Isabel. O conceito de *Desenvolvimento Sustentável*. In FERREIRA, José Maria Carvalho (Org.). *Perspetivas de desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Clássica Editora, 2015.
- MOURA, Danieli Velela. Justiça ambiental: um instrumento de cidadania. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 9, n. 1, 2010.
- NEWELL, Peter. Race, Class and the Global Politics of Environmental Inequality. *Global Environmental Politics*, Cambridge, v. 5, n. 3, p. 70-94, August 2005.
- OCAMPO, José Antonio. Desenvolvimento e inclusão social. *GV-Executivo*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 17-22, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34547>.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do Mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (comps.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

PIZZIO, Alex. Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 209-232, 2009.

POCHMANN, Marcio. Nova política de inclusão socioeconômica. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2003.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), v. 22, n. 3 (49), p. 825-854, dez. 2015.

RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua. Measuring Pro-poor growth. *Economics Letters*, v. 78, n. 1, p. 93-99, 2003.

SANTOS, Najara Lourenço; ROESCH, Daniele; DA CRUZ, LÍlian Rodrigues. Vulnerabilidade e risco social: produção de sentidos no campo socioassistencial. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 4, n. 1, p. 119-127, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rjp.v4i1.4515>.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

SEN, Amartia K. *Development as Freedom*. New York: Anchor Books, 2000.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *Agenda 2030: ODS - metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável*. 2018.

SOUZA, Jessé et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

UNITED NATIONS, IMPERATIVES, Strategic. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*. v. 10, 1987. Disponível em: <http://www.ask-force.org/web/Sustainability/Brundtland-Our-Common-Future-1987-2008.pdf>

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 200.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

WEIL, David N. *Economic Growth*. London: Editora Pearson; Addison Wesley, 2005.

ZIONI, Fabíola. Exclusão social: noção ou conceito? *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 15-29, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 mar. 2021.

A young plant with large, vibrant green leaves is growing out of a dense layer of dark, irregularly shaped gravel. The plant is positioned in the upper left quadrant of the frame. The gravel is dark grey to black, with some reddish-brown tones visible. The background is a light, sandy surface.

PARTE 2

Um Olhar sobre a Inclusão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 3

FEZ DE SI O QUE SOUBE:

O PROJETO ARACÊ SOB UMA LENTE ACADÊMICA⁸

Equipes dos Projetos de Pesquisa da UFSj sobre o Projeto Aracê



⁸ O título foi inspirado no poema *Tabacaria*, escrito por Álvaro de Campos (heterônimo de Fernando Pessoa), em 1928. O sentido dado pelo autor ao texto, uma apreciação negativa da subjetividade nas modernidades europeia e portuguesa (cada um desses espaços com suas peculiaridades) no início do século XX é aqui, todavia, invertido. No lugar da desesperança do verso, propõe-se uma perspectiva afirmativa. Para ler o poema, consultar a página <http://arquivopessoa.net/textos/163>. Acessada em: 17 fev. 2022.

Introdução

Este capítulo expõe, sinteticamente, os resultados apresentados em dois Relatórios de Pesquisa sobre o Projeto Aracê produzidos por docentes e discentes do Departamento e do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ, entre os anos de 2016 e 2020⁹.

O Projeto Aracê, da Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos (daqui em diante, simplesmente Vina), é uma iniciativa empresarial de inclusão produtiva de pessoas em condição de risco e de vulnerabilidade

LIXO E CIDADANIA

O Festival Lixo e Cidadania foi uma experiência de organização e de mobilização de trabalhadoras e trabalhadores da atividade de coleta de resíduos sólidos urbanos. Iniciado em 2002 e encerrado em 2015, o evento foi promovido anualmente pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais e pela Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare. Algumas edições contaram com a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR e do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Social – Insea entre os organizadores.

Como o nome sugere, o Festival combinava a apresentação de eventos de música e design, exposição de arte, feiras de produtos artesanais e de culinária, rodas de conversa e troca de conhecimento e experiências, além de discussões políticas sobre o universo do trabalho da catação e da vida de catadoras e catadores, além de outros relativos às políticas públicas do interesse desses sujeitos, em especial as relativas à gestão integrada de resíduos sólidos sob a ótica dos catadores. Nesse sentido, constituiu um espaço de representação e de participação política das trabalhadoras e dos trabalhadores da reciclagem dos resíduos sólidos no país (BRASIL, 2005; DIAS, 2009; SILVA, GOES E ALVAREZ, 2013). Pela sua concepção e desenvolvimento, o Festival entrosou a festa popular com o debate político. Entre 2002 e 2012, ele foi realizado em Belo Horizonte; em 2007, foi realizada uma edição em Juiz de Fora (MG); em 2013, em Brasília (DF); e, em 2015, o 1º Festival Estadual Lixo e Cidadania do Cariri (em Crato, Juazeiro e Nova Olinda, no Ceará). Alguns instantes do Festival, em vídeos ou fotografias, podem ser encontrados nos seguintes *sites* da Internet: 9º Festival Lixo & Cidadania - MG - Celebração no 9º Festival Lixo e Cidadania - Fotos - 9º Festival Lixo e Cidadania.

O evento contou, em suas diversas edições, com o apoio da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, do Centro Mineiro de Referência em Resíduos - CMRR, do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas, além de patrocinadores governamentais (estaduais e federais) e de agências multilaterais internacionais.

9 O primeiro Relatório, intitulado *Análise da Eficácia e da Efetividade do Projeto Piloto 'Aracê' de inclusão produtiva da Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos*, foi produzido por Mucio Tosta Gonçalves, Aline Cristina da Cruz, Cícero Augusto Silveira Braga, Haltieres Heitor da Silva, John Heider Domingos Rezende, Maria Gabriela Carvalho Giordane, Mariana Carolina da Silva e Mayk Rodrigues de Andrade, e entregue em novembro de 2018. O segundo Relatório, entregue em junho de 2020, foi produzido por Mucio Tosta Gonçalves, Aline Cristina da Cruz, Bárbara Aleixo Sales, Bárbara Caroline Dias Lisboa, César Augusto Neves, Laura Vieira Aleixo, Lucas Hungaro Chaves da Silva, Luiz Gustavo Couto Gomes e Sarah Gabriel-Lacerda Vasconcelos, com o título de *Mundo do Trabalho, subjetividades (e) alternativas: um estudo de caso*.

socioeconômicos. O projeto, ou o “Aracê”, como o denominaremos doravante neste capítulo, vem sendo desenvolvido pelo Departamento Socioambiental da Vina e por instituições parceiras desde 2007. A sua concepção, porém, data de 2005, quando da participação de Cláudia Lessa no Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte.

Durante a participação na quarta edição do Festival, em novembro de 2005, a Vina compreendeu que uma inclusão social abrangente demandaria a ação de outros atores além dos governos e das Organizações Não Governamentais (ONGs). A ideia formulada naquele momento, e que permitiu germinar o Projeto Aracê, foi a de que a atuação do setor privado contratando pessoas em situação de vulnerabilidade, com carteira assinada, colaboraria na promoção de emprego, trabalho e cidadania (VINA, 2007).

Conforme consta do documento original do projeto, a intenção era contribuir com uma solução prática para a reinclusão daquelas pessoas na sociedade, com respeito e dignidade, além de oferecer um exemplo de ação possível para a responsabilidade social empresarial (2007).

Essa concepção decorreu do fato de a Vina ser uma empresa comprometida com o desenvolvimento sustentável e com o aprimoramento da cadeia produtiva na qual está inserida. Por intermédio do seu Departamento Socioambiental, criado em 2003, a empresa promove parcerias com organizações governamentais e não governamentais, apoiando projetos orientados para a oferta de oportunidades de inclusão social de pessoas em situação social e familiar vulneráveis.

Como descrito em um dos documentos de avaliação da própria empresa sobre o “Aracê”, o projeto:

[...] foi todo concebido em parceria. A VINA não tinha um modelo pronto e não fez nenhum tipo de imposição, por acreditar que esse projeto-piloto deveria ser construído a partir das experiências e demandas apresentadas pelos parceiros para que, juntos, pudessem buscar mecanismos de inclusão social via mercado formal de trabalho (VINA, 2018a, p. 7).

O nome do Projeto (“Aracê”) deriva do tupi-guarani e significa aurora, nascer do dia ou, ainda, o canto matinal dos pássaros¹⁰. Essa é a ideia do projeto: criar oportunidade de “renascimento” para pessoas com trajetória de exclusão. Isso não significa, contudo, prestar assistência social às pessoas em distintas situações de vulnerabilidade social e econômica.

A manifestação de um trabalhador contratado pelo “Aracê”, aqui identificado como Acapu¹¹, confirma essa percepção: “[...] o passado, ao invés de me entristecer, ele me dá mais ânimo, sabe? Eu posso ver que, de onde eu saí, eu posso provar pro mundo que no deserto pode nascer uma rosa ainda, entendeu?” (depoimento verbal gravado¹², concedido em entrevista realizada em 26 de setembro de 2020).

A construção do Projeto, que teve início formal em março de 2007, foi feita em conjunto com a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde e a Gerência de Inclusão Produtiva – GEINP, da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS, ambas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e com a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. O objetivo geral proposto para o “Aracê”, bem como seu pressuposto fundamental, foi o de:

Possibilitar a inserção produtiva no mercado formal de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa inserção possibilitará a melhoria da qualidade de vida para o indivíduo e para sua família, o resgate da cidadania e a promoção social. (VINA, 2016, p. 10)

10 Nome provavelmente ligado aos de Ci, a Terra, e Guaraci, o Sol. Também grafado “Araci”. Ver Dicionário de Tupi-Guarani, disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br>. Acesso em: 2 mar 2022.

11 As pessoas entrevistadas ao longo da realização das investigações e que tiveram as suas opiniões transcritas nos Relatórios mencionados não foram identificadas, conforme os procedimentos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, regulados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – Conep. Esse tratamento das informações respeita a confidencialidade bem como a privacidade dos participantes da pesquisa, contribuindo para evitar estigmatizações. As pessoas são indicadas, quando necessário, por um codinome. Tendo em vista a origem do nome do Projeto analisado, o código utilizado foi o Tupi-Guarani, e escolhemos aleatoriamente nomes de plantas ou deuses(as) para representar os(as) que responderam aos questionamentos realizados, conforme identificados no Dicionário de Tupi-Guarani, disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br>. Acesso em: 2 mar 2022.

12 A transcrição das entrevistas foi feita mantendo-se a linguagem coloquial, uma vez que compreendemos que a transcrição com a correção pela norma culta da língua portuguesa representaria uma “edição” do pensamento. Por essa razão, pedimos que o leitor não considere os “erros de português”, mas o conteúdo vivo das mensagens apresentadas, como expressões orais de uma gramática popular – o que, aliás, parece coincidir com os achados das equipes do Projeto NURC-RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro). A esse respeito, ver: <https://nurcrj.lettras.ufrj.br/>. Acesso em: 17 fev 2022.

Clique na imagem para ver o vídeo

"MEU PASSADO ME DÁ MAIS ÂNIMO..."

Especificamente, a meta de inserção produtiva de pessoas em estado de vulnerabilidade social (aquelas com trajetória de rua e sofrimento mental) defendida pela empresa no projeto visava a ampliar possibilidades de contratação formal, gerar renda, subsidiar a discussão sobre implantação de políticas públicas de inclusão produtiva, exercer a responsabilidade social, disseminar a experiência em diferentes frentes e despertar o interesse de outras empresas para a criação de programas similares (VINA, 2016, 2018a).

No seu desenvolvimento, a Vina ampliou a categoria dos vulneráveis a serem beneficiados pelo Projeto, envolvendo indivíduos com as seguintes realidades: a) pertencerem à população em situação de rua; b) serem usuários de serviços públicos de saúde mental; c) serem egressos do sistema prisional; e d) serem portadores de outros estados de vulnerabilidade social (VINA, 2016, 2018a).

O desenvolvimento do projeto teve início com a formação das parcerias com as organizações governamentais anteriormente referidas e com a Pastoral de Rua de Belo Horizonte, a partir da instituição de uma equipe de referência externa à empresa – a qual deveria acompanhar a adaptação das pessoas contratadas pela Vina à rotina da empresa. Para isso, a metodologia do trabalho foi desenhada a partir da realização de uma Oficina de Preparação para o Trabalho, durante a qual foi promovida a formação de um banco de dados para o Projeto, processo do qual participou o público foco do mesmo (VINA, 2016).

Para a empresa, a ação primordial do projeto “[...] consiste na implementação de processos metodológicos que assegurem aos indivíduos possibilidades de criar e/ou resgatar vínculos com o trabalho formal” (VINA, 2018a, p. 13). A premissa para a implantação da metodologia é a “[...] prática democrática da garantia de direito ao trabalho, difusora de uma cultura geral e de valores éticos e políticos de emancipação social” (VINA, *op. cit.*, p. 13).

Clique na imagem para ver o vídeo



“RESPONSABILIDADE”

Desde março de 2007, a Vina gerou 29 postos de trabalho por meio do “Aracê” em sua sede, em Belo Horizonte, tendo contratado 27 trabalhadores e trabalhadoras (cinco mulheres e 22 homens, dois deles recontratados em momentos distintos). Em sua primeira fase, entre 2007 e novembro de 2008, o “Aracê” permitiu que fossem contratadas 13 pessoas, selecionadas a partir de um universo de 149 pessoas indicadas pela Pastoral de Rua e pela GEINP/SMAAS (VINA, 2009). Entre dezembro de 2008 e 2010, foram contratadas mais cinco pessoas (VINA, 2014). Entre 2011 e 2018, foram contratadas mais dez pessoas.

Desse conjunto, apenas duas pessoas continuam empregadas na empresa até o momento da produção deste livro: uma delas, aqui identificada como Payoari, permanece no quadro de empregados da empresa desde o início do Projeto; a outra, Akouba, foi contratada em 2010, demitida em 2014, e retornou às atividades na empresa em julho de 2021 (VINA, 2009, 2016, 2018a, 2018b; GONÇALVES *et al.*, 2018, 2020; LESSA, 2022).

O retorno de Acapu e de Akouba, ainda que em momentos distintos do tempo, pode ser apontado como uma das oportunidades geradas pelo “Aracê” no tocante à contribuição para a formação de uma ética do trabalho para pessoas com trajetórias de vulnerabilidade social, como eles.

Da mesma forma, Payoari e Panan buscaram a Vina para obter contratação para os seus respectivos filhos (VINA, 2021). Para além de ser uma estratégia aparentemente óbvia de relação vertical voltada para a inserção de familiares no mercado de trabalho pela via dos contatos diretos e de laços fortes (GRANOVETTER, 1973, 1983; PORTUGAL, 2017), provendo a proteção (ou o “amortecimento”) social não encontrada noutros espaços (CARVALHO, ALMEIDA, 2003), essas buscas indicam que a reprodução social pelo trabalho formal constitui um elemento dos valores aceitos por essas respectivas pessoas.

No caso do filho de Payoari, um jovem de 17 anos, ele se candidatou e foi selecionado para uma das vagas do Programa Jovem Aprendiz, aberto pela Vina, tendo começado a trabalhar na empresa em março de 2022 (VINA, 2021; LESSA, 2022). No caso de Panan, ele solicitou uma oportunidade para o filho na empresa, que fez contato com o jovem, com 16 anos à época, em fevereiro de 2021, estabelecendo com o mesmo que, quando ele completasse 17 anos, seria feito novo contato para que ele participasse do mesmo Programa Jovem Aprendiz. O jovem ficou “bem interessado” (VINA, 2021).



Um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento do projeto foi o da organização das contratações das pessoas que se beneficiaram do “Aracê”. Elas foram realizadas sem a aplicação de quaisquer distinções aos(as) contratados(as), os(as) quais eram registrados(as) como quaisquer outros(as) trabalhadores(as) da empresa - os(as) quais, à falta de melhor definição, denominaremos de empregados(as) convencionais. A distribuição dessas pessoas integradas pelo “Aracê” dentro da empresa era realizada segundo as capacidades de cada um(a) e as demandas dos processos de trabalho próprios das funções que deveriam exercer.

Conforme é detalhado pela empresa (VINA, 2018a), foi necessário adequar o procedimento usual de admissão para tornar viável o processo. Assim, por exemplo, apesar de os candidatos encaminhados pelas organizações parceiras terem que se submeter ao processo de seleção habitual, eles poderiam apresentar a documentação completa após a contratação, o que não ocorre com outros interessados que disputam vagas de emprego na empresa. A Vina deixou de exigir, ainda, que os candidatos a uma vaga pelo “Aracê” apresentassem Atestado de Bons Antecedentes.

A lógica adotada em tais contratações estava centrada na percepção das capacidades emocionais e físicas das pessoas indicadas para a (re)entrada no mundo do emprego formal. A Vina, portanto, e a partir das indicações feitas pelos parceiros, selecionava aquelas pessoas que podiam ser incorporadas aos postos de trabalho disponíveis.

Um elemento importante da estratégia de seleção da empresa para a contratação dessas pessoas deve ser destacado:

Percebendo que a exigência do Atestado de Bons Antecedentes poderia inviabilizar o Projeto Aracê, já que a condição de vulnerabilidade social daqueles candidatos poderia apresentar algum tipo de conflito com a Lei, a VINA decidiu abrir mão dessa exigência. A solução encontrada foi criar a Metodologia de Referências: o técnico, conhecedor da história do candidato, se responsabiliza por sua indicação e, a partir daí, o candidato passa pela via normal de contratação da VINA e a condição do seu passado recente torna-se irrelevante no processo. Depois dos processos acima citados, o candidato que passar nos testes de seleção será contratado dentro das normas da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho - com os mesmos direitos e deveres de qualquer contratado da empresa. No decorrer do processo, os parceiros vão criando mecanismos para que os candidatos possam apresentar a documentação completa (VINA, 2018a, p.21-22).

Uma vez dentro da empresa, as pessoas contratadas eram acompanhadas no seu desenvolvimento profissional, evitando-se ações paternalistas, e tendo como referência a eficiência do desempenho individual (VINA, 2018a).

A adoção do mecanismo de dupla referência (externa e interna) permitiu à empresa lidar com conflitos potenciais e reais, envolvendo o cumprimento de uma legislação que não abarca pessoas vulneráveis e seu desejo de agir de forma socialmente responsável. As referências, ao acompanhar os(as) contratados(as), geravam condições para a sua permanência e para as mudanças prováveis que poderiam ocorrer em suas vidas a partir do emprego (VINA, 2018a).

Da mesma forma, considerando e respeitando a trajetória de vulnerabilidade social das pessoas contratadas por meio do “Aracê”, a empresa optou por assumir a demissão daqueles e daquelas que se demitiram, de forma a garantir-lhes algum auxílio, com o pagamento de verbas rescisórias e pela viabilização do acesso ao seguro-desemprego (VINA, 2018a).

EMREGO E TRABALHO SOB ATAQUE: A CONTRARREFORMA TRABALHISTA

Desde o golpe de Estado desferido contra a sociedade brasileira, com a destituição da presidenta Dilma Vana Rousseff, ratificada em 31 de agosto de 2016, foi aprofundado um processo de desmonte da legislação de proteção ao trabalho e ao emprego no país. Esse processo é denominado pela literatura de “contrarreforma trabalhista” (RAMOS *et al.*, 2017; KREIN, 2018; GHIRALDELLI, 2019; TRINDADE, 2021) e caracteriza-se por um conjunto de mudanças das instituições de regulação do trabalho.

Por um lado, essas mudanças vêm buscando legalizar práticas que são geradoras de precariedade e insegurança nas relações de trabalho (quanto às condições de contratação, organização dos processos de trabalho e remuneração). Tais práticas são executadas por empresas de todos os portes e que atuam em quase todos os setores e ramos da produção. Por outro lado, a contrarreforma baseia-se na reorganização das instituições públicas do trabalho responsáveis pela aplicação de normas e pela efetivação de direitos do trabalho. Tal reorganização é explicitada na descentralização do processo de definição das regras que regem as relações entre trabalhadores(as) e empregadores(as) para o interior das empresas. Os quadros apresentados em seguida, extraídos de Krein (2018), ilustram esse processo. Aos elementos indicados, podem ser acrescentados o trabalho análogo ao escravo, o emprego sem registro (inclusive de crianças) e o pagamento de salários menores para mulheres, como formas persistentes da exploração do trabalho no Brasil.

A justificativa dada para a realização da contrarreforma é, pasmem, o favorecimento de uma nova institucionalidade que permitirá a geração de mais empregos e diminuirá a informalidade, pela “flexibilização” ...

No ano de 2017, foram aprovadas a Lei nº 13.429 e a Lei nº 13.467, que modificaram elementos centrais da proteção das relações de emprego e diminuíram o poder das instituições responsáveis pela normatização das relações de trabalho, promovendo uma desconstrução dos direitos trabalhistas.

Outro aspecto mencionado pelo autor sobre a contrarreforma é em relação ao enfraquecimento das instituições na área do trabalho – sindicatos e instituições governamentais.

A nova legislação enfraqueceu as organizações sindicais dos trabalhadores, por meio da introdução de normas que determinaram: a prevalência do negociado sobre o legislado; a representação sindical no local de trabalho por unidade da federação; a possibilidade de negociação individual dos contratos de trabalho; a retirada da supervisão sindical das homologações dos trabalhadores com mais de um ano de contrato, dentre outras medidas. Como resultado, houve um estrangulamento político e financeiro dos sindicatos.

Principais elementos da reforma trabalhista = Perda de direitos

Eixos da reforma	Principais mudanças
Flexibilidade nas modalidades de contratação	1. Liberalização da terceirização 2. Novas modalidades de contratação: - Ampliação do contrato temporário - Ampliação do contrato parcial - Contrato intermitente - Teletrabalho 3. Estimulo a contratação como autônomo ou pessoa jurídica 4. Facilidade para demitir 5. Redução dos gastos com a demissão
"Despadronização" da jornada	1. Flexibilidade da jornada - Bancos de horas - Compensação individual 2. Extensão para todos os setores jornadas 12x36 3. Pausa amamentação será negociada 4. Redução horário de almoço 5. Não pagamento das horas in itinere 6. Pagamento do horário produtivo 7. Não pagamento de horas extras no home office
Remuneração variável	1. Remuneração variável 2. Redução salarial por meio de negociação coletiva 3. Pagamento como não salário 4. Descaracterização do salário 5. Parcelamento dos pagamentos
Outros aspectos das condições de trabalho	1. Permissão de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em ambientes de trabalho insalubre 2. Limpeza uniforme 3. Fragilização da fiscalização

Fonte: Krein (2018, p. 91).

Principais elementos da reforma trabalhista = Perda de direitos

Fragilização das instituições públicas e dos sindicatos	
Fragilização do sindicalismo	1. Prevalência do negociado sobre o legislado 2. Negociação individual se sobrepõe a lei e aos contratos coletivos (com renda superior a U\$ 3.000,00) 3. Regulamentação da representação sindical no local de trabalho 4. Fim das contribuições sindicais obrigatórias e resultantes da negociação coletiva 5. Descentralização dos espaços de definição de regras 6. Homologação deixa de ser assistida pelo sindicato
Esvaziamento da justiça do trabalho	1. Mecanismo de solução privada dos conflitos 2. Negociação direta da demissão 3. Custos das perícias judiciais ao que propõe a ação 4. Limites ao TST em formular jurisprudência
Redução da fiscalização	Estabelecimento de limites a fiscalização

Fonte: Krein (2018, p. 94).

Nota: Os textos dos quadros acima reproduzem fielmente o material original, de autoria de José Dari Krein.

Fonte: KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 91-94, abril de 2018.

Uma estratégia da qual os contratados pelo “Aracê” se beneficiaram, igualmente aos empregados(as) convencionais, foi a da possibilidade de contraírem empréstimos monetários na empresa, limitados ao valor máximo de cinco mil reais, sem cobrança de juros, e com o pagamento dividido em até doze parcelas, descontadas diretamente em folha de pagamento. Seis das pessoas empregadas por intermédio do projeto na sede da empresa tomaram tais empréstimos (VINA, 2018a).

Outra ação adotada pela empresa para a integração do seu corpo de trabalhadores e trabalhadoras é a festa da Vina, realizada nos finais de ano, que reúne toda a equipe para uma confraternização e durante a qual são realizados sorteios de brindes. Entre 2008 e 2015, oito integrantes do “Aracê” foram contemplados com prêmios em dinheiro ou outros objetos (VINA, 2018a). Enfim, todos esses são exemplos importantes da estratégia de responsabilidade com o trabalho e para com trabalhadores(as) adotada pela empresa.

De todo modo, não se pode dizer que aquele *ethos* do trabalho se distribuiu igualmente entre as pessoas contratadas pelo “Aracê”. O número de pessoas que passaram a faltar (em dias alternados ou não) e/ou chegavam atrasadas ou saíam do local de trabalho antes do final do expediente diário, após alguns meses de trabalho, foi de 22%, conforme pode ser depreendido da leitura das informações disponibilizadas nos históricos individuais em documentos da empresa (VINA, 2018a; 2018b; 2021). As principais razões explicativas para tais comportamentos, quando manifestadas, eram problemas de ordem familiar ou relacionadas ao uso de drogas (lícitas e/ou ilícitas).

Em 2016, a Vina repensou a metodologia das referências, partindo da constatação de que um desafio presente desde o início do “Aracê” era como prover o acompanhamento necessário às pessoas contratadas para que a sua adaptação e inclusão social não fossem entendidas, por elas, como um processo assistencialista (VINA, 2018a).

Pode-se supor que o principal motivo para tal mudança tenha sido o fato de que, em 2008, foram desfeitas as parcerias com as agências do poder público municipal. Permaneceu, apenas, a parceria com a Pastoral de Rua, a qual foi fundamental para identificar e contratar trabalhadores e trabalhadoras com o perfil socioprofissional definido no projeto. De todo modo, o fim dessas parcerias enfraqueceu a equipe de referência externa (VINA, 2018b).

Em agosto de 2019, a Vina informou que três novos postos de trabalho estavam sendo gerados em unidades da empresa fora de Belo Horizonte, seu município sede. Duas dessas contratações haviam sido realizadas no município mineiro de Arcos, em janeiro daquele ano, e outra no próprio mês de agosto. O terceiro contrato foi realizado também naquele mesmo mês, na unidade da empresa no município de Pouso Alegre, também em Minas Gerais (SOCIOAMBIENTAL VINA, 2019).

Conforme comunicação enviada pela Diretoria da Vina, tais contratações aconteceram “em regime padrão”, ou seja, não seguindo a metodologia do “Aracê”, e foram iniciativas das gerências das unidades mencionadas, sem consulta à direção da empresa. Elas, não obstante, pelo perfil dos contratados, foram consideradas contratações no padrão do “Aracê”.

Em relação a esse assunto, a direção da Vina ressaltou que “[...] a filosofia que estamos tentando passar à nossa equipe, nesses 16 anos, de alguma maneira está sendo absorvida... e se multiplicando” (SOCIOAMBIENTAL VINA, 2019). Se houve a boa vontade de apropriar-se da ideia do projeto, foi também percebida, no entanto, a existência de um preconceito, uma vez que as ações parecem ter sido orientadas pelo desejo de contratar pessoas não qualificadas, que necessitavam de um emprego temporário, sem que tenham sido providenciadas as condições ideais de trabalho para estes trabalhadores (SOCIOAMBIENTAL VINA, 2019).

Em 2022, a Vina tornou-se parceira da PBH no [Programa Estamos Juntos](#), por meio do qual foi contratada uma pessoa do sexo masculino. O referido Programa foi instituído pela Lei nº 11.149, de 08 de janeiro de 2019, com os objetivos de fomentar e de garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas no município, por meio do estabelecimento de uma parceria entre o poder público Municipal e empresas privadas.

O Programa é realizado pela Secretaria de Trabalho e Emprego, em associação com a Secretaria de Assistência Social, ambas da municipalidade. Após o reconhecimento de possíveis beneficiários nos abrigos públicos, que acolhem pessoas em situação de rua, feito por pessoal técnico da Secretaria de Assistência Social, ou em reuniões no Posto Municipal do Sine, com pessoal técnico da Secretaria de Trabalho e Emprego, aquelas pessoas vulneráveis que aceitam participar do Programa assinam um termo de adesão e de comprometimento. A partir daí, a Prefeitura busca as empresas parceiras que aceitem contratar tais trabalhadores e trabalhadoras.



INCLUSÃO PRODUTIVA
VIA MERCADO FORMAL
DE TRABALHO

O Quadro 1, apresentado a seguir, ilustra o movimento das contratações e dos desligamentos das pessoas contratadas pelo “Aracê” ao longo da última década e meia:

Quadro 1 - Pessoas contratadas pelo Projeto “Aracê”, por local da contratação, organização parceira que indicou e datas da contratação e do desligamento

Local da contratação	Org. parceira	Contratação	Desligamento
Belo Horizonte	Outra	03/05/2007	21/01/2013
Belo Horizonte	SMAAS	03/05/2007	05/05/2008
Belo Horizonte	SMAAS	21/05/2007	17/07/2008
Belo Horizonte	SMAAS	24/07/2007	12/11/2007
Belo Horizonte	SMAAS	24/07/2007	28/08/2008
Belo Horizonte	SMAAS	26/07/2007	16/05/2008
Belo Horizonte	SMAAS	13/08/2007	14/03/2016
Belo Horizonte	Pastoral de Rua	10/09/2007	10/03/2008
Belo Horizonte	SMAAS	05/11/2007	11/11/2008
Belo Horizonte	SMAAS	05/11/2007	19/12/2007
Belo Horizonte	SMAAS	19/11/2007	07/07/2010
Belo Horizonte	SMS	20/10/2008	21/10/2008
Belo Horizonte	SMS	13/11/2008	06/02/2009
Belo Horizonte	SMAAS	13/04/2009	13/01/2010
Belo Horizonte	SMAAS	22/10/2009	22/09/2012
Belo Horizonte	SMAAS	14/01/2010	(*)
Belo Horizonte	Outra	10/05/2010	26/02/2014
		01/07/2021	(*)
Belo Horizonte	SMAAS	24/03/2011	09/01/2012
Belo Horizonte	SMAAS/P. de Rua	23/04/2012	12/12/2012
		23/03/2016	21/03/2017
Belo Horizonte	Outra	04/06/2012	16/05/2015
Belo Horizonte	Outra	08/05/2013	03/05/2014
Belo Horizonte	Sec. de Estado de Defesa Social (**)	20/10/2014	08/03/2016
Belo Horizonte	Pastoral de Rua	08/01/2015	21/02/2015
Belo Horizonte	Pastoral de Rua	08/01/2015	06/04/2016
Belo Horizonte	Pastoral de Rua	14/01/2015	03/01/2016
Belo Horizonte	Pastoral de Rua	10/03/2015	01/06/2015
Belo Horizonte	Pastoral de Rua	n.d.	n.d.
Arcos	Outra	16/01/2019	25/10/2019
Pouso Alegre	Outra	14/08/2019	n.d.
Arcos	Outra	16/08/2019	16/10/2019

Fonte: Vina (2018) e documentos de atualizações do Projeto “Aracê”, de uso restrito, não difundidos, produzidos entre novembro de 2015 e novembro de 2021 pelo Departamento Socioambiental da Vina.

Notas: (*) Foi considerada a permanência até a data de 3/3/2022, para fins exclusivos de análise; (**) Atualmente, em 2021, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp); n.d.: informação não disponível.

Além das informações prestadas no Quadro 1, anteriormente, e de acordo com as mesmas fontes consultadas, ressalte-se que:

- 1) Quinze (ou 56%) das pessoas listadas contratadas em Belo Horizonte possuem o ensino fundamental incompleto, a mesma escolaridade do trabalhador contratado em Pouso Alegre;
- 2) Cinco das 27 pessoas que foram contratadas pelo “Aracê” para trabalhar no município sede da Vina foram promovidas de cargos e funções ao longo da sua permanência na empresa;
- 3) Quatro das 27 pessoas contratadas pelo projeto, em Belo Horizonte, eram egressas do sistema prisional. No caso de Arcos, ambos os contratados eram oriundos do sistema carcerário nacional;
- 4) Um trabalhador e uma trabalhadora que trabalharam na sede da Vina moveram ações na Justiça do Trabalho contra a empresa, sendo que uma delas perdeu e a outra aceitou acordo proposto pela empresa;
- 5) O número médio de dias de permanência dessas pessoas como empregadas da empresa foi de 677 dias, considerando os 29 contratos que foram realizados entre 2007 e 2021. Desconsiderando os extremos (dois contratos de apenas um dia de trabalho e outros dois contratos, ainda vigentes até o momento da produção do presente capítulo), esse número passa a ser de 598 dias, em média. São números impressionantes, considerando-se que, no País, os trabalhadores permanecem pouco tempo empregados. Segundo estudo do DIEESE, publicado em 2012: “Na média geral... em 2009, nada menos que 63,6% dos trabalhadores desligados tinham menos de um ano no último emprego” (DIEESE, 2012, p. 90). Em 2010, de acordo com a mesma fonte, esse percentual era superior a 53%.

Ao conhecermos este conjunto de informações, ressaltamos que o número de empregados contratados no âmbito de um projeto como esse não pode, por si só, ser considerado indicador suficiente da relevância da experiência, especialmente para organizações da sociedade civil e governamentais que lidam com populações vulneráveis em busca de soluções para os problemas da geração de emprego e de renda.

Segundo a concepção explorada nos estudos que realizamos sobre o “Aracê”, a efetividade da ação foi percebida como mais importante do que a sua eficácia – hipótese que foi confirmada ao longo do processo investigativo.

Clique na imagem para ver o vídeo

“ESPERANÇA”

Durante esse período, a quase totalidade das pessoas contratadas pelo “Aracê” deixou a empresa. Os fatores que contribuíram para essa situação vão desde a ruptura e fragilização das parcerias até a morte de duas pessoas – histórias que marcaram a trajetória do projeto na empresa.

O “Aracê” continua ativo, incorporado à rotina de contratações da Vina. A empresa assim interpretou os desdobramentos do “Aracê”:

A pouca quantidade de inserções, de dois anos para cá, deve-se à crise econômica, social e política que o Brasil está passando. A empresa, de 2016 para cá, vem perdendo contratos, enxugando, e as poucas oportunidades de admissão que aconteceram na Vina não atendiam ao perfil do público Aracê. Além dessa realidade significativa, a diferença entre os ritmos do setor privado e dos parceiros deste piloto (informais – e atualmente, basicamente, a Pastoral de Rua), mais uma vez, se faz presente. A empresa não é atendida na agilidade que ela precisa, especialmente, no caso das contratações. Desde 2017, o Departamento Socioambiental vem solicitando à Pastoral a alimentação do Banco de dados dos currículos da empresa com o perfil do público-alvo do Projeto Aracê, mas até o fechamento desta documentação nenhum currículo ou indicação nos foi encaminhado. Outra dificuldade foi a colaboração da Pastoral para descobrir o paradeiro dos ex-Aracê, o que o Departamento vem solicitando desde a parceria estabelecida com a UFSJ, em 2015. O Departamento Socioambiental da Vina fez visitas à Pastoral, enviou e-mails e fez vários contatos telefônicos, explicando a importância da parceria da Pastoral nessa ação. [...] As informações sobre os paradesiros muitas vezes chegaram ao Departamento encaminhadas pela Pastoral, mas só pelo fato de termos entrado em contato com a Pastoral solicitando um retorno sobre essa demanda. Os responsáveis, em diferentes contatos, nos comunicaram que haviam se esquecido de nos avisar, ou de pegar informações com os “Aracês” que por lá aparecem de tempos em tempos e que, de alguma maneira, ainda mantêm vínculos com a Pastoral. Esse tipo de acontecimento, na visão da Vina, deve ser analisado, pois o Projeto-piloto Aracê surgiu a partir da demanda do poder público e da Pastoral. A pergunta é: será que o problema é apenas a diferença de ritmos ou outros fatores envolvem essa questão? Assistencialismo? (VINA, 2018a, p. 2-3).

Em 2017, a Vina avaliou que os objetivos do “Aracê” estavam sendo executados em um ritmo e com um cuidado coerentes com as dificuldades próprias de um projeto desta natureza. Considerou, ainda, que a qualidade do processo das contratações era mais importante do que a quantidade das mesmas. Somando essas duas considerações à percepção de que os contratados pelo projeto não apresentaram nenhuma dificuldade significativa de relacionamento e de adaptação ao trabalho (exceto no caso dos que chegaram pela via da Secretaria Municipal de Saúde), a empresa concluiu que “[...] é viável a reinserção de pessoas com trajetória de exclusão social no mercado formal de trabalho” (VINA, 2018a, p. 288).

Em 31 de dezembro de 2017, a Vina considerou finalizada a etapa piloto do Projeto Aracê. A partir de 2018, o projeto continua ativo, tendo sido incorporado à rotina de contratações da empresa.

O Projeto Aracê e seus significados

Na condução da pesquisa que gerou os dois Relatórios anteriormente mencionados foram entrevistados três grupos de pessoas: (1º) as empregadas da empresa e seus dirigentes, lotadas na sede da mesma, em Belo Horizonte; (2º) as que compõem as organizações governamentais e não governamentais, parceiras da Vina no desenvolvimento do projeto; e (3º) as que foram contratadas pelo “Aracê”.

No caso do primeiro grupo, foram adotadas duas formas de obtenção de dados e informações: uma entrevista estruturada (questionário), por meio do qual foram ouvidas 28 pessoas, sendo 13 do sexo feminino e, 15, do sexo masculino; e uma entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos a partir do uso de ambos os instrumentos de coleta serão apresentados em seguida, procurando compor um perfil mínimo dessas pessoas, acompanhado das opiniões que emitiram e que compõem representações sobre o “Aracê”. Essa etapa da pesquisa foi importante para, quando realizada, permitir uma compreensão do “ambiente” no qual o “Aracê” vinha sendo desenvolvido – afinal, quando iniciamos o processo de investigação, o projeto já possuía uma história de mais de dez anos.

O perfil obtido foi inicialmente definido como bastante heterogêneo. Responderam pessoas que ocupavam 21 diferentes cargos na empresa. A maior parte delas possuía idade entre 32 e 43 anos.

Apenas um respondente teve a Vina como lugar do seu primeiro emprego. Os e as demais afirmaram ter tido vínculo empregatício com outras empresas – usualmente de diferentes setores de atuação. Dessas pessoas, 21 tiveram empregos com carteira assinada, dois não tiveram, dois eram autônomos, um era estagiário e outro foi contratado por concurso público.

Considerando que o “Aracê” é um projeto de contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade que conta com um método próprio, exclusivo da Vina, procuramos saber sobre o processo de contratação destas pessoas que não constituíram o público-alvo do projeto (isto é, os[as] empregados[as] convencionais). O objetivo que pretendíamos alcançar a partir dessa informação era o de saber quais fatores influenciaram a estratégia de contratação, pela empresa. As respostas revelaram que 63% dos entrevistados inseriram-se na Vina por meio de indicações (principalmente de amigos, de pessoas vinculadas à empresa e de organizações de cadastro de emprego).

Quanto ao tempo de emprego na Vina, aproximadamente 80% das pessoas desse primeiro grupo estavam empregadas há mais de três anos completos, sendo que 36% trabalhavam na Vina havia cinco anos ou mais. Apenas um trabalhador que respondeu ao questionário estava empregado na empresa há menos de um ano.

Considerando-se as características individuais dos respondentes, a maioria (43%) se classificou como pardo(a), seguido das pessoas autodeclaradas brancas (36%), negras (18%) e amarelas (3%).

Mais de 80% das pessoas empregadas pela empresa afirmaram possuir residência própria. Apenas um empregado informou “outro local de residência”, indicando residir em uma ocupação urbana organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB.

Buscou-se ainda saber se os empregados recebem benefícios de programas sociais governamentais. Apenas dois respondentes assinalaram resposta positiva, sendo um recebedor de auxílio do Programa Federal Farmácia Popular, e, o outro, integrante do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

Sobre o rendimento do trabalho, a diversidade de cargos implicou a informação de distintas remunerações. A maior parte das respostas indicava uma remuneração mensal entre um e até dois salários mínimos à época¹³ (36%), enquanto 32% afirmaram receber mensalmente entre dois e três salários mínimos e, 29%, mais do que três salários mínimos.

As indicações sobre a alocação das remunerações mensais declaradas apontaram a alimentação como uma das principais despesas, seguida dos gastos com lazer, moradia e transporte.

Do ponto de vista dos fatores relacionados às condições de trabalho e de remuneração ofertadas pela empresa, 85% dos(as) empregados(as) consideraram o ambiente de trabalho e a relação com o chefe como um dos principais fatores positivos de se trabalhar na Vina. Além desses, 75% das pessoas empregadas afirmaram que a atividade exercida e sua remuneração é uma vantagem. Dessas mesmas pessoas, 71% afirmaram que a alimentação, a possibilidade de capacitação e demais benefícios oferecidos eram as razões pelas quais a empresa poderia ser considerada um bom local para estar empregado. Por fim, 60% dos empregados consideraram o engajamento social da Vina como um fator positivo do emprego na empresa.

A percepção que se obtém por meio desses resultados é a de que os benefícios e condições mais selecionados pelos entrevistados são semelhantes aos oferecidos por outras empresas. Aquela alternativa que poderia ser considerada um diferencial da Vina, quando comparada a outras organizações empresariais (o engajamento social), foi avaliada como relativamente menos importante – apesar de ter sido destaque entre os respondentes.

Quando perguntadas sobre o “Aracê” e seus(suas) beneficiários(as), três quartos das pessoas que responderam ao questionário avaliaram possuir entre bom e ótimo conhecimento do projeto. Apenas um funcionário não possuía conhecimento sobre o mesmo e, portanto, não cumpriu o requisito mínimo para responder às perguntas sobre o assunto.

Tratando da relação profissional entre as pessoas entrevistadas e os(as) trabalhadores(as) contratados(as) pelo “Aracê”, 25% avaliaram-na como sendo ótima, enquanto outros 14% consideram-na como sendo muito boa. Noutra ponta, 18% consideraram essa relação regular e apenas um funcionário a definiu como ruim.

13 Valor de referência baseado no salário mínimo vigente no ano de 2017: igual a R\$937,00.



Algumas entrevistas, por outro lado, acusaram terem sido poucos os momentos de compartilhamento social entre os(as) empregados(as) convencionais da Vina e as pessoas contratadas por intermédio do “Aracê”. Acredita-se que mais momentos como esses teriam sido cruciais para melhor interação social entre ambas as “categorias” de sujeitos do trabalho, uma vez que eles serviriam para criar e fortalecer laços de solidariedade, confiança e afeto entre os dois grupos, evitando-se uma sociabilidade pautada estritamente no cumprimento de regras da ocupação em um emprego (conforme depoimentos verbais gravados, concedidos em entrevistas realizadas com Ubiratã, em 31 de agosto de 2019, e com Cabiúna, em 16 de setembro de 2019). A última entrevistada foi clara ao afirmar que tal compartilhamento, combinado à estratégia das referências, poderia ter surtido efeito positivo no suporte e, quem sabe, na permanência de muitas das pessoas contratadas pelo projeto:

Talvez também tivesse feito uma diferença, [...] uma vez por semana na empresa talvez, no primeiro mês, com roda de conversa com os colegas ou visita domiciliar, que assegurasse uma vez por semana nesse primeiro mês. Não pra vida toda, mas, nesse primeiro e segundo meses, talvez uma escuta mais efetiva das pessoas, talvez a gente tivesse conseguido dar mais encaminhamento e articular os suportes que ela precisasse naquele momento. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 16 de setembro de 2019)

A partir dos dados de percepção colhidos por meio do questionário, foi possível identificar alguns aspectos da relação entre quem é empregado(a) pelas vias consideradas usuais do mercado de trabalho e aqueles(as) empregados pelo projeto. Dentre os respondentes, metade deles acredita que a dedicação dos empregados beneficiários do “Aracê” pode ser considerada “normal”, idêntica à de qualquer outro empregado da empresa. Mais do que 21%, porém, avaliaram que o relacionamento profissional dos(as) beneficiários(as) do “Aracê” com a empresa era ruim ou regular.

As situações e condições para tal interpretação envolvem, por exemplo, a comparação entre os dois tipos de pessoas empregadas pela empresa, bem como entre as exigências feitas para ambos os tipos. Segundo Iuçara, por exemplo:

É difícil lidar com questões de regras em si. Porque, igual foi falado, eles não têm essa rotina que nós temos. Então, assim, eu acho que talvez seria isso. Reeducar. Não é que eles não saibam, eles nunca passaram por aquilo. Então é difícil ter uma educação de ser moldado. Isso é um processo. E é uma coisa que não acontece do dia pra noite. Depende, cada um tem o seu tempo. Então, eu acho que a Vina, em si, ela tá muito [...] tá muito transparente nessa questão de saber que cada um tem seu tempo. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 13 de março de 2017)

Para Ibiraobi, por sua vez:

Eu vou responder mais pelo o que eu escutei lá em cima, que a princípio todas as pessoas tiveram um pouquinho de dificuldade de se acostumar com a rotina. Eu acho que todas as pessoas, pelo menos eu, quando chego num emprego novo assim, a princípio a gente tem aquela meia dificuldade de adaptação, porque já tem os grupinhos formados. Até que você consiga se identificar com um grupinho pra você virar parte de um, né? Porque todo lugar tem isso, tem os grupinhos e você se identifica com as pessoas e você começa a fazer parte de um grupinho. Essa parte de adaptação, essa dificuldade, eu acho que todo mundo passa por isso. Tudo novo, tudo pra você é estranho. Até você se acostumar, até você se adaptar, demora um tempo. [...] Mesmo que as pessoas não estejam rotulando, mesmo que as pessoas não saibam, a pessoa já tem aquele medo de sofrer algum tipo de preconceito. Então, eu acho que pra eles seja mais difícil. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 16 de janeiro de 2017)

Tarumã, citando outro exemplo de interpretação da trajetória dos beneficiários(as) do “Aracê”, afirma que o compromisso e o interesse deles e delas permitiu que houvesse “evolução”. Segundo ele:

[...] não tinha emprego, né? Ele dependeu de trabalhar aqui dentro. Trabalhou de ajudante, limpando máquina. Depois teve a oportunidade e foi trabalhar de borracheiro. Depois ele ficou incentivado e tirou a carteira de motorista dele. Uma

pessoa que não tinha nem documento direito, hoje tem carteira B, depois pra passar pra carteira D. Depois teve oportunidade. Assim, chegou a pegar os caminhão uma época que ele tava apertado na máquina, aí chegava uns caminhão pra dar uma força. Ele pilota caminhão. Pra você ver, uma pessoa que veio lá do chão pra hoje passar pra ser borracheiro, operador de máquina e, hoje, pega qualquer caminhão! Se fosse um projeto ruim, hoje eles não estariam no lugar que tá. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 16 de janeiro de 2017)

Em relação às pessoas com algum tipo de sofrimento mental, incorporadas à empresa pelo “Aracê”, buscou-se saber qual era a avaliação sobre a capacidade e o desempenho delas por parte de quem respondeu ao questionário. Mais da metade dessas pessoas acredita que portadores de sofrimento mental podem ter um desempenho duvidoso ou completamente inadequado ao trabalharem na empresa. De acordo com o depoimento de Iuçara:

Por exemplo, no início, aquela questão do pessoal com problemas mentais. [...] Eu tive problema com um deles. Porque eles, tipo assim, a gente cumprimenta, a gente tenta tratar ao máximo bem e eles são carentes disso. Então, um deles se apegou a mim, só que ele se apegou de uma outra forma. Com interesse em mim. Então, teve uma festa da Vina que eu fui entrar no banheiro e ele foi atrás de mim. E ele queria me pegar dentro do banheiro mesmo, literalmente. Então, foi uma situação bem complicada, ele era muito grande, eu passei por um constrangimento muito grande. Então, assim, eu acho que essa questão do pessoal que tinha esses problemas. [...] É um caso... a gente entende. Igual esse menino mesmo, eu não fiquei com raiva dele. Não tem nem porque. É uma forma, assim, eu acho que eu dava tanta atenção pra ele que ele se sentia um afeto, que ele queria casar comigo... É, comprou uma aliança de noivado. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de dezembro de 2016)

A mesma entrevistada referiu-se a outra das pessoas contratadas por intermédio da parceria com a Secretaria de Saúde Mental de forma similar:

[...] igual uma faxineira também, uma gracinha, mas ela tinha problema, foi bem difícil lidar com ela. Porque ela tinha o humor muito variável. Um dia ela tava bem, no outro dia ela não tava. Assim, você não podia nem olhar pra ela. Então, talvez se eles tivessem selecionado mais um pouquinho, sabe? [...] Então... essa menina também da limpeza, ela era uma pessoa que se esforçou demais, gente. Eu fiquei muito triste quando ela saiu, porque eu tentei ajudar ela muito, muito, muito. Mas infelizmente ela tomava muito remédio, é uma pessoa que tinha uma medicação muito forte. Então ela precisava talvez de, sei lá, um outro serviço. Porque limpeza, a gente acha que é uma coisa fácil, mas não é. Se você tem uma mesa ali, cheia de papel, você vai limpar, você tem que tentar deixar o máximo do jeito que eu tô deixando, né? Pela minha organização. Por mais que esteja desorganizado, pela minha organização eu vou chegar e vou saber onde está. Então, às vezes, ela não tinha esse controle. Então, pra ela, esse tipo de serviço não ficaria legal. Mas ela poderia, sei lá, talvez entrar num outro setor ou outra empresa. Há casos e há casos, tem que saber analisar. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de dezembro de 2016)

Uma avaliação sobre o papel do Departamento Socioambiental em relação ao “Aracê” foi provida por quem respondeu ao questionário. Questionou-se, primeiramente, se o projeto teria o mesmo resultado sem a coordenação do Departamento. Dentre os e as respondentes, 64% afirmaram que o “Aracê” não teria o mesmo resultado se o Departamento estivesse ausente, enquanto outros 18% acreditavam que ele teria a mesma evolução sem a referida participação.



O Aracê possui diversas dimensões, segundo a percepção que os indivíduos inseridos no contexto do “Aracê” apresentaram. As opiniões, interpretações e representações obtidas ao longo das investigações realçam o mérito da iniciativa da empresa, principalmente por parte daquelas pessoas que ocupam cargos de direção na Vina. Isso é perceptível na fala de Emburi: quando questionado sobre a qualidade do projeto como um todo, afirmou que a empresa fez todo o possível para “agregar valor” à vida dos beneficiários, ainda que dividindo essa parcela de responsabilidade com outros agentes:

Não teria como mais a empresa ajudar essas pessoas, a não ser, né, que tivesse uma outra estrutura, né? Talvez ajudaria um trabalho psicológico, terapias, né? Por questões psicológicas que também envolve. Agora, a oportunidade foi cem por cento dada, né? Aí, acho que muitos se desviaram, por questões pessoais, pessoais mesmo, não por falha da empresa. Isso aí, de maneira alguma! (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 12 de julho de 2016)

A interpretação dada por Ybyrá, por sua vez, ressaltou que o suporte dado pela empresa a quem ingressou pelo “Aracê” não era assistencialista, afirmando:

Esse, pra mim, é o maior desafio do Projeto. É que eles [pessoas que se beneficiam do Projeto] estão acostumados, tudo pra eles é assistencialismo. Eles estão acostumados muito a ficar parados e que alguém sempre faça por eles. Aí, de repente, ele muda de papel e aí fica mais complicado. Acho que esse é o desafio. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2017)

Apesar da importância do “Aracê” ter sido ressaltada, foi percebido que as equipes empregadas pela empresa não estavam totalmente familiarizadas com o projeto. Esse ponto pode ser exemplificado pelo depoimento dado por Ibiraobi: ela, apesar de ter admitido não conhecer o “Aracê” a fundo, considerou valiosa a ação da empresa ao romper com preconceitos. Mesmo assim, ela sugeriu a alteração da dinâmica de inclusão, destacando que:

[...] agora as pessoas são inseridas sem as outras pessoas saberem, até mesmo pra elas não terem nenhum tipo de preconceito. Talvez esse seja o pensamento do pessoal envolvido, mas eu acho que um projeto tão rico e tão bonito, ele devia ser mais exposto para os empregados. Não precisa falar que está entrando alguém no projeto, mas divulgar que a empresa tem esse projeto, que a empresa faz esse projeto, que a empresa tem esse projeto social. Então eu acho que seria bacana isso. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 16 de janeiro de 2014)

Outra questão de elevada complexidade do projeto refere-se à interação entre as organizações parceiras. Ybyrá ressalta, nesse sentido, que a relação entre as dinâmicas dos setores público e privado, expressa na diferença de fluxos de funcionamento de ambas as esferas, foi um desafio, inclusive com potencial de prejudicar o trabalho:

É o ritmo. O que rompeu o projeto em um primeiro momento foram dois fatores: primeiro, a diferença do ritmo entre o público e o privado, adaptar um ao outro. Por exemplo, quando eu abro a vaga, eu preciso pra ontem. Se leva três dias pra conseguir falar, mais cinco pra vir, muitas vezes, não conseguimos fazer a inclusão [...]. Às vezes tenho que fazer uma mobilização pra amanhã. Então, isso foi um problema, e a questão que também, eu como coordenadora do projeto, tava muito preocupada com a qualidade do projeto e não de por número e estatística para evento. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2017)

O segundo grupo que contribuiu com informações para o desenvolvimento das análises realizadas foi composto por pessoas que participaram da estruturação do “Aracê”. Dentre elas, destacaram-se as representantes da Pastoral de Rua de Belo Horizonte e da Suricato - Associação de Trabalho e Produção Solidária¹⁴, parceiras que foram consideradas referências externas do projeto nos seus anos iniciais de funcionamento.

14 A Suricato – Associação de Trabalho e Produção Solidária foi criada em 2004, a partir de um processo que teve início em 1997. Sua formação como organização autogestionária dependeu da ação de diversas pessoas (usuárias e não usuárias de serviços de saúde mental) e de técnicos da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, de militantes do Fórum Mineiro de Saúde Mental, da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - Asmare e da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, envolvidas com a luta antimanicomial (GONÇALVES, 2007; SURICATO, 2020).

O papel de tais organizações foi além da constituição de mera referência para quem estava sendo acolhido no emprego pelo “Aracê”. Segundo Guarantã, da Associação Suricato, que contribuiu para pensar o formato do projeto:

Se eu bem me lembro, tinha a ver com uma busca de parceria do Suricato com a Vina, fazendo um recorte também junto à população de rua, de modo que desenvolvemos projetos em comum. [...] E tinha uma proximidade e tinha um conceito que a Vina trabalhava e a produção da Suricato, o que eu entendi, era de fazermos juntos algumas coisas. Me lembro de alguns relatórios que a gente fazia após as reuniões, ficava até tarde escrevendo aquilo tudo, e de alguns encaminhamentos que a gente chegou a fazer. E uma das ações realizadas primeiro foi essa aproximação da Vina junto à Suricato nos seus núcleos de produção. Eu me lembro de uma reunião da marcenaria, um encontro com mosaico, depois a gente fez essa aproximação, depois a gente vai até o aterro sanitário, e, aí, tinha um projeto de acontecer umas oficinas. Aconteceram oficinas no aterro. É um projeto também de inserção dos usuários da saúde mental, e de algumas pessoas ligadas ao projeto de população de rua. É nos espaços ou nos postos de trabalho lá. E, pra isso, foi a Suricato se apresentar com seus produtos, e se apresentar não só pra Vina, mas pros parceiros que estavam juntos nessa época. Por exemplo, o Ecobloco. Lembro disso, tinha um grupo de cozinha ligado à Secretaria de Assistência Social. O Ecobloco também era ligado à Secretaria de Assistência, então participávamos. Agora tô me lembrando de tudo. [...] Foi muito interessante. Participamos contribuindo com os textos, com o próprio formato que seria o projeto. É, me lembro de uma fala de um empreendedor da Suricato, Paulo Reis. E depois, inclusive, recebemos o catálogo, né? Recebemos o projeto de um jeito bacana, a argumentação que a gente fez junto também ficou bem interessante. Tenho isso lá na minha casa. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de outubro de 2019)

A respeito do vínculo estabelecido entre a Associação e a Vina, a entrevistada afirmou ainda que:

Então, o vínculo direto assim, na verdade, era para a entrada de pessoas, né? [...]

A participação da Suricato foi receber a Vina, receber o projeto, se apresentar enquanto projeto, enquanto proposta, articular como é que seria, né? Como é que seria essa construção, como é que faríamos juntos. Então, fizemos algumas intervenções lá no espaço, com objetos, com aquilo que se produzia, com artesanato, inclusive com... tinha obra de arte também. Fizemos intervenções lá no espaço. E foi interessante isso, e as pessoas foram falar também do que que era a Suricato. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de outubro de 2019)

A partilha entre a empresa e a Associação partiu do pressuposto de que o suporte a ser dado às pessoas em situação de vulnerabilidade que adquirem ou readquirem um emprego é elemento fundamental para a qualidade do emprego e para a permanência dessas pessoas em um mundo do qual foram excluídos, ou no qual sequer haviam entrado previamente. Para Guarantã, trata-se de pensar essa ação da seguinte maneira:

O suporte, nesse sentido de perguntar, né? Assim... a quantas anda, né? E fazer acontecer reuniões semanais ou quinzenais... ou no local de trabalho ou fora de lá, pra variar... Eu acho que, principalmente, pra escutar sobre a solidão e a dor, sabe? Sobre o sofrimento... Porque querendo o enfrentamento de uma situação nova, com certeza, faz as exigências que o próprio trabalho coloca, né? E como é que alguém vai sustentar um trabalho, do jeito que ele vem, ou da forma que se coloca... Tendo vivido um tempo de uma forma muito desagregada, muito desorganizada... e, de repente, ter que se encaixar numa... num ritmo, num padrão. E aí, de repente, você tem um horário, você tem que tá ali, né? E, aí, como mediar isso, como facilitar isso, sem causar sofrimento demais, sem entrar num nível de cobrança que a pessoa não dá conta de sustentar, né?... de responder. Acho que o acompanhamento seria, nessa ordem, assim... esse lugar da escuta mesmo... Do que que é o trabalho e a quantas anda, né? (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de outubro de 2019)

É comum, não obstante, que as empresas e as pessoas empregadas nelas encontrem dificuldades em compreender como lidar com pessoas em sofrimento mental, quando decidem contratá-las. Nesse sentido, segundo Canarre, do serviço público de saúde mental, é necessária uma sensibilização prévia para desmistificar preconceitos relacionados ao sofrimento mental (de acordo com depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de outubro de 2019).

Cruzando essa percepção com as opiniões emitidas pelas pessoas que compuseram o primeiro grupo de entrevistados(as), pode-se inferir que a ausência de uma cultura (inclusive organizacional) de acolhimento de quem é “estranho(a)” pode ser uma barreira considerável em termos de eficácia e, mesmo, eficiência da ação. Ao menos, é isso o que parece que ocorreu com portadores e portadoras de sofrimento mental no âmbito do “Aracê”.

Uma questão a ser destacada é que a vulnerabilidade é gerada por múltiplas causas. Assim, ao incluir pelo emprego, deve-se adotar critérios de competência e de habilidades que ultrapassem as noções convencionadas no âmbito empresarial e no mercado de trabalho formal. A inclusão depende, dessa forma, de processos pedagógicos que incluam do aprendizado formal até mecanismos suficientes para lidar com as dificuldades da adequação das pessoas aos processos de trabalho, considerando os muitos elementos que dificultam os relacionamentos interpessoais. Ou seja, se a inserção produtiva profissional é um dos elementos do processo de inclusão social, ela não o estabelece plenamente (SUBIRATS, 2010).

Clique na imagem para ver o vídeo

"PRECONCEITUOSO"

Parece ter sido isso o que a Vina realizou, em 2007, por meio de uma ação do “Aracê” dirigida a sensibilizar para superar dificuldades da aceitação, na empresa, de candidatos(as) com problemas declarados de saúde mental, pelo fato de serem alvo da estigmatização associada à loucura, inclusive por fazerem uso de medicação controlada – e de serem considerados inaptos para algumas atividades. Os principais objetivos da ação foram instruir e quebrar preconceitos, portanto.

A sensibilização foi dividida em duas etapas: visita de empregados(as) da Vina aos grupos de produção em marcenaria e mosaico da Associação Suricato, e realização de dinâmica entre as equipes da Vina e usuários(as) dos serviços públicos de Saúde Mental de Belo Horizonte, visando a contextualizar a questão da loucura e do seu tratamento com base na reforma psiquiátrica em curso no país e o projeto de Saúde Mental da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. De toda sorte, ainda que houvesse ocorrido um avanço, ele foi no mínimo lento, na opinião das técnicas da Secretaria de Saúde. Segundo Garantã:

O que chama atenção é que, na construção dessa relação com o trabalho da Vina dentro do aterro [...] não foi chamado nenhum portador do sofrimento mental, nenhum usuário, porque isso se estenderia pra além da Suricato. Foi nesse momento, inclusive, que a gente se retira, né? Porque a gente foi trabalhando junto, construindo junto, e cadê os nossos? E nenhum, nenhum foi. E como a gente já estava muito assoberbada, com muitas tarefas, tá? [...] A gente não entrou, sabe, fomos até um determinado momento, mas depois não aconteceu. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de outubro de 2019)

Em 2008, duas contratações de usuários de serviços de saúde mental foram realizadas pela Vina, o que apontava para a possibilidade de a parceria ser bem-sucedida. Em novembro do mesmo ano, não obstante, houve o rompimento da parceria, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, alegando que o Projeto não havia atingido o seu objetivo.

Na perspectiva de outra organização parceira, ainda que a parceria com o “Aracê” tenha sido avaliada positivamente, ressaltam-se diferenças de concepção do projeto. Cabiúna descreve essa apreciação da seguinte forma:

De forma positiva, eu acho que se conseguisse em uma escala maior, com mais oportunidade, seria o ideal. Inclusive até com outros ramos. O Aracê tá vinculado a uma empresa que é um serviço mais pesado, vamos dizer assim. Pra quem tá na rua, às vezes não é simples, normalmente tá com a saúde debilitada, há vários anos fora do mercado de trabalho. Isso é um dificultador para as pessoas permanecerem, às vezes já chega lá com a saúde debilitada e não dá conta. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista de 16 de setembro de 2019)



Além disso, Cabiúna pontuou que, se o Estado tivesse participado de forma mais efetiva, a experiência e a trajetória do “Aracê” poderiam ter sido diferentes:

Se o Estado tivesse participado mais efetivamente... dando incentivos de forma mais efetiva, inclusive no respaldo do acompanhamento social. Assim, a gente acompanhou algumas pessoas, mas de uma forma meio que assim... não foi de forma ideal. Porque não temos RH suficiente pra isso, como também quem tava da Saúde não tinha. Ao passo que, se a Prefeitura tivesse assumido, ela podia ter constituído uma equipe para esse suporte maior, talvez. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 16 de setembro de 2019)

Essa opinião foi compartilhada por Canarre, para quem a falta da intermediação do Estado na relação entre esses trabalhadores tutelados pela política pública de saúde mental, a equipe da Prefeitura Municipal e a empresa gerou dificuldades para o prosseguimento da ação. Segundo ela:

[...]a presença do Ministério Público, porque ele tem uma mão muito firme no sentido da inclusão dos nossos usuários. Na Vina não tivemos isso, infelizmente. Porque o que podemos perceber, muitas vezes, é que é mais fácil resolver o problema tirando o problema. E com esse nosso projeto não é assim que a gente resolve, a gente tem um papel de insistir para que aquele caso dê certo. E, para que isso aconteça, é necessário que esse usuário fique empregado. Então, a situação em que o usuário é desligado, nós enxergamos como uma grande derrota. [...] Com relação à Vina, os usuários que tinham uma fragilidade maior iam ficando mais de lado. [...] Mas eu acredito que o problema é mais complexo. Porque se fosse fácil contratar essas pessoas, elas não teriam sido excluídas do mercado de trabalho. Eu acho assim, que o portador de sofrimento mental tende a ter uma fragilidade maior nesse sentido de permanecer empregado. [...] Eu acredito que o mais importante não seja o número de usuários que a gente encaminha, e, sim, a quantidade de tempo que eles conseguem permanecer nesse trabalho. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 7 de outubro de 2019)

Essas representantes afirmaram, ademais, que o ritmo intenso do trabalho foi um dos fatores responsáveis pela ruptura do bom funcionamento da parceria entre as organizações, especialmente com a Suricato. Guarantã expressou-se sobre isso da seguinte maneira:

Nossa, a... [Vina] exigia coisa da gente, que a gente não dava conta de fazer. Ela fez isso com vocês? Ela botava a gente pra trabalhar... mas, gente, eu não aguento mais, e cobrando, cobrando, cobrando muito, ela cobrava demais assim... mas, gente, a gente não vai dar conta de atender isso tudo, né? É uma característica dela ser assim. Acho que o grande desafio foi esse, e depois quando a gente foi ficando a reboque, que aí, pronto, não dá pra gente mais. Aí a gente se despede. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista 7 de outubro de 2019)

De forma análoga, Cabiúna afirmou que:

Ó, eu lembro que tinha momentos que a gente não dava muito conta de atender prontamente as solicitações que vinham de lá, que, assim, por ser uma empresa privada, a lógica é outra, né? E a gente, como Pastoral que tem um tanto de outras demandas, não é só, não era só aquele projeto. A gente trabalha num universo bem mais amplo. Tivemos momentos, inclusive, de colegas de equipe que não deram muito conta das cobranças que vinham ou da prontidão que precisava responder a alguma informação, mas, no geral, eram, foram problemas, questões administradas assim, não foi nada mais sério, não. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 16 de setembro de 2019)

Tambatajá, à época trabalhando na Suricato, resumiu a perspectiva das organizações parceiras ao afirmar que:

O Aracê... [que] incluía moradores de rua e... e tinha um esforço também de incluir portador de sofrimento mental. Eu, eu comecei na Suricato e, eu fui até fazer uma conversa a respeito disso, existia um esforço pra incluir o portador de sofrimento mental... Eu acho que, a princípio, de benefício eu vejo um esforço de uma empresa

privada financiar e apoiar iniciativas do terceiro setor. Por outro lado, né, a gente tem aí as dificuldades disso, porque é muito difícil alinhar o discurso da empresa privada, da responsabilidade social, com a realidade dos projetos do terceiro setor. [...] Eu acho, pois eu vi na época a dificuldade de alinhar o discurso, que a realidade, nesses empreendimentos do terceiro setor, ainda, a questão ainda é muito precária. Os parceiros que não atuam de forma perene... tem um parceiro, o projeto tá indo bem, de repente o parceiro recua. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 27 de julho de 2019)

A questão principal, pois, parece ter sido que expectativas e percepções desencontradas tornaram difícil, e mesmo inviável, a manutenção dessas parcerias.

Do ponto de vista de quem obteve o emprego pelo “Aracê”, e que compõe o terceiro grupo que foi ouvido pelas equipes dos Projetos de Pesquisa, as percepções sobre benefícios e problemas do projeto seguem uma linha parecida. Assim, por exemplo, Ubiratã enfatiza que a essência do projeto é a seguinte:

O projeto, ele foi feito pra... na visão da oportunidade, né? Oportunidade de aquelas pessoas que, vamos dizer assim, são excluídas da sociedade, né? Moradores de rua, ex-presidiários, pessoas que não têm oportunidade em outra empresa, né? Então, na minha visão, foi feito justamente pra isso, pra dar uma oportunidade para pessoas que realmente têm dificuldade de conseguir um emprego noutra empresa. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 31 de agosto de 2019)

Ubiratã foi contratado pelo “Aracê” em 2015, a partir de indicação feita pela Pastoral de Rua. Ele trabalhou como gari, no âmbito do contrato que a Vina possuía com as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa/MG. Em dezembro do mesmo ano, contudo, com o fim do contrato entre as empresas, ele foi transferido para a sede da Vina, com função similar, mas com um salário menor, devido à perda de benefícios que compunham o seu salário indiretamente.

No mesmo ano, Ubiratã começou a apresentar problemas de saúde, com suspeita de depressão. O próprio trabalhador conta que havia sido preso, tendo permanecido 13 anos em um presídio, mas que não havia sido acometido por um quadro depressivo. Em depoimento prestado por ele, escrito a pedido da empresa, revelou que:

[...] sempre para mim foi muito difícil eu sempre procurei fazer as coisas certas, sempre fui uma pessoa que sempre corri atrás dos meus objetivos mas eu ainda não consegui nada do que eu procurei sempre quis ter uma família uma casa um lugar meu pelo menos um barraco de madeira mas luto luto e nada nada da certo na minha vida além de um serviço que eu arumei parece que estão tentando tirar de mim, eu não entendo porque acontece isso comigo que sempre só quis ter uma vida simples comum digna honesta só Deus nunca foi fácil pra mim viver acho que vou morrer e não vou realizar meu sonho neste mundo sou sozinho vivo vegetando sem rumo sem destino sem uma oportunidade de vida melhor [...] Mais ainda tenho esperança, agradeço a VINA pela oportunidade agradeço a [...] todos que acredita na minha vitória si não fosse por eles não estaria escrevendo estas linhas agora minha vida mudou um pouco, logo depois da oportunidade da VINA espero em melhorar mais (depoimento escrito, datado de 9 de dezembro de 2015, de acordo com VINA, 2018a).

A fala, inicialmente desalentada, desesperançada, torna-se esperançosa pelo reconhecimento de que o emprego criou possibilidades de obtenção de uma “vida melhor”, vitoriosa, na qual caberão uma família e um lugar próprio. Tais expressões vêm antecedidas por uma ideia de humildade, uma virtude maior, amparada divinamente. Nesse contexto, o trabalho é um elemento importante para o autorreconhecimento.

Outro trabalhador entrevistado, Aõna, foi o primeiro contratado do “Aracê”, em 2007. Após ter sido exonerado da Polícia Militar de Pernambuco por alcoolismo, ele passou a morar nas ruas, vivendo como andarilho, por um tempo. Após chegar a Belo Horizonte, foi acolhido pela Pastoral de Rua e beneficiado pelo programa Bolsa Moradia. As principais fontes de renda que teve para sua sobrevivência até 2007 foram alguns “bicos”, o trabalho como catador vinculado à Asmare e os auxílios obtidos de programas públicos de transferência monetária, bem como de outras organizações sem finalidade de lucro. Ele desenvolveu habilidades como artista plástico trabalhando com sucata, e já tinha ensino médio completo antes de ser contratado pela Vina.

De acordo com seus relatos, a vida nas ruas e nos abrigos dificultava obter um emprego formal, pois a rua o deixava invisível. Apesar de conseguir se manter com a renda obtida das atividades que realizava, faltava-lhe a segurança de que tal condição permaneceria no futuro (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 13 de abril de 2018).

Com a oportunidade de trabalho formal na Vina, Aõna pôde se reestabelecer. Segundo ele, a sua adaptação à rotina e às regras de trabalho na Vina foram tranquilas. Sua fala deixou clara a sua boa relação com a equipe de trabalho com a qual cooperou, apesar de alguns casos de discriminação. O “Aracê” foi sua primeira oportunidade de emprego formal, após a experiência no alcoolismo e, desde então, tem se mantido empregado e longe do vício e das ruas. Segundo ele, a inserção no mercado de trabalho é importante para a reconquista da dignidade pessoal: “A experiência na Vina foi muito boa porque a pessoa vai ter seu cantinho, seu dinheirinho para comprar as coisas que ela precisa, alimentação, vestes” (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 13 de abril de 2018).

Payoari, trabalhadora contratada pelo “Aracê” em 2010, tem uma trajetória de vida marcada pela marginalização e por intensos sofrimentos pessoais, os quais produziram reflexos significativos para sua atuação profissional. Ainda criança, tornou-se órfã e precisou cuidar dela e dos dois irmãos mais novos. Foram anos de dificuldades, inclusive fome e gravidez precoce, que a levaram para as ruas da capital mineira para pedir dinheiro ou vender balas nos semáforos. Esse primeiro trabalho, com diversas situações de assédios e de abusos, foi traumatizante para ela (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 28 de julho de 2019).

Depois disso, ela trabalhou como vendedora ambulante e como empregada doméstica, informalmente, e como atendente e caixa em padaria e como recepcionista em hotel, formalmente. A experiência na Vina, segundo ela, foi diferente das demais em razão do porte da empresa.

Em primeiro lugar, ela relatou ter tido dificuldades de adaptação às regras do ambiente de trabalho, incluindo os horários e as rotinas do trabalho. Afirmou, também, ter sofrido discriminação por parte de alguns colegas de trabalho, pela sua condição de contratada pelo “Aracê”.

Ao entrar na Vina, ademais, ainda tinha certa repulsa e medo dos trabalhadores do sexo masculino. A timidez também era perceptível:

[...] eu parecia um bicho do mato. Eu fui criada assim, né? A minha família é uma família pequena, então, a gente sempre... minha mãe sempre passou pra gente conversar menos com as pessoas, porque não sabia o que as pessoas podiam fazer com a gente, se era coisa boa ou ruim. A gente é de pouca conversa, não é que a gente não gosta de conversar, mas a gente tem um pouco de receio, vergonha, então, assim, eu tinha medo mesmo de enturmar. Uma coisa que minha mãe sempre falou assim: é, eu não tenho nada contra ninguém, mas se não conversar comigo, eu não converso, se conversar comigo, eu converso. Eu aprendi com a equipe que a gente pode partir, sabe? A gente pode ser o primeiro a dar bom dia, a gente pode ser o primeiro a conversar - “e aí, tudo bem?” -, não esperar que a pessoa faça isso. Foi o que eu aprendi aqui. Minha mãe passou pra mim e pra minhas irmãs que abraçar um homem já era indecente e, hoje, eu aprendi aqui... eu aprendi com a Vina, depois que eu vim trabalhar aqui, que abraçar um homem é uma coisa normal. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 28 de julho de 2019)

Ela confessa ter pensado em desistir do emprego algumas vezes, mas o acompanhamento dado pela Vina a fez refletir sobre a vida pregressa e a motivou a continuar. O resultado é que o relacionamento com a equipe melhorou, ao longo dos anos, e, hoje, ela se sente feliz no desempenho de suas atividades na empresa. Contudo, o salário que recebe e a distância de casa são pontos negativos que, às vezes, a levam a refletir sobre se permanece ou não no emprego.

Ao longo da sua trajetória na empresa, Payoari foi promovida algumas vezes, tendo em vista o seu bom desempenho e o seu potencial, segundo a empresa. Ela não acredita, no entanto, que exista algum espaço para crescimento na empresa. Ademais, ela revelou que sua maior dificuldade ainda tem sido a de lidar com a sua saúde mental (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 28 de julho de 2019).

O relato de Payoari revela satisfação em relação ao trabalho que vem desenvolvendo, inclusive porque ela afirmou que é ouvida nos processos de tomada de decisões do setor no qual está alocada na empresa. Segundo ela, isso permite que se sinta útil e importante, recebendo o reconhecimento e a admiração de sua família.



Contratado no mesmo ano que Payoari, Akouba, outro entrevistado, tem uma história de vida diferente. Após abandonar a escola, sem ter completado o ensino fundamental, teve a oportunidade de participar do “Aracê”. O emprego na Vina foi o primeiro no qual obteve registro com carteira de trabalho. Ele começou como ajudante de paisagismo e, em pouco tempo, conseguiu a carteira de motorista e a qualificação necessária para operar as máquinas pesadas, utilizadas no local de trabalho. Graças às promoções e ao aumento da remuneração, ele pôde efetuar a compra do primeiro carro próprio (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 28 de julho de 2019).

Apesar de ter sido avaliado como um empregado responsável e de ter tido boa relação com os colegas e a chefia, Akouba acabou sendo demitido por mal comportamento no trabalho. Após a demissão, Akouba trabalhou como operador de máquinas em outra empresa do mesmo ramo e como motorista, prestando serviços por aplicativos de transporte (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 28 de julho de 2019).

Ubiratã foi o último a ser contratado, dentre os trabalhadores entrevistados. Antes de ser contratado pela Vina, também havia morado na rua e sido preso, sem ter concluído o ensino fundamental, e enfrentado um quadro de depressão. Durante o período da sua contratação no “Aracê”, foi acompanhado pela direção da Vina, fez tratamento psiquiátrico, mas não conseguiu superar a doença. Em um momento crítico, expressou ideias suicidas, faltava muito ao trabalho e quase foi demitido, por não seguir a rotina exigida pelo emprego.

Teve uma segunda chance, sendo transferido para a sede da Vina. No novo ambiente de trabalho, apesar do bom relacionamento com os colegas, de ser responsável e um bom empregado, sofreu discriminação pelo seu histórico de vida e tinha dificuldades de mobilidade, por sua residência ser longe do local de trabalho. Além disso, seu estado de saúde não permitia a execução de serviços que demandassem muito esforço físico.

Segundo Ubiratã, as pessoas que trabalhavam na sede da Vina quando ele foi contratado não conheciam o “Aracê” e, por isso, ele era vítima de discriminação, sendo às vezes tratado como “protegido” da direção. O desgaste no transporte, a depressão, o desconforto diante dos preconceitos, o conflito com seu encarregado e a desmotivação levaram-no a pedir demissão.

A existência de preconceitos praticados no ambiente de trabalho da empresa contra as pessoas contratadas pelo “Aracê” foi também registrada por Ubiratã, que nos disse que:

Eu, na verdade, me sentia em muitas das vezes, como se diz, falar a linguagem correta: discriminado. Então foi uma coisa que me deixou... teve dia de eu chegar e ficar chateado lá mesmo. E foi uma das coisas também que eu cheguei a pedir: “Quero trabalhar aqui mais não”. Porque tinha as pessoas que tinha um cargo melhor lá e se achava assim, bem, né? Ter uma autonomia sobre você e tudo. “Não, porque você é do Projeto”, sabe? Falavam coisas pra gente que não deveriam. (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 31 de agosto de 2019)

Retomando o depoimento de Ubiratã, ele, por vezes, elogia o Projeto e, por outras, não reconhece qualquer benefício decorrente de sua participação no mesmo. Chegou, em alguns momentos do seu depoimento, a afirmar que esse período na Vina prejudicou sua saúde mental. Atualmente, também acredita que o Projeto foi desenvolvido em benefício da própria empresa, e não para ajudar os marginalizados como ele (conforme depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 31 de agosto de 2019).

Após a demissão, Ubiratã conseguiu outros empregos informais e formais, e fez cursos profissionalizantes, incluindo o de serralheria e de prestação de primeiros socorros. Em 2019, ele estava formalmente empregado em uma empreiteira, mas por tempo determinado. Apesar da consciência dos riscos do trabalho, considerava o seu trabalho importante e sua família e amigos o admiravam por isso, mas Ubiratã não estava feliz na função. Ele confessou que gosta mesmo é de participar de projetos de organizações não governamentais, fazer trabalho voluntário e participar de espaços públicos de discussão democrática. Segundo ele, essa vontade de engajamento existia antes de ele trabalhar no “Aracê”.

Tendo por base os depoimentos colhidos, foi realizada uma avaliação das condições de acesso ao trabalho decente¹⁵ por tais pessoas contratadas pelo

15 A ideia de trabalho decente refere-se, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a um conceito que sintetiza a missão da organização “[...] de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desen-

“Aracê” (Aõna, Payoari, Akouba e Ubiratã). O método utilizado para avaliar tais condições, explicitado no segundo Relatório da Pesquisa sobre o mundo do trabalho (GONÇALVES *et al.* 2020) indicou que Aõna é o trabalhador que se encontra em uma situação mais próxima da que descreve uma situação de emprego decente, enquanto Akouba ocupa a posição mais distante deste patamar.

Chama a atenção o fato de que Aõna é quem parece ter resistido mais significativamente à submissão às condições formais de trabalho tal como são usualmente determinadas pelo emprego capitalista, enquanto Akouba manifestou, talvez, a mais elevada percepção de alegria e satisfação no trabalho. Esses elementos permitem discutir, por exemplo, o significado do que é realizar-se no trabalho, uma vez que nem sempre o “melhor” emprego parece ser o que realiza expectativas, assim como nem sempre o emprego mais precário é aquele que o trabalhador representa como ameaçador dos seus direitos.

O que essa observação significa é que existe uma articulação entre o trabalho decente e a subjetividade no trabalho – ideia que se refere à centralidade do trabalho na construção do sujeito humano, da sua saúde mental e da sua identidade.

À guisa de síntese (ou o que foi percebido até o momento)

A iniciativa “Aracê”, pelo que foi descrito e pela forma como vem se desenvolvendo, é ideológica e politicamente promissora, oferecendo elementos que permitem repensar as estruturas excludentes da sociedade atual.

Como prática de responsabilidade social, ou de “corresponsabilidade”, conceito que foi sendo construído e afirmado paulatinamente pela empresa para representar suas ações, o “Aracê” tem méritos inegáveis. Estes vão desde a demonstração da possibilidade e da capacidade que uma empresa privada possui de produzir políticas de cunho social, até a importância do projeto nas vidas dos beneficiários e das beneficiárias, individualmente.

volvimento sustentável” (conforme disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>, acessado em 22 de abril de 2022). É também, segundo a mesma fonte, um conceito central para que sejam alcançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS definidos pela Organização das Nações Unidas, em especial o objetivo de número oito (para mais informações, consultar <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>). Uma discussão sobre o conceito, considerando o escopo das pesquisas sobre o Projeto “Aracê”, pode ser encontrada em Gonçalves *et al.* (2020).

Clique na imagem para ver o vídeo

"PUDE ADQUIRIR AS MINHAS COISAS..."

A proposta do “Aracê” inovou na constituição de uma articulação entre melhores condições de trabalho e respeito ao trabalhador, elemento importante na constituição do trabalho decente. Assim, por exemplo, a Vina procurou criar estratégias para produzir melhores condições de trabalho para as suas equipes e pagar salários de acordo com as referências adotadas no mercado no qual ela atua, os quais são homologados pelos Sindicatos e/ou pelas exigências dos contratadores nas licitações que a empresa ganha.

Como quaisquer outros projetos de responsabilidade social, todavia, o “Aracê” possui limitações, as quais decorrem de condições estruturais da sociedade brasileira, especialmente a desigualdade social e a crise político-institucional que vem retirando a capacidade governativa do Estado desde 2015, pelo menos. Tais condições manifestaram-se, por exemplo, na composição heterogênea do grupo que se beneficiou com contratos de trabalho na Vina em comparação, aparentemente, com os demais empregados da empresa. Marcados por vivências pautadas pela exclusão e por maior vulnerabilidade, as pessoas desse grupo contratado pelo “Aracê” sentiram distintas dificuldades na sua inserção e permanência na empresa – e, até mesmo, para a realização das atividades rotineiras com as quais tiveram que lidar.

Conforme já previamente ressaltado, se a análise providenciada no presente texto fosse considerar a eficácia do projeto, do ponto de vista exclusivo da geração de empregos, a conclusão mais provável seria a de que o mesmo não foi bem-sucedido. De fato, empregar 28 pessoas e ter conseguido promover condições de permanência para apenas uma parece ser, numa interpretação economicista, um fracasso, ainda que justificável.

Considerando, porém, que não eram objetivos do “Aracê” gerar postos de trabalho para trabalhadores com o grau de qualificação mínimo requerido para as tarefas e funções ofertadas, e nem prover quaisquer medidas de assistência social e/ou de transferência de renda, pode-se afirmar que seus efeitos foram positivos. Isso, porque a iniciativa permite que os beneficiários e as beneficiárias do Projeto, por meio do trabalho formal, tenham adquirido e possam vir a obter ativos econômicos (sobretudo, renda direta e indireta do trabalho) e ganhos não econômicos (autoestima, respeito próprio, reputação, dentre outras formas de capital social) que os capacita a melhorar suas condições de vida e a pensar um futuro digno.

Não é somente o emprego, portanto, que conta. É a possibilidade de repensar os laços, de criar oportunidades, de capacitar(-se) e, enfim, de oferecer bases

Clique na imagem para ver o vídeo



“Gosto de trabalhar”

para a criação de novas expectativas mais positivas para as pessoas, o que é mais valioso. Evidentemente, essa possibilidade depende também da própria capacidade das pessoas de lidar com suas trajetórias de vida.

Observou-se que, do ponto de vista das pessoas contratadas pelo “Aracê”, a inclusão via mercado de trabalho formal serviu como um “motor de arranque” para que muitas delas pensassem na sua existência como sujeitos sociais. A partir da experiência de trabalho, essas pessoas puderam fortalecer e estabelecer novos vínculos sociais, participando de forma mais efetiva de grupos, mesmo que não formalizados, podendo, assim, desfrutar das informações e das oportunidades que circulam em suas redes sociais. Isso possibilita a participação delas em redes que eram, anteriormente, de difícil acesso, mas que podem criar e ampliar o seu capital social.

Nesse sentido, uma primeira avaliação não permite dizer que o “Aracê”, isoladamente, tenha contribuído para a inclusão dessas pessoas com trajetórias de vida marcadas pela vulnerabilidade social. A menos que tal inclusão seja medida exclusivamente pela alocação de pessoas em postos de trabalho mais decentes do que aqueles ocupados por grandíssimo número de trabalhadores e trabalhadoras no País.

O “Aracê”, porém, mostrou-se efetivo no que diz respeito ao potencial de alteração da realidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Com base nas nossas observações e reflexões, e considerando os marcos analíticos adotados pelas equipes de pesquisa, afirmamos que o “Aracê” demonstra ser possível pensar alternativas sociais sustentáveis para as pessoas em condição de vulnerabilidade social. A inclusão social via mercado de trabalho formal possui um efeito de encadeamento para frente e para trás, o que pode contribuir para uma redução do quadro de vulnerabilidade social.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Lixo e cidadania*; guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos. Brasília, DF: abril de 2005. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/GuiaAcoesResiduosSolidos.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva* [online], v. 17, n. 2, pp. 109-122, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000200012>. Acesso em: 3 mar. 2022.

DIAS, Sonia M. *Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil*: experimentos singulares de justiça social e governança participativa. Belo Horizonte: 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE, 2012.

GHIRALDELLI, Reginaldo. (Contra) Reforma Trabalhista: “modernização” destrutiva no Brasil das desigualdades. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 387-407, ago. / dez. 2019.

GONÇALVES, Mucio Tosta. De espera à conquista: a formação para a gestão de usuários dos serviços da Rede Pública de Saúde Mental de Belo Horizonte. CURY, Carlos R. Jamil; TOSTA, Sandra de F. Pereira (Org.). *Educação, cidade e cidadania - Leituras de experiências socioeducativas*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Ed. Puc-Minas, 2007.

GONÇALVES, Mucio T. *et al. Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Análise da Eficácia e da Efetividade do Projeto Piloto “Aracê” de inclusão produtiva da Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos*. São João del Rei, MG: UFSJ, 2018.

GONÇALVES, Mucio T. *et al. Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Mundo do Trabalho, subjetividades (e) alternativas: um estudo de caso*. São João del Rei, MG: UFSJ, 2020.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May, 1973. Acesso em: 13 set. 2008.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological Theory*, Vol. 1, p. 201-233, 1983. Disponível em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.691.5394&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 30 dez. 2012.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abril de 2018.

LESSA, Cláudia Pires. *Re: UFSJ -VINA; E-book capítulo 3 parte 2: errata e reflexões: retorno* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: mucio@ufsj.edu.br em 23 fev. 2022.

PORTUGAL, Sílvia. As coisas, os modos e os laços: O papel das redes informais na provisão de recursos. V Congresso Português de Sociologia, Braga, Portugal, 12 a 15 de maio de 2004. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. *Actas dos ateliers...* Lisboa: 2017. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628d175704f4_1.pdf Acesso em: 4 mar. 2022.

RAMOS, Gustavo Teixeira *et al.* (Coord.). *O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência*. Bauru, SP: Canal 6, 2017.

SILVA, Sandro P.; GOES, Fernanda L.; ALVAREZ, Albino Rodrigues. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2013.

SOCIOAMBIENTAL VINA. *Aracê: Contratações em Arcos e Pouso Alegre: correção ERRATAS* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: mucio@ufsj.edu.br em 11 set. 2019.

SURICATO. Associação de Trabalho e Produção Solidária. *História*. Belo Horizonte: 2020. Disponível em: <https://www.suricato.org.br/hist%C3%B3ria> Acesso em: 4 mar. 2022.

SUBIRATS, Joan. Quais políticas públicas para qual crise? Transformação social e intervenção do Estado. COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M. (Org.). *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010.

TRINDADE, Hiago. A contrarreforma trabalhista e as tendências da precarização do trabalho no Brasil. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-18, 2021.

VINA. *Projeto Piloto Aracê*. Situação dos contratados Aracê: de março de 2007 a novembro de 2008. Belo Horizonte: 2009.

VINA. *Vinavina* [Internet], Belo Horizonte: Vina. Belo Horizonte: 20 out. 2014. Disponível em: <http://vinasocial.blogspot.com.br/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

VINA. *Projeto Aracê; Inclusão produtiva via mercado formal de trabalho*. Ações: março de 2007 a dezembro de 2016. Belo Horizonte: 2016.

VINA. *Projeto-Piloto Aracê; inclusão produtiva via mercado formal de trabalho*. Ações: março de 2007 a dezembro de 2017. Belo Horizonte: 2018a. Disponível em: https://issuu.com/vinavina/docs/vina_dossi__arac__2007_2017_impress Acesso em: 12 set. 2018.

VINA. *Projeto Aracê; Atualização 2018: período de 1º de janeiro a 30 de junho*. Belo Horizonte: 2018b. Documento de uso restrito, não publicado.

VINA. *Paradeiro dos Ex-contratados Aracê; Atualização março /2021*. Belo Horizonte: 2021. Documento de uso restrito, não publicado.

CAPÍTULO 4

VULNERABILIDADE E INCLUSÃO: UMA HIPÓTESE

Luiz Gustavo Couto Gomes, Maria Gabriela Giordani, Mucio Tosta Gonçalves

Hipótese

E se Deus é canhoto

e criou com a mão esquerda?

Isso explica, talvez, as coisas deste mundo

(Carlos Drummond de Andrade)

Para entender as questões acerca da inclusão pelo emprego é necessário, antes, conhecer a situação econômica em que o país se encontra. De acordo com dados da PNAD Contínua¹⁶ do quarto trimestre de 2021, o número de desocupados¹⁷ em idade economicamente ativa no Brasil era de 11%. Isso representava aproximadamente 12 milhões de pessoas, em uma população em idade de trabalho de aproximadamente 107 milhões de brasileiros.

16 A PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>

17 Segundo o IBGE, são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho, que iriam começar após a semana de referência. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf

Ao quantificar esse enorme conjunto de desocupados podemos encontrar a primeira dificuldade para discutir a inclusão pelo emprego em um país com as dimensões do Brasil. Afinal, como pensar a oferta de emprego para as populações vulneráveis com um número tão elevado de desempregados?

Algumas estratégias de inclusão pelo emprego buscam resolver a questão pela via da articulação entre governo e sociedade, como exemplifica a realização do evento “Dia D”, que reúne empresas que não cumprem a lei de cotas para Pessoa com Deficiência - PcD¹⁸, por meio do Sistema Nacional de Emprego – Sine (atualmente vinculado ao Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência), pessoas com deficiência e outros atores privados. Esse tipo de ação, ainda que meritório, é limitado; ao obrigar empresas privadas a reservarem vagas de emprego formal e a não dispensarem PcDs, a lei não estabelece *pari passu* estratégias de compartilhamento de responsabilidades de proteção social que criem condições mínimas para a efetiva inclusão destas pessoas e que estimulem a qualificação educacional e profissional. Essa estratégia não evita, também, a permanência de uma interpretação essencialmente biomédica da deficiência, estigmatizando trabalhadores e trabalhadoras como sendo inferiores, e nem contribui para sensibilizar a sociedade sobre as capacidades dessas pessoas, inclusive do ponto de vista da produtividade (ELSNER, 2018, 2020; SANTOS, 2017).

O que o exemplo ilustra é que, apesar da amplitude da definição da condição de deficiência e da busca de instrumentos jurídicos para a proteção de pessoas portadoras dela, a questão da vulnerabilidade não é explicitamente abordada. Deficiências, portanto, expressam vulnerabilidades, sobretudo em uma sociedade capacitista¹⁹.

18 Essa denominação foi estabelecida em 2007 por meio da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas – ONU, ratificada pelo Congresso brasileiro em 2008 (Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008). Refere-se àquelas pessoas que possuam ou portem “impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade”. No Brasil, a legislação que dispôs sobre Planos de benefícios previdenciários (Lei nº 8.231, de 24 de julho de 1991) estabeleceu que empresas com cem ou mais empregados são obrigadas a preencher entre 2% e 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas. Em 2011, foi instituído no país o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite (Lei nº 7.612 de 17 de novembro de 2011). Em 2015, foi instituída aqui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem por objetivo assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015).

19 Isto é, uma sociedade que adota como prática social “[...] conferir a pessoas com deficiência tratamento desigual (desfavorável ou exageradamente favorável), baseando-se na crença equivocada de que elas são menos aptas às tarefas da vida comum” (conforme “Capacitismo”, disponível em <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/capacitismo>).

Dentre os grupos vulneráveis, existem aqueles compostos por pessoas que estão em situação de rua e pelas que são portadores(as) de sofrimento mental, e as estratégias a serem utilizadas para a inclusão desses grupos requerem diferentes tipos de cuidados, quer sejam jurídicos (a fim de preservar a integridade de todos os envolvidos no processo de inclusão), quer sejam físicos ou psíquicos.

Formular políticas públicas para tais grupos é oneroso, monetária e politicamente, pois demanda diferentes profissionais, muito tempo de dedicação ao trabalho com as pessoas que os compõem, e um acolhimento social que não deve ser restrito ao direto cumprimento da lei. Mesmo porque a capacitação legal, considerada isoladamente, como ato jurídico, pode levar a tratar pessoas vulneráveis de um modo que elas não sejam adequadamente protegidas – o que ocorre quando são adotadas concepções e práticas que levam a tratar igualmente os desiguais, a contrapelo dos princípios da igualdade, da equidade e da justiça social (NEVES DE AZEVEDO, 2013).

A vulnerabilidade, conforme foi discutido nos Relatórios de Pesquisa anteriormente mencionados sobre o [Projeto Aracê](#), representa um conjunto de situações e de condições humanas que envolvem dimensões biológicas, econômicas, sociais e culturais. Segundo Carmo e Guizardi (2018), a vulnerabilidade não se explica pela pobreza – ou, ao menos, pensamos, não se explica exclusivamente pela pobreza. Ainda segundo os autores ora mencionados, a vulnerabilidade deve ser compreendida como categoria de análise e de ação política que permite condutas intersetoriais entre as políticas públicas. Contraditoriamente, porém, tais políticas podem ter o “condão” de intensificar a vulnerabilização, em vez de dirimi-la, dependendo de qual cartilha for assumida pelos responsáveis por elas (CARMO e GUIZARDI, 2018, p. 10).

Assim, para efeito de provocação, se a cartilha da superação da vulnerabilidade reza que são as saídas individuais que a promovem, apostando na bizarra suposição de que existem capacidades empreendedoras natas ou adquiríveis sem custo por parte de cada um(a), não há como escapar de um resultado que, não contraditoriamente, é incapacitante. A ideia de que existem competências, habilidades, qualidades individuais geneticamente inscritas, que serão a tábua de salvação de cada um(a) diante da desigualdade e das injustiças sociais é uma falácia.

A superação e, especialmente, a supressão das condições que produzem vulneráveis e a vulnerabilidade não podem ser pensadas como apanágio das políticas públicas, se estas não incorporarem a participação efetiva dos atores sociais, públicos e privados, governamentais e não governamentais, no processo decisório que leva a uma igualdade substantiva (NEVES DE AZEVEDO, 2013). Portanto, conforme sugerem Carmo e Guizardi (2018), a:

[...] acepção da vulnerabilidade como parâmetro de reflexão e atuação implica o reconhecimento da concomitância de fatores éticos, políticos e técnicos contornando a incidência de riscos nos territórios e a capacidade humana para o seu enfrentamento. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 10)

Por mais que projetos de inclusão pelo emprego, mesmo aqueles adotados por organizações da economia popular e solidária, sejam importantes para as pessoas em situação de vulnerabilidade, eles não podem ser pensados sem que a participação efetiva delas seja garantida.

Políticas públicas de emprego podem, sim, ser eficazes no combate ao desemprego e são veículos importantes para a inclusão de vulneráveis. Até porque, de acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, o trabalho e a assistência aos desamparados são direitos sociais. Decorre daí que deve ser dever do Estado criar e fomentar políticas que amparem e incluam as pessoas em situação de vulnerabilidade ou com vida social precarizada no mercado de trabalho e em redes de assistência e proteção sociais.

Clique na imagem para ver o vídeo

"MELHORANDO"

A experiência em curso da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do Programa Estamos Juntos, serve para que se compreenda isso. De acordo com a Diretora de Qualificação e Intermediação de Mão de Obra da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Rebeca Pontello Pertence, esse tipo de parceria pode dar certo se houver a geração de sinergia entre os entes governamentais e empresariais envolvidos. Ela relatou, em entrevista, que:

[...] assim que ele – o(a) beneficiário(a) é contratado(a) –, a nossa equipe da Secretaria de Trabalho e Emprego fica à disposição da empresa. Então, por exemplo, já aconteceu: Seu Antônio está lá, trabalhando direitinho; passaram-se duas semanas e teve um dia que ele não foi trabalhar, e não falou nada. Até porque eles também não têm celular, né? Não foi e, aí, o que a gente faz? A empresa liga pra gente, passa um *e-mail*, uma mensagem: “Olha, o Seu Antônio não veio. O que aconteceu?” Aí, a gente tem que ligar para o abrigo. E o abrigo tem que “caçar” [sic] o Seu Antônio, porque o Seu Antônio não está morando lá, ele só dorme lá. Então, o técnico sai, às vezes, “caçando” [sic] o Seu Antônio no abrigo. E é muito engraçado, porque eles se conhecem, o fulano já viu o Seu Antônio não sei onde [sic], já sabe onde que ele está; e aí eles mesmos dão notícia. Aí, vamos supor que o técnico do abrigo conseguiu localizar o Seu Antônio e conversa com ele: “Seu Antônio, o que aconteceu? O senhor não foi trabalhar, o senhor está passando bem? Aconteceu alguma coisa?”. Às vezes eles bebem um pouquinho e dá essa confusão toda. É um processo, sabe? É um processo mesmo. Mas todo o suporte que a gente puder dar para a empresa, a gente fornece (depoimento verbal gravado, concedido em entrevista realizada em 26 de maio de 2021).

Estratégias governamentais de inclusão pelo emprego que vêm sendo formuladas e adotadas no Brasil ao longo do tempo, como a do Programa Estamos Juntos, não obstante, parecem não dar conta das diversas situações pelas quais as pessoas tornam-se sujeitas a condições vulneráveis. Isso porque existem diversos fatores que dificultam a superação dessa condição, tal como o desemprego estrutural.

Conforme a Assistente Social Merilane Emanuele Cardoso, em palestra proferida em 2017, no âmbito do Seminário Estratégias para Inclusão Social pelo Emprego em Minas Gerais, outro obstáculo é que:

[...] nós nunca tivemos uma política pública de trabalho no Brasil. Uma política pública, ela precisa conter CPF, conselho, plano e fundo. O trabalho no Brasil [...] é uma agenda muito recente do ponto de vista orgânico e sistêmico. Ele nunca foi sistemático, ele nunca foi orgânico, ele foi guiado por governos, nunca se instituiu uma política pública de Estado (informação verbal)²⁰.

Além de tais dificuldades, a construção e o desenvolvimento de políticas de inclusão são também influenciados por aspectos subjetivos, inerentes à condição humana. A palestra da Merilane Cardoso, anteriormente mencionada, ilustra esse aspecto com um caso sobre o qual ela teve conhecimento: trata-se da situação de uma enfermeira-chefe que atuava em São Paulo e da sua trajetória para a vida na rua. O caso exemplifica uma sequência de rupturas que permitem compreender como alguém chega à situação de viver na rua:

As vulnerabilidades... elas são várias, a gente não pode trabalhar só a vulnerabilidade material. Ela [a enfermeira] tinha um marido, ela amava fortemente aquele marido dela. O casamento foi dissolvido, ela não conseguiu trabalhar, entrou em um processo, uma imersão de depressão, e ela foi faltando, foi faltando e perdeu o emprego. Então, ela perdeu primeiro o marido, depois perdeu o emprego. No que ela perdeu o emprego, ela entrou em um processo de endividamento e, aí, ela perdeu o apartamento, ela perdeu a morada dela. E ela não conseguiu se refazer, ela não teve um processo de superação, ela não conseguiu fazer o processo de superação. [...] E aí ela foi pra rua... Eu entendo que a rua também é um mundo sem cerca, é uma casa onde tudo é possível, e que as regras societárias não valem, e que o álcool e as outras drogas transportam aqueles indivíduos para um outro mundo, onde eles têm uma segurança, que não é a segurança de renda, que não é a segurança do afeto, mas é a segurança do indivíduo (informação verbal)²¹.

20 Informação fornecida pela então Diretora Regional da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social em São João del-Rei, Merilane Emanuele Cardoso, em palestra sobre o tema "Experiências do poder público de Minas Gerais de Inclusão Social pelo emprego", proferida durante o *Seminário Estratégias para Inclusão Social pelo Emprego em Minas Gerais*, em 7 de novembro de 2017.

21 Informação fornecida por Merilane Emanuele Cardoso, em palestra proferida no *Seminário: Estratégias para Inclusão Social pelo Emprego em Minas Gerais*, em 7 de novembro de 2017.

Isto é, no rol das dificuldades de formulação e implantação de políticas públicas voltadas para a inclusão inclui-se a de conhecer e compreender as histórias das pessoas vulneráveis, os motivos que as levaram a se encontrar nessa situação. Conhecer e compreender essas histórias, acolhendo-as, é também parte da solução do problema, pois a partir disso é possível pensar estratégias para reduzir os riscos de as pessoas ingressarem ou retornarem para a vida nas ruas.

Por tal razão é que, para se pensar a inclusão pelo emprego, é preciso pensar o emprego e as formas como ele pode ser uma ferramenta de inclusão de grupos vulneráveis no Brasil.

[Clique na imagem para ver o vídeo](#)



"RUA"

Referências

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 3, 2018, p. 1-14.

ELSNER, Larissa de Oliveira. Uma análise legal sobre o sistema de cotas para Pessoas com Deficiência e repercussões no âmbito do trabalho. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/larissa_elsner.pdf Acesso em: 8 mar. 2022.

ELSNER, Larissa de Oliveira. A discriminação do trabalhador com deficiência e a lei de cotas: um estudo à luz da (des)colonialidade. 2020. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo (RS), 2020. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9235/Larissa de Oliveira Elsner_.pdf](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9235/Larissa%20de%20Oliveira%20Elsner_.pdf) Acesso em: 8 mar. 2022.

NEVES DE AZEVEDO, Mário Luiz. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 18, n. 1, 2013, pp. 129-150. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219125744008> Acesso em: 9 mar. 2022.

SANTOS, Wederson Rufino. Pessoas com deficiência e inclusão no trabalho na América Latina: desafios à universalização dos direitos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 25, n. 4, 2017, p. 839-854. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR0935> Acesso em: 9 mar. 2022.

**PROJETO
ARACÊ**

**DEPARTAMENTO
RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

*Liberdade faz bem...
e muito bem feito.*

Suricato

TRABALHO

DIGNIDADE

**DEPARTAMENT
RESPONSABILIDA
SOCIAL**

PARTE 3

Um Olhar sobre as Experiências

ARACÊ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 5

PROJETO ARACÊ: CRIATIVIDADE E CORRESPONSABILIDADE

Mucio Tosta Gonçalves, Luiz Gustavo Couto Gomes

O Projeto Aracê, ação a partir da qual foi pensado e criado o presente livro, nasceu na Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos, empresa que há 22 anos presta serviços na área da gestão de resíduos sólidos urbanos no país e vem atuando principalmente: nos ramos da construção, operação e manutenção de aterros sanitários; na recuperação de áreas degradadas; na operação e manutenção de usinas de triagem e compostagem de resíduos orgânicos; na remediação de lixões; na construção, operação e manutenção de transbordo de resíduos urbanos; na coleta de resíduos; na manutenção de áreas públicas; na locação, operação e manutenção de equipamentos; na manutenção de obras viárias; bem como no diagnóstico, no desenvolvimento e na implantação de soluções para redução de impactos ambientais (conforme informações disponíveis em <http://vinaec.com.br/>, página acessada em 28 mar. 2022).

Desde 2014, a Vina tem a sua sede localizada no Vale do Jatobá, no Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O Vale do Jatobá, assim como toda a região na qual ele está inserido no tecido urbano da capital mineira, tem a sua história vinculada ao crescimento industrial que ocorreu nesse território a partir dos anos 1960, por reflexo da instalação da Cidade Industrial de Contagem Juventino Dias, em 1941, e pela posterior instalação da unidade fabril da montadora italiana de automóveis FIAT, em 1973 (DINIZ, 1981; ARREGUY e RIBEIRO, 2008).

Ao longo da década de 1970, foram constituídos distritos industriais (Jatobá I, II, III e IV), que passaram a sediar os atuais bairros Vila Santa Rita, Vila Pinho e

Vila Castanheira e diversos Conjuntos Habitacionais²². O Conjunto Habitacional Vale do Jatobá, com 1.312 moradias, foi criado nesse contexto urbano pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas, em 1967. Ele foi originalmente ocupado por famílias removidas de favelas e por atingidos por enchentes, que eram frequentes nos arredores da área central de Belo Horizonte (ARREGUY e RIBEIRO, 2008). Isso não significa que esses espaços fossem vazios sociais e nem que fossem parados.

A ocupação originalmente de cima para baixo, nas condições do autoritarismo institucionalizado brasileiro, não impediu a organização da população em distintos movimentos reivindicatórios por políticas notoriamente urbanas, com caráter de classe e identitários (tal como o movimento negro, por exemplo) (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984; OLIVEIRA, 2011).

Essa sintética digressão histórico-social tem por função indicar que a instalação da sede da empresa no Vale do Jatobá. Se, por um lado obedece a uma lógica da ocupação do espaço, por outro, demonstra a compreensão da direção da Vina em relação ao seu papel social. Não foi por outro motivo, aliás, que, em 2017, a interlocução que a empresa vinha realizando com o território do seu entorno passou a contar com mais uma parceria, envolvendo a Vina, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB²³ e o Programa de extensão Natureza Política, vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar, sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG²⁴. Essa parceria apresenta um desafio significativo, que é o da construção de uma relação entre uma empresa capitalista e um movimento social anticapitalista, encarado eticamente e que tem se revelado capaz de consolidar confiança entre as partes, possibilitando a realização de ações em diferentes frentes²⁵.

Conforme relatos da direção da Vina, por sua atuação desde o final dos anos 1990, a empresa conhece de perto as múltiplas questões que envolvem as operações no setor (sejam elas de natureza tecnológica, ambiental, política e

22 Os Conjuntos Habitacionais conformam parte da estratégia da política urbana no Brasil baseada na concepção da edificação conjunta, para os trabalhadores, de unidades residenciais, infraestrutura urbana e serviços urbanos, desde a chamada Revolução de 1930, que permitiu que fosse criado o clima político, ideológico e econômico favorável às novas ideias habitacionais e a sua concretização em obras (BONDUKI, 1998).

23 Para mais informações, consultar a página da Internet: <https://www.mlbbrazil.org/>

24 Para mais informações, consultar as páginas da Internet: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/> ou https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal

25 <https://drive.google.com/file/d/1h1NxIDkW8hA2JzUINtr3IU9R7bH27fRV/view> (ver p. 397).

social), as quais são reflexo e reproduzem as contradições de uma sociedade de consumo que produz abundância e desperdício, por um lado, e escassez e falta, por outro – econômica, material e socialmente falando. Assim é que, na concepção da empresa, a Vina não poderia negligenciar a relação dessa sociedade com o seu ambiente natural e social. Diante dessa realidade, e por acreditar na importância da corresponsabilidade, a Vina decidiu, em 2003, criar um Departamento na empresa voltado para a prática da corresponsabilidade empresarial com foco socioambiental.

Conforme Lessa, Ramos e Bernardes (2018), a Vina definiu o escopo das suas ações como sendo pautado na promoção da “corresponsabilidade”, isto é, em estratégias que ultrapassam as definições sobre a responsabilidade social correntes no meio empresarial. O substantivo “corresponsabilidade” significa que existe alguma responsabilidade dividida, partilhada, entre duas ou mais pessoas ou entidades.

Nesse sentido, ser corresponsável implica a participação dos responsáveis na construção e/ou consecução de objetivos comuns, tangíveis ou não, por meio de contratos e compromissos – não necessariamente formalizados por meio de documentos legais, ou seja, como um princípio gerencial pode implicar a produção e gestão de processos orientados pela e para a construção da autonomia e do protagonismo dos sujeitos de uma organização em um contexto democrático.

Pensando no Departamento Socioambiental da Vina e no desenvolvimento das ações que levaram à criação do Projeto Aracê, já apresentadas anteriormente, foi produzido este capítulo, que tentou captar a trajetória desse espaço na empresa. O texto aqui apresentado foi estruturado a partir de uma conversa realizada em 2021 com Cláudia Pires Lessa e Renato Ferreira Malta, diretora e diretor da Vina²⁶.

Essa entrevista não foi pensada com o propósito de obtermos informações especiais da direção da empresa, ou mesmo para cotejar ou completar aquelas que foram dadas por aqueles e aquelas que trabalham e foram beneficiados pelo Projeto, e que ouvimos. Ela resulta do que podemos definir como sendo um

26 A entrevista foi realizada em 21 de setembro de 2021, por videoconferência. Pela equipe da pesquisa participaram Aline Cristina da Cruz, Luiz Gustavo Couto Gomes, Maria Gabriela Giordani e Mucio Tosta Gonçalves. Todos os trechos de depoimentos verbais aqui registrados foram gravados e transcritos.

duplo movimento no tempo: o mais recente é o da percepção da centralidade da presença da direção da empresa no sucesso do Projeto Aracê do ponto de vista da sua efetividade; o mais permanente, o das conversas que desde 2008 o autor vem realizando com Cláudia e Renato. Essas conversas tiveram o seu início na proximidade do nosso interesse pela dinâmica de diversas iniciativas de organizações associativistas da população em situação de rua e de usuários de serviços públicos municipais de saúde mental, público do Projeto Aracê. A partir das primeiras conversas, incluindo a participação na mediação entre organizações e o Projeto num dado momento, foi se firmando um interesse de produção de conhecimento sobre o projeto que culminou, em 2014, nos contatos que deram origem aos projetos de pesquisa mencionados no Capítulo 1. Portanto, ambos os “momentos”, o analítico e o relacional, implicaram a demanda por essa conversa, que vem a lume puxando memória e história do Projeto.

O ponto de partida de todas as conversas é o reconhecimento de que o Departamento atua em favor de diversas questões sociais, compreendendo desde ações de inclusão produtiva e social de pessoas em situação de vulnerabilidade até a atuação no território onde está instalada a sede da empresa, passando pela participação em projetos de cooperação técnica e de conscientização educativa socioambiental.

Compreende-se o papel da Vina no território onde atua e a sua ideia de corresponsabilidade tendo por base a visão que a empresa formou em torno de si e como encara a participação social. Afinal, em se tratando de uma empresa privada, o esperado é que o lucro seja o alvo principal de suas ações – porém, não é exatamente esse o foco principal da Vina.

Clique na imagem para ver o vídeo

“AÇÃO”

No início da conversa, realizada em setembro de 2021, Cláudia explicou que muitas das ideias surgiram dos contatos pessoais que ela e Renato estabeleceram, ao longo dos anos, na busca por uma sociedade mais justa e, também, por uma atuação na vida empresarial que pudesse trazer benefícios reais para a sociedade, movimentos que, no caso da Vina, se misturam. Ela nos explica que “[...] quando você tem um ideal, você vai procurando empatia e identidade com pessoas... Então a gente foi atrás de pessoas que estão sempre ativas, em diversos setores da sociedade, que estão fazendo alguma coisa”.

A partir dessa visão e da busca de modos de fazer a diferença dentro de suas possibilidades, Cláudia e Renato explicam que, no momento da criação do Departamento Socioambiental, já havia a consciência de que seria um trabalho difícil, mas que era possível. Segundo o que disseram durante a entrevista, o que se constatou com o trabalho que gerou o Departamento foi que “[...] com pouco recurso, uma empresa capitalista, tradicional, voltada para a gestão de resíduos, pode ter um departamento dentro do seu organograma, pode disponibilizar recursos e fazer grandes coisas... que sejam transformadoras e que promovam educação”.

Conforme pudemos perceber ao longo da entrevista, as ações do Departamento Socioambiental se apresentaram como uma forma de aproveitar a oportunidade de colocar em prática pensamentos e preocupações já existentes nas vidas de Cláudia e Renato. A intenção de criar uma empresa com características humanizadas já era um objetivo de ambos.

Com essa visão distinta sobre as responsabilidades sociais de uma empresa, principalmente as relacionadas à inclusão, Cláudia e Renato concordam que a Vina se destaca no ramo em que atuam. Questionado sobre como esse destaque afeta as relações empresariais e como se sentem sobre isso, Renato explica que existe uma dificuldade, no meio empresarial, de demonstrar a viabilidade de desenvolver ações socioambientais como as do Aracê e, assim, conseguir que outras empresas também as coloquem em prática. Também procurou evidenciar o machismo social existente em relação a atitudes nesse sentido, comentando já ter ouvido que a adoção de uma perspectiva socioambiental é “coisa da mulher dele”, o que significa não a enxergar como uma visão da empresa. Contudo, um projeto dessa natureza não é coisa de homem ou de mulher. Para Cláudia e Renato, apesar da resistência existente no meio empresarial de “escutar” sobre as ações socioambientais desenvolvidas na Vina, a empresa consegue ser respeitada justamente por sua postura profissional e socioambiental.



Nesse contexto, podemos perceber que a diretoria da Vina, aos poucos, foi incorporando a ideia de corresponsabilidade como uma estratégia e como uma ferramenta para fomentar a ação do Departamento Socioambiental e das demais ações que fazem da Vina uma empresa humanizada. Na visão de Cláudia, a Vina investe parte do seu lucro no Departamento Socioambiental, que hoje faz parte do seu organograma, em coerência com a postura de corresponsabilidade. Uma utopia que, ao longo desses anos, a empresa vem colocando em prática, com todas as dificuldades e limitações dentro da realidade do sistema capitalista.

É possível perceber que, para Cláudia e para Renato, existe uma responsabilidade mútua, que culminou na criação do Departamento Socioambiental e do Projeto Aracê. Quando questionado sobre isso, Renato afirmou: “Eu me sinto obrigado a fazer isso porque a vida me deu toda essa possibilidade, que não é só a financeira. Ela me deu também uma condição emocional que me permite fazer isso e que tem me gratificado muito também, e com a Cláudia é da mesma forma”. Complementando, Cláudia enfatizou que:

[...] A gente já tinha essa visão antes de formatá-la como empresa e como departamento. A gente tinha isso na vida, com os amigos, com todo mundo. A gente sempre participou de alguma coisa e sempre colaborou, sempre esteve atento ao que está à nossa volta. Acho que isso é ter uma visão de corresponsabilidade.

Os projetos e as ações do Departamento Socioambiental são pensados e executados com base em parcerias. Elas são parte fundamental da “gramática política” do Departamento, o que permite entender como uma empresa privada articula ações que a aproximam dos temas da responsabilidade socioambiental atuando em um mercado complexo, como o é o da coleta e do tratamento de resíduos sólidos no Brasil (SZIGETHY e ANTENOR, 2021).

Com a organização da Vina e o apoio dos parceiros, foi possível construir um projeto de transformação real, como é o Projeto Aracê. A visão de Cláudia e de Renato sobre o Aracê e sobre os objetivos alcançados pelo projeto é avaliada por eles como uma vivência completamente válida, apesar dos aspectos positivos e negativos desta experiência. Segundo afirmaram, fariam tudo outra vez...

Referências

- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (Org.). *Histórias dos bairros de Belo Horizonte: Regional Barreiro*. Belo Horizonte: APCBH, 2008.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1981.
- LESSA, Cláudia Pires; RAMOS, Jane de Souza; BERNARDES, Lilian Cordeiro. *Práticas socioambientais de corresponsabilidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Frente Verso Editora, 2018. Disponível em <https://vinaec.com.br/socio-ambiental/praticas-socioambientais-de-corresponsabilidade-e-book/> Acesso em: 8 jun. 2020.
- OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Política urbana e movimento de favelas em Belo Horizonte (1947-1964). *SAeculum - Revista de História*, João Pessoa, n. 24, jan./ jun. 2011, p. 39-54.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1984.
- SZIGETHY, Leonardo; ANTENOR, Samuel. *Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômicos*. Rio de Janeiro: IPEA; Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CAPÍTULO 6

CONSTRUIR UM MAPA COM EXPERIÊNCIAS: HISTÓRIAS, INÍCIOS

Mucio Tosta Gonçalves, Luiz Gustavo Couto Gomes

O escritor Lewis Carroll (nascido em 1832 e falecido em 1898) produziu histórias interessantíssimas, em todos os sentidos, dentre as quais seguramente destaca-se *Alice no País das Maravilhas*. No seu último livro, *Sylvie and Bruno*, publicado em dois volumes em 1889 e 1893 e menos conhecido no Brasil, ele apresenta uma conversa entre a personagem Sylvie e a do senhor Mein Herr sobre a produção de um mapa.

Após Mein Herr ter perguntado a Sylvie qual seria o maior mapa que ela consideraria realmente útil, ele informou que havia sido produzido, no planeta dele, um mapa na escala de uma milha por uma milha. Revelou, porém, que a ideia não prosperara, pois os fazendeiros alegaram que o mapa cobriria todo o solo, o qual perderia suas qualidades por não poder receber a luz do sol, se coberto (CARROLL, 1997, pp. 21-214).

A conclusão do diálogo é notável: “Por isso, atualmente, usamos o nosso próprio território como mapa do país, e eu lhe asseguro que ele funciona muito bem. Permita-me agora fazer-lhe uma outra pergunta. Qual seria, na sua opinião, o menor mundo onde você gostaria de morar?” (CARROLL, 1997, p. 214)²⁷.

Meio século depois, Jorge Luis Borges (nascido em 1899 e falecido em 1986), mestre da ficção, escreveu um conto que desenvolveu a ideia de Carroll, intitulado *Del rigor en la ciencia*²⁸. O texto é o seguinte:

Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal Perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos

27 CARROLL, Lewis. *Algumas aventuras de Sílvia e Bruno*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

28 BORGES, Jorge Luis. *El hacedor*. Buenos Aires: Emece Editores, 2008. Conto traduzido por Mucio T. Gonçalves.

levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo País não resta outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Suárez Miranda: *Viajes de Varones Prudentes*, livro quatro, cap. XLV, Lérida, 1658) (BORGES, 1998, p. 40)

Queremos sugerir, com essas ideias preliminares, que a produção de mapas não é resultado (apenas) de esforço racional e da engenhosidade da abstração humana. Produzir um mapa é, de certa forma, dar início a uma visão do e de mundo, é contar história(s) e/ou estória(s), é representar.

Produzir e usar um mapa, então, é mais do que exercício de cartografia. Escrever uma carta supõe um(a) leitor(a), supõe uma relação, supõe uma participação.

Escrever um mapa, coletivamente, é um processo que compreende uma pluralidade de significados e de compreensões do espaço – o físico, o social, o afetivo. Um mapa, coletivamente produzido, conta algo de alguém para alguém. Os mapas são, assim, uma celebração (no sentido proposto em SLETTTO *et al.*, 2020)²⁹.

Como celebração, os mapas reproduzem, afirmam e projetam encontros e memórias, deslocamentos e seus futuros. Um dos seus maiores valores, pois, não é o resultado que entregam. Antes, pode-se dizer que é a possibilidade de dialogar, isto é: dispor fatos, acontecimentos, relatos e significados, os quais afetam a produção de territórios (afetivos, sociais, físicos...).

Se pensarmos os mapas desse modo, chegaremos próximos tanto daqueles que viajam e os produzem (o que pensaram? O que sentiram? Por que e como viajaram?), assim como poderemos buscar os conceitos que nos projetam como viajantes (o que queremos saber? O que queremos sentir? O que nos leva a querer o deslocamento, a viagem?).

Enfim, quais tipos de mapas temos em nossas cabeças para nos ajudar a navegar pelo mundo? Para responder a tal pergunta, temos que pensar se e

29 SLETTTO, Bjørn; BRYAN, Joe; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; HALE, Charles (Ed.). *Radical Cartographies: Participatory Mapmaking from Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2020.

porque queremos navegar pelo mundo. Qual mundo queremos conhecer? E como queremos conhecê-lo?

Isso nos permite pensar o mapa noutras dimensões que não apenas as das marcas geográficas, políticas, econômicas. Como uma versão própria do mundo, um mapa é também um plano, mais ou menos consciente. Essa imagem pode ser pensada a partir do poema *A caça ao Snark*³⁰, também de autoria de Carroll (2017), no qual é apresentada a história de um capitão que havia comprado um grande mapa representando o mar que todos os marinheiros podiam compreender, pois, distintamente de outros mapas que apresentam ilhas e cabos, o que eles tinham estava perfeita e absolutamente em branco.

No presente capítulo, não apresentamos um mapa em branco, mas não apresentamos um mapa com o qual alguém poderia definir como sendo o “seu” roteiro.

O que tentamos fazer é dar um pontapé ou um saque inicial, jogando a “bola” para quem quiser conhecer e contribuir para que conheçamos caminhos e experiências, todos e todas. Então, o mapa ora apresentado é uma lista de sujeitos coletivos, que são marcos, que criam marcas e que permitem contar uma história: a dos grupos de pessoas que tentam lidar com as vulnerabilidades (inclusive as suas), enfrentando diretamente a exclusão, a precariedade e a opressão cotidianas pela (auto)organização.

A ideia de que pessoas em situação de vulnerabilidade são incapazes de trabalhar é presente e constante em nossos cotidianos, nas nossas idas e vindas pelos territórios da sociabilidade. Portanto, é necessário conhecer tais territórios e quem os habitam (habitamos).

Abordar as vulnerabilidades e a precarização a que trabalhadoras e trabalhadores são e estão cotidianamente submetidos requer a criação de iniciativas públicas e privadas que contribuam para a conscientização e para os enfrentamentos que tais situações e condições de exclusão demandam.

O ponto de partida, o início do nosso Mapa, portanto, é o reconhecimento de que é indispensável que seja garantido acesso igualitário aos direitos e a uma vida social digna para quem está socialmente vulnerável. Nesse sentido, o nosso

30 CARROLL, Lewis. *A caça ao snark*. São Paulo: Ed. Record, 2017.

Mapa não é igual a um levantamento de funcionalidades de organizações, tal como expresso no trabalho de Coraggio, Arancibia e Deux (2010)³¹. Também não oferece uma análise situacional e do contexto sobre empreendimentos sociais em escala nacional, como no trabalho coordenado por Parente (2014)³². Nem mesmo é um elenco de análises de experiências, tal como por exemplo os reunidos no documento das intervenções do III Colóquio Franco-Latinoamericano de Pesquisa sobre Deficiência³³.

Este capítulo tem por objetivo, tão somente, apresentar um rol de organizações públicas não estatais e privadas que realizam políticas de inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades de capacitação para o trabalho e a gestão, bem como para a geração de trabalho, emprego e renda. Algumas delas são espaços de aglutinação e de formação de novas pessoas e mentalidades, voltadas para a expansão de capacidades de gerenciamento das próprias vidas, individual e coletivamente. Outras são, sobretudo, fundações empresariais de apoio ao desenvolvimento empresarial de negócios sociais, notadamente coletivos e de micro e pequeno porte.

Não discutiremos, aqui, qual dos tipos é capaz de promover com maior eficácia e efetividade a inclusão. No momento, queremos apenas que exista mais visibilidade. Esperamos que o Mapa seja útil, utilizável e influencie transformações.

Boa leitura! Boa guia!

31 CORAGGIO, José Luis; ARANCIBIA, María Inés; DEUX, María Victoria. *Guía para el mapeo y relevamiento de la economía popular solidaria en Latinoamérica y Caribe*. Lima: Grupo Red de Economía Solidaria del Perú, 2010.

32 PARENTE, Cristina. *Empreendedorismo social em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, abril de 2014. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12386.pdf> Acesso em: 28 jul. de 2021.

33 MEZIANI, Martial et al. (Org.). *III Colóquio Franco-Latinoamericano de Pesquisa sobre Deficiência*; Livro de Resumos. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2017. Disponível em: <https://faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/14132647-intervencoes.pdf> Acessado em 28 de dezembro de 2021.



Mapa de grupos de pessoas que tentam lidar com as vulnerabilidades (inclusive as suas), enfrentando diretamente a exclusão, a precariedade e a opressão cotidianas pela (auto)organização.

- [1 - Articuladora de Negócios de Impacto da Periferia \(ANIP\)](#)
- [2 - AMMAR - Sindicato de trabajadorxs sexuales de Argentina](#)
- [3 - AppJusto](#)
- [4 - Artemisia](#)
- [5 - Associação Suricato](#)
- [6 - Bl4ck Business](#)
- [7 - BlackRocks Startups](#)
- [8 - CEMJ | Capacitação de Jovens Ativistas](#)
- [9 - ContratArte](#)
- [10 - Contrate Quem Luta](#)
- [11 - Coonecta](#)
- [12 - Empoderando Refugiadas](#)
- [13 - Entregadores Antifascistas de São Paulo](#)
- [14 - Espaço Cultural da Grotá](#)
- [15 - Fundação de Articulação para Pessoas com Deficiência](#)
- [16 - Fundação FEAC](#)
- [17 - Fundación Forge](#)
- [18 - GEMA - Consultoria em Equidade](#)
- [19 - Incubadora Yunus de Negócios Sociais](#)
- [20 - Indique Uma Preta](#)
- [21 - Instituto Aliança](#)
- [22 - Labora](#)
- [23 - Levô Courier](#)

- [24 - Liga de Empreendedores Comunitários - LEC](#)
- [25 - Mercado Black Money](#)
- [26 - More Grls](#)
- [27 - ONG Responsa](#)
- [28 - Pastoral do Povo da Rua](#)
- [29 - Pedal Express](#)
- [30 - Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento \(PPAD\)](#)
- [31 - Plataf. Latinoamericana de Pers. Ejercen el Trab. Sexual](#)
- [32 - Projeto Iluminarte](#)
- [33 - Projeto Música e Arte Afrocentrada](#)
- [34 - Puma Entregas](#)
- [35 - Quilombo Aéreo](#)
- [36 - Red Mundial de Empresas y Discapacidad de la OIT](#)
- [37 - Redes de Afroempreendedores](#)
- [38 - Rede Brasil Afroempreendedor \(Reafro\)](#)
- [39 - Rede Gerar](#)
- [40 - Rede de Profissionais Negros](#)
- [41 - Rede de Saúde Mental e Economia Solidária](#)
- [42 - Señoritas Courier](#)
- [43 - TransEntrega](#)
- [44 - Universidade da Correria \(UniCorre\)](#)
- [45 - Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equip.](#)
- [46 - WoMakersCode](#)

1. Articuladora de Negócios de Impacto da Periferia (ANIP)

A ANIP tem por objetivos compreender, articular e mobilizar os atores estratégicos para a consolidação do ecossistema de negócios de impacto da periferia, apoiando uma nova geração de empreendedoras e empreendedores das periferias em estágios diferentes de desenvolvimento. Respeitando as peculiaridades das periferias e ampliando as capilaridades regionais, visa também a potencializar e a criar condições reais de escala, produção e disseminação de conhecimento sobre o seu ecossistema de negócios.

<https://www.articuladoranip.com/>

<https://www.instagram.com/articuladoranip>

Atua em São Paulo (SP)

2. AMMAR - Sindicato de trabajadorxs sexuales de Argentina

A Associação de Mulheres Meretrizes da Argentina (AMMAR, na sigla em espanhol) nasceu como resposta ao constante assédio e violência da polícia. Juntas descobriram que a organização é a força e o motor para conseguir objetivos que beneficiam as trabalhadoras sexuais e a sociedade em geral.

<http://www.ammар.org.ar/>

<https://www.instagram.com/putas.feministas/>

Atua na Argentina

3. AppJusto

Plataforma para servir como exemplo de relações justas e transparentes no setor de entrega. Eles prometem colaborar, a partir da iniciativa, com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Um dos diferenciais afirmados pela plataforma é a autonomia para os entregadores definirem o preço das corridas a partir do que eles chamam de sistema de “frotas”. O *software* criado pela AppJusto é de código aberto e já está disponível no GitHub. A experiência está em fase de testes.

<https://appjusto.com.br/>

Atua em São Paulo (SP)

4. Artemisia

A Artemisia é uma organização sem fins lucrativos, pioneira na disseminação e no fomento de negócios de impacto social no Brasil. A organização apoia negócios voltados à população em situação de vulnerabilidade econômica, que criam soluções para problemas socioambientais e provocam impacto social positivo por meio de sua atividade principal. Sua missão é identificar e potencializar empreendedores(as) e negócios de impacto social que sejam referência na construção de um Brasil mais ético e justo.

<https://artemisia.org.br/>

Atua no Brasil.

5. Associação Suricato

A Associação Suricato promove a inserção produtiva de cidadãos em sofrimento mental, atendidos pelo serviço público da saúde mental em Belo Horizonte, por meio da culinária e da produção de artesanato, como mosaicos, marcenaria e costura. Tudo isso é feito por cerca de 40 pessoas, com idades entre 20 e 70 anos. O trabalho desenvolvido na Suricato produz sujeitos desejantes, livres e criativos.

<https://www.suricato.org.br/>

<https://www.facebook.com/associacaosuricato/>

Atua em Belo Horizonte (MG)

6. Bl4ck Business

Agência especializada no compartilhamento de oportunidades de trabalho, de negócios e de serviços de proprietários negros.

<https://www.instagram.com/bl4ckbusiness/>

Atua em São Paulo (SP)

7. BlackRocks Startups

O BlackRocks é uma aceleradora de negócios que capacita e desenvolve empreendedores negros.

<https://www.instagram.com/blackrockstartups/>

<http://www.blackrocks.com.br/>

Atua em São Paulo (SP)

8. CEMJ | Capacitação de Jovens Ativistas

A Capacitação de Jovens Ativistas pelo Trabalho Decente é um projeto do Centro de Estudos e Memórias da Juventude. Executado em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes e a Universidade Federal da Bahia, ele visa a promover a capacitação de ao menos mil jovens baianos sobre os conteúdos e as temáticas prioritárias da Agenda Bahia do Trabalho Decente (ABTD).

<https://trabalhodecente.cemj.org.br/>

Atua em Salvador (BA)

9. ContratArte

Projeto de plataforma digital para conectar artistas e seus públicos no Rio Grande do Sul com o objetivo de criar alternativas de trabalho para trabalhadores da arte na região. É uma iniciativa de pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

https://www.instagram.com/contratarte_/

Atua no Rio Grande do Sul (RS)

10. Contrate Quem Luta

Assistente virtual criado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) para conectar seus militantes a pessoas que precisam de serviços de diaristas, porteiros, músicos, pedreiros, manicures, cozinheira, eletricista, entre outros.

<https://www.instagram.com/contratequemluta/>

<https://contratequemluta.com/>

Atua em São Paulo (SP)

11. Coonecta

Por meio da comunicação e da educação, a Coonecta tem o objetivo de tornar as cooperativas protagonistas da Economia Digital e de apoiar o desenvolvimento de um ecossistema de negócios baseado nos valores cooperativistas.

<https://www.instagram.com/coonecta.me/>

Atua em São Paulo (SP)

12. Empoderando Refugiadas

Iniciativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da Rede Brasil do Pacto Global e da ONU Mulheres, foca na empregabilidade de mulheres refugiadas, solicitantes da condição de refugiadas e migrantes que buscam no Brasil uma oportunidade de reconstruírem suas vidas. Entre os objetivos do projeto estão o de capacitar as participantes para o mercado de trabalho brasileiro, facilitar a adaptação cultural e laboral no país, promover a contratação formal de refugiadas, sua educação financeira e seu empoderamento econômico, além de fomentar a sensibilização do setor privado.

<https://www.acnur.org/portugues/empoderando-refugiadas/>

Atua em Roraima (RR), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

13. Entregadores Antifascistas de São Paulo

O movimento de entregadores antifascistas surgiu depois de manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro, com integrantes da capital paulista. O grupo reúne uma categoria precarizada, exposta às ruas em plena pandemia e sem garantias trabalhistas, em torno da luta comum: a defesa da democracia.

<https://www.instagram.com/eafsp/>

Atua em São Paulo (SP)

14. Espaço Cultural da Grotá

Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento pessoal de quem se encontra em situação de vulnerabilidade por meio da identificação e da potencialização de talentos e vocações, da construção de capacidades artísticas, da ampliação da diversidade cultural, da formação para a prática cidadã, da garantia dos direitos essenciais, da profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

<https://www.ecg.org.br/projetos>

Atua em Niterói (RJ)

15. Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul

Fundação destinada a dar atendimento no campo da educação, do trabalho, da saúde, da reabilitação, da previdência e da assistência social às pessoas com deficiência, a saber: física e/ou mental, inclusive no campo da profilaxia, e às pessoas superdotadas ou talentosas.

<https://faders.rs.gov.br/inicial>

Atua em Porto Alegre (RS)

16. Fundação FEAC

Para aumentar a empregabilidade dos jovens com deficiência e garantir o acesso ao mundo do trabalho, surge o projeto Lab Inclusão, uma parceria da Fundação FEAC com a Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA), mais conhecida como Guardinha. O objetivo é que, por meio da Aprendizagem Profissional, possam ser atendidos jovens com deficiência, de 16 a 24 anos, no município de Campinas.

<https://www.feac.org.br/projeto-lab-inclusao-mercado-de-trabalho-para-todos/>

Atua em Campinas (SP)

17. Fundación Forge

O objetivo da Fundação é melhorar as trajetórias laborais e educacionais de jovens vulneráveis de baixa renda que estejam no último ano do ensino médio, apoiando a transição da escola para o trabalho por meio de treinamento em competências socioemocionais e habilidades técnicas. Uma vez concluído o período de formação, a Forge orienta os alunos e acompanha a sua colocação profissional.

<https://fondationforge.org/>

Atua na Argentina, no Chile, no México, no Peru e no Uruguai.

18. GEMA - Consultoria em Equidade

A Gema apoia empresas e organizações para transformação de sua cultura nas temáticas de gênero e raça. Oferece estratégias de inclusão (D&I), permanência, diversidade e equidade para cada organização. Atuando preventivamente com formação e capacitação e, também, no tratamento de incidentes, de forma ágil e acolhedora. Também realiza análise de riscos e planejamento de políticas para a conformidade em relação à equidade de gênero e raça.

<https://www.gemaconsultoria.com/>

Atua em São Paulo (SP)

19. Incubadora Yunus de Negócios Sociais

A área Yunus Investimentos da Yunus Negócios Sociais tem como objetivo desenvolver negócios sociais pelo país através de seu fundo de investimentos e aceleradora para negócios sociais. O fundo de investimento da Yunus Negócios Sociais Brasil recebe investimentos de pessoas físicas. Os recursos são investidos em um portfólio de projetos distribuídos de forma a diminuir o risco dos investimentos e potencializar o impacto social.

<https://www.yunusnegociossociais.com/>

<https://www.instagram.com/yunusnegociossociaisbr>

Atua no Brasil.

20. Indique Uma Preta

Consultoria de conexões entre mulheres negras e o mercado de trabalho.

<https://www.linkedin.com/company/indique-uma-preta/about/>

<https://www.facebook.com/groups/1158082337596132>

Atua em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ)

21. Instituto Aliança

A missão do Instituto Aliança é a de educar pessoas, organizações e comunidades para o desenvolvimento humano sustentável em âmbito nacional. Para tanto, trabalha com tecnologias educacionais e sociais, planejadas para atingir ganhos de escala e se transformar em políticas públicas.

<http://www.institutoalianca.org.br/>

Atua no Brasil em: Roraima (RR), Bahia (BA), Ceará (CE), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul) e também no Peru.

22. Labora

Tem por objetivo articular empreendedores sociais e culturais para que possam trocar, aprender e cocriar, tecendo redes que busquem soluções inovadoras, que melhorem a vida das pessoas nas cidades e transformem realidades. É um *hub* do Oi Futuro, dedicado à educação empreendedora e ao fortalecimento de negócios e organizações comprometidos com o impacto social.

<https://oifuturo.org.br/programas/labora/>

Atua no Rio de Janeiro (RJ) e em Recife (PE)

23. Levô Courier

Coletivo de entregadores de Porto Alegre, com forte presença de mulheres. Lutar por entregas sustentáveis está entre seus valores.

https://www.instagram.com/levocourier_/

Atua em Porto Alegre (RS)

24. Liga de Empreendedores Comunitários - LEC

Criado pela Central Única das Favelas – CUFA, a LEC tem por objetivo unir as comunidades para organizar a demanda e, assim, movimentar o mercado nas periferias dos grandes centros urbanos.

<https://www.facebook.com/ligadeempreendedorescomunitarios>

Atua em Fortaleza (CE) e no Rio de Janeiro (RJ)

25. Mercado Black Money

O Mercado Black Money é um *hub* de inovação para empreendedores pretos, que permite a conexão entre empreendedores e consumidores negros.

<https://www.instagram.com/mercadoblackmoney/>

<https://movimentoblackmoney.com.br/>

<https://biolinky.co/movimentoblackmoney>

Atua no Brasil.

26. More Grls

A MORE GRLS é uma *startup* de impacto social, fundada por duas líderes criativas, Laura Florence e Camila Moletta. Em sua jornada profissional elas viveram as dificuldades de ser mulheres nesse mercado, mas hoje ocupam um lugar capaz de promover mudanças em alta escala. Agora elas querem usar sua influência para que outras mulheres possam ter uma história profissional mais justa, respeitosa e reconhecida. Para isso, fazem a ponte entre os interesses e o talento dos grupos femininos minorizados e o topo da pirâmide das empresas de comunicação. Querem conscientizar o mercado e provar que a inclusão de mulheres em todos os cargos criativos, mas principalmente na liderança, é um diferencial de negócios, gera resultados financeiros, melhora a cultura corporativa e não é somente uma responsabilidade social.

<https://linktr.ee/moregrls>

Atua em São Paulo (SP)

27. ONG Resposta

O Resposta é uma agência de impacto social, que visa a inserir pessoas egressas do sistema prisional no mercado de trabalho.

<https://www.instagram.com/responsapro/>

<http://responsa.pro/>

Atua em São Paulo (SP)

28. Pastoral do Povo da Rua

A Pastoral do Povo da Rua tem como missão ser presença junto ao povo da rua e dos lixões, reconhecer os sinais de Deus presentes na sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida para todos.

<https://www.cnbb.org.br/pastoral-do-povo-da-rua/>

Atua no Brasil.

29. Pedal Express

Uma das primeiras cooperativas de entregadores do Brasil. Na ativa desde 2010, a experiência de Porto Alegre é defensora das ciclo-mensagerias locais.

<https://www.instagram.com/pedalexpress/>

<http://www.pedalexpress.com.br/>

Atua em Porto Alegre (RS)

30. Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD)

O Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD) é um instrumento que visa a potencializar, subsidiar, visibilizar e articular alternativas populares e territoriais já existentes. Tais alternativas pautam, de baixo para cima, práticas e visões de mundo desde os seus territórios, arraigadas nas potencialidades de suas formas de vida, suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

<http://ppad.org.br/>

Atua no Rio de Janeiro (RJ)

31. Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual

É uma plataforma regional que desenvolve lideranças e porta-vozes para a defesa e a promoção dos direitos humanos de profissionais do sexo (TS), mulheres, homens e pessoas trans, incluindo pessoas vivendo com HIV, migrantes e usuários de drogas, através do fortalecimento das organizações de TS nacionais e locais e da associação com aliados estratégicos, mobilização e ativismo.

<https://plaperts.nswp.org/>

Atua em Machala (Equador)

32. Projeto Iluminarte

Grupo de economia solidária formado por usuários de serviços de saúde mental em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e as Unidades de Saúde da Família - USF.

<https://www.instagram.com/projeto.iluminarte/>

Atua em Salvador (BA)

33. Projeto Música e Arte Afrocentrada

Tem por objetivo proporcionar intervenções musicais na UFPE e nas escolas parceiras a partir do diálogo sobre a musicalidade, as práticas e as perspectivas afrocentradas. A metodologia se destaca pelo protagonismo dos estudantes e em proporcionar as rodas musicais e os estudos sobre a Teoria da Afrocentridade e a Música Afro-brasileira.

<https://sites.ufpe.br/labrerer/musica-e-arte-afrocentrada/>

Atua em Pernambuco (PE)

34. Puma Entregas

Coletivo de mulheres entregadoras, lançado em 2020 em Porto Alegre. Também são defensoras do uso da bicicleta e das iniciativas locais.

<https://www.instagram.com/pumaentregas/>

Atua em Porto Alegre (RS)

35. Quilombo Aéreo

O Quilombo Aéreo é um coletivo que visa a trazer visibilidade aos tripulantes negros (as) da Aviação Civil Brasileira. É composto por um grupo de advogadas, psicólogas, mestres e doutoras negras que apoiam e ajudam na construção e consolidação das pautas. Tem como objetivo mitigar os efeitos do racismo na Aviação. Além de desenvolver estratégias de autocuidado e cuidar da saúde mental de negras e negros aeronautas, além de conscientizar as empresas sobre os efeitos do racismo institucional.

<https://quilomboaeroporto.com.br/homeoficial/>

Atua no Brasil.

36. Red Mundial de Empresas y Discapacidad de la OIT

Promover o emprego das pessoas descapacitadas através de redes empresariais, permitindo a transferência e a troca de conhecimentos, de tecnologia e de experiências bem-sucedidas. É um meio horizontal e solidário para promover e executar o trabalho decente.

<http://www.businessanddisability.org/>

Atua em todo o mundo, conforme a ação e acordos desenvolvidos pela Organização.

37. Redes de Afroempreendedores

As Redes de Afroempreendedores de Pernambuco (Raepe) e da Paraíba (Raepb) são coletivos da sociedade civil, formados por grupos e pessoas que se declaram empreendedores negros, segundo a classificação do IBGE, interessados em desenvolver ações conjuntas de empreendedorismo com identidade étnica e racial negra.

<https://www.instagram.com/raepe2018>

Atua em Pernambuco (PE) e na Paraíba (PB).

38. Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro)

A Reafro tem o objetivo de estimular o desenvolvimento do ecossistema de gestão empresarial, cultural e educacional para os afroempreendedores brasileiros inseridos nesses eixos.

<https://reafro.org.br/>

Atua nos seguintes estados: Amapá (AP); Bahia (BA), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte (RN); Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC); Goiás (GO) e Mato Grosso do Sul (MS); e no Distrito Federal (DF).

39. Rede Gerar

Organização de Economia Solidária em saúde mental. Promove a inclusão social e a saúde de pessoas em situação de sofrimento psíquico através do trabalho e da arte.

<https://www.instagram.com/rede.gerar/>

Atua em Salvador (BA)

40. Rede de Profissionais Negros

A Rede de Profissionais Negros de São Paulo (RDPN) é um local de conexão, troca, aprendizado, parceria e recrutamento para profissionais negros. A rede tem mais de 3.000 profissionais.

<https://www.facebook.com/RDPNSP/>

Atua em São Paulo (SP)

41. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária

A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária é um movimento social organizado, que fomenta espaços de tomada de decisões e articulações, respeita a identidade de usuários e trabalhadores, em que todos têm seu espaço. É composta por serviços de saúde mental, profissionais da saúde, trabalhadores-usuários de serviços de saúde mental e empreendimentos de economia solidária.

<http://saudeecosol.org/sobre/>

Atua em São Paulo (SP)

42. Señoritas Courier

Coletivo de entregadoras mulheres e pessoas LGBT de São Paulo. Comprometidas com mobilidade e o desenvolvimento sustentável, elas são as estrelas do documentário *Entregue como uma Garota*.

https://www.instagram.com/senoritas_courier/

<https://linktr.ee/senoritascourier>

Atua em São Paulo (SP)

43. TransEntrega

Coletivo de entregadores trans. Também comprometido com responsabilidade social e ambiental, a experiência nasceu a partir das Señoritas Courier. Todo o valor de entrega vai para as pessoas trabalhadoras.

<https://www.instagram.com/trans.entrega/>

Atua em São Paulo (SP)

44. Universidade da Correria (UniCorre)

A Universidade da Correria (UniCorre) é um programa de formação de empreendedores que dura 3 meses, reunindo atividades presenciais, ensino à distância e abertura de frentes de negócios no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP).

<https://www.fundacaoabh.org.br/universidade-da-correria/>

<https://pt-br.facebook.com/UniCorre>

Atua no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP)

45. Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos

Empresa de prestação de serviços nos ramos da gestão de resíduos sólidos urbanos e da implantação de soluções para redução de impactos ambientais no país. Criou e mantém o Projeto Aracê, objeto do presente livro.

<http://vinaec.com.br/>

Belo Horizonte (MG)

46. WoMakersCode

Congrega iniciativas que apoiam mulheres cis e trans, que desejam ingressar ou se especializar em carreiras ligadas à tecnologia e à inovação, a ter oportunidades de capacitação e empregabilidade.

<https://womakerscode.org/>

<http://linktr.ee/womakerscode>

Atua no Brasil.

A man wearing an orange jumpsuit, a black cap, and white gloves is using a long-handled tool to clear brush in a field. He is standing in a field of dry grass and brush, with a dirt path visible in the background. The scene is brightly lit, suggesting a sunny day.

PARTE 4

Encerramento

“[...] NEM TUDO NA VIDA TEM DESFECHO”³⁴

Mucio Tosta Gonçalves

Este não é um capítulo conclusivo. Num livro pensado (e pensando) ao avesso, a única afirmativa que é possível fazer é que este capítulo está no final... Aqui, com o intuito de não perder o diálogo que, esperamos, tenha sido feito com leitores e leitoras, apresentamos algumas impressões e sugestões para pensar trabalho e inclusão.

O trajeto que trouxe a leitura até aqui é semelhante ao que é percorrido em um trabalho acadêmico ou científico, dado o vício das formações dos seus autores e autoras. Lança-se um problema, uma “pergunta de partida”, avança-se na direção de uma resposta, de um objetivo, passando por suposições ou hipóteses, por coleta de dados e de informações – as quais serão interpretadas segundo distintas abordagens, métodos e técnicas intercomunicantes – chegando-se a um resultado comprovador (se isso é possível no mundo do humano e do social), o qual abre inúmeras possibilidades para novas partidas, novas indagações³⁵.

Respeitada a profissão – e até a vocação – das autoras e dos autores, pode-se dizer que o trabalho aqui apresentado afastou-se um tanto do formato acadêmico, tal como sumariamente descrito no parágrafo anterior. Isso ocorreu porque o propósito do livro é comunicar para toda a gente interessada algo sobre os temas do trabalho e da inclusão. Adicionalmente, pode-se dizer que é também consequência do fato de que houve, entre nós que escrevemos o livro, formas distintas de pensar a academia e os seus papéis. Nesse sentido, o presente livro é tanto o resultado de investigação quanto divulgação de um conjunto de ideias sustentadas cientificamente.

Este foi um livro pensado para ser lido por quem quiser, de fato, lê-lo. Esperamos que ele tenha cumprido essa tarefa, até porque neste capítulo apresentaremos algumas questões que devem ser pensadas a respeito de tais temas.

34 FERREIRA GULLAR [José Ribamar Ferreira]. *O homem como invenção de si mesmo: monólogo em um ato*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 2013.

35 Para o desenvolvimento dos Relatórios de Pesquisa anteriormente mencionados e que forneceram a base para o presente livro, o desenho metodológico partiu da utilização de, dentre outros, Albarello *et alii* (2005), Bauer e Gaskell (2007), Quivy e Campenhoudt (2008). Para quem desejar saber sobre método da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, recomenda-se também a leitura de Flick (2004), Goldenberg, Marsiglia e Gomes (2003), Poupart (2008) e Santos (2003).

A primeira dessas questões, por óbvio, refere-se à definição de trabalho. Um tema fundamental que perpassou reflexões apresentadas neste livro é o do estatuto ontológico do trabalho: isso exige pensar por que defendemos o trabalho e qual é o trabalho que defendemos.

Deve ter ficado claro que o olhar predominante que este livro joga sobre a realidade do trabalho é crítico das formas de organização capitalista dele. Compartilhamos da tese lançada há mais de um século por Karl Marx, para quem o trabalho é o ato ontológico fundamental do ser social, criador dos processos que tornam o indivíduo humano um ser social (MARX, 2004; 2013).

Pensamos o trabalho como atividade vital, criadora e libertadora. Nesse sentido, o trabalho assalariado é uma das formas que essa atividade assume, não a única e nem a melhor. O assalariamento é forma “deformada”, que desumaniza, que aliena e coisifica. O trabalho assalariado, forma social de subordinação do trabalho, é também modo de subsunção do trabalho e do trabalhador (MARX, 2013).

Isso não significa dizer que o trabalho é o alfa e o ômega da vida individual e social. Por certo, existem dimensões da vida social que não podem ser enfrentadas no âmbito do trabalho (a educação e a linguagem, a política e as ideologias, a ciência e a religião, a família e os cuidados, as identidades etc.), uma vez que elas possuem autonomia em relação a ele (TONET, 1999; 2005). A questão é ainda mais complexa e grave quando tais dimensões são postas diante do e confrontadas com o trabalho assalariado.

O problema é que o trabalho assalariado é, ainda seguindo os passos teóricos deixados por Marx, mercadoria. Como tal, tem valor por ser útil e cambiável por outras mercadorias. Contudo, ela tem uma “especialidade”: produz um valor que não é integralmente entregue, pago, a quem é dono(a) dele, o(a) trabalhador(a). A relação salarial no capitalismo introduz e reforça desigualdades entre quem vende e quem compra o trabalho, sustentando o poder do último contra o primeiro (MARX, 2013).

Como sugere Helena Silvestre (2021), o trabalho – nessa sua forma como mercadoria – engendra o capitalismo, o sexismo e o colonialismo, amalgamados. Para ela, pode-se traduzir esse trabalho-mercadoria como:

[...] qualquer engenhoca, relação ou meio de extrair vida do que vive sem ofertar à altura do que se extrai. Ele não deixa a gente viver e ainda nos mata. Não deixa a gente viver porque suga de nós toda a seiva que brilha em nossas células e nos mata porque o que nos escraviza a produzir, com nossa seiva vital, é a proliferação da morte, em canudos plásticos, munição de guerra ou dados plasmados em criptomoedas (SILVESTRE, 2021).



Daí decorre outra questão relevante, e que foi mais detidamente observada durante a pesquisa que nos trouxe até aqui, a saber: a articulação entre trabalho e rendimentos, isto é, a discussão sobre a distribuição do que é produzido. Sem adentrar nos debates sobre a remuneração salarial, queremos chamar a atenção para o fato de que trabalhamos muito mais horas do que as necessárias para a nossa reprodução, mas os empregos também desaparecem – isso, sem contar que as mulheres trabalham muito mais do que os homens, incluindo a jornada dos cuidados, e são mais mal remuneradas mesmo quando ocupam cargos e exercem funções idênticos. São contradições do capitalismo, que depende de empregados(as) para ocupar empregos que deixam de existir... ou, ao menos, não existirão para todos(as).

Estudo realizado por Lee, McCann e Messenger (2007) para a International Labor Organization – ILO (em português, Organização Internacional do Trabalho – OIT), da Organização das Nações Unidas – ONU, estimou que, na primeira década do século XXI, um em cada cinco trabalhadores em todo o mundo (mais de 600 milhões de pessoas) trabalhava mais de 48 horas por semana, muitas vezes apenas para fazer face às despesas das suas existências – isto significa que essas pessoas gastaram os seus salários integralmente para a sua reprodução, sem realizar qualquer poupança monetária (ILO, 2022, p. 106).

Em 2020, as pessoas com idade entre 15 e 64 anos, em todo o mundo, trabalharam semanalmente 2.653,3 milhões de horas (ILO, 2022, p. 106). Por conta da pandemia, porém, e assumindo uma jornada semanal de trabalho de 48 horas, “[...] o declínio nas horas trabalhadas foi equivalente a um déficit de cerca de 125 milhões de empregos em tempo integral globalmente em 2021 em relação ao quarto trimestre de 2019” (ILO, 2022, p. 22).

No que tange às mulheres, dados da OIT permitem saber que 55% do total de pessoas que trabalhavam em empregos assalariados remunerados em 2020 eram mulheres³⁶. Ocorre que 44% dessas mulheres estavam empregadas em trabalhos vulneráveis (número igual ao de homens), executando o mesmo tipo de trabalho que os trabalhadores masculinos, mas, os salários delas eram 20% menores do que os dos homens, em média. E a pandemia de Covid-19 provavelmente aumentou e ampliará ainda mais essas disparidades salariais entre mulheres e homens, segundo projeções da mesma fonte.

36 De acordo com dados disponibilizados nas seguintes páginas da Internet, por ordem de apresentação das informações:
<https://genderdata.worldbank.org/indicators/sl-emp-work-zs/?view=trend>;
<https://genderdata.worldbank.org/indicators/sl-emp-vuln-zs/?view=trend>;
https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/video/institutional-videos/WCMS_775885/lang-en/index.htm.
Todas as páginas foram acessadas em 14 de março de 2022.

Urge, portanto, não só rever a iniquidade na distribuição de rendimentos entre gêneros (e o mesmo poderia ser dito em relação às gerações, pois a situação do trabalho infantil e de pessoas idosas é muito trágica). É crucial repensar a forma como as jornadas de trabalho são organizadas, colocando a sua redução em perspectiva, como uma condição para falarmos de temas como a liberdade e o futuro da vida humana.

A subordinação e a exploração do trabalho não são, ademais, processos que possuem o mesmo contorno em todos os lugares (“economias”) do planeta. Existem diferenças que nasceram com a própria formação da civilização (a ocidental, europeia), que deu luz ao capitalismo e à sua imaginação e prática do que foi definido como modernidade. O capitalismo não nasceu como o conhecemos hoje, ainda que seus mecanismos essenciais sejam os mesmos desde a origem; o capitalismo é histórico, assim como o é a civilização que o criou.

Por outro lado, ao longo da história do capitalismo, Estados e capitalistas constituíram uma divisão internacional do trabalho, que coloca alguns lugares como superiores (do ponto de vista da organização da produção, das tecnologias, do consumo etc.) e, outros, como inferiores; uns avançados, outros atrasados; uns, desenvolvidos e, outros, “não desenvolvidos”, “em desenvolvimento”, “subdesenvolvidos”. E essa retórica da modernidade capitalista impõe a trabalhadores e trabalhadoras um lugar subordinado dentro da lógica internacional de subordinação das nações e das economias...

Hoje, em tempos de sombras neoliberais, ainda não totalmente afastadas, e considerando-se as diferenças internacionais na situação do trabalho, deve-se acrescentar ao debate sobre a distribuição do que é produzido pelos trabalhadores o tema da garantia da renda. Tal como define a Basic Income Earth Network – BIEN (em português, Rede Mundial da Renda Básica), esse é um tipo de “[...] pagamento periódico em dinheiro entregue incondicionalmente a todos individualmente, sem teste de recursos ou exigência de trabalho”³⁷. Segundo Straubhaar (2017), a Renda Básica é:

[...] um pagamento incondicional em dinheiro que flui mensalmente do orçamento do Estado para todos. É transferido das contas públicas para as privadas ao longo de toda a vida, desde o nascimento até à morte, sem qualquer requerimento ou pré-condições a cumprir pelo beneficiário. Supõe-se que cubra o mínimo de subsistência

37 Conforme descrito na página da Internet: <https://basicincome.org/faqs/> Acessada em: 13 mar. 2022.

sociocultural. No entanto, a determinação desse nível mínimo de subsistência é uma decisão política e não econômica. (STRAUBHAAR, 2017, p. 74)

No âmbito das políticas públicas de (re)distribuição da riqueza produzida por quem trabalha, a qual se manifesta como renda, coloca-se então um problema: elas são universais, tal como definido anteriormente, ou são formas distintas de assistência para “necessitados(as)”? Segundo McCormick e Workman (2015):

O fato de os trabalhadores – mesmo aqueles que gostam de seus empregos – venderem sua força de trabalho aos empregadores por necessidade é a realidade final que deve ser preservada por meio da política social. O cultivo de alternativas genuínas para os trabalhadores, talvez na forma de [...] legislação que garanta rendas anuais que permitam às famílias viver modestamente, mas com maior dignidade, teria o efeito de minar o capitalismo ao minar sua oferta coercitiva de trabalho. (MCCORMICK e WORKMAN, 2015, p. 117)

De toda sorte, a tese da garantia de renda básica parte do suposto liberal de que liberdade e justiça social, eficiência de mercado e equilíbrio social são mutuamente dependentes (STRAUBHAAR, 2017). De qual liberdade e de qual “equilíbrio” entre grupos e classes sociais é possível falar, porém, se a eficiência do mercado, da mercantilização e da exploração do trabalho permanecer como elemento central de organização da vida?

Uma quarta questão que deve ser pensada é a da ampliação da noção de direitos do trabalho, incluindo neles o direito ao ócio, ao lazer, à diversidade, à livre representação política, ao corpo – e por aí vai, naquilo que é humano em nós.

No tocante ao tema das liberdades de organização sindical e de associação política de quem vive do trabalho, é importante notar que o Brasil é signatário das Convenções 11, 98 e 141 da OIT³⁸. É preciso ir além disso, transformando tais liberdades em dimensões cruciais para que a relação entre trabalhadores, capitalistas e governantes seja exercida com base na autonomia dos primeiros, e não como condição para a simples reprodução da estrutura desigual da sociedade hierarquizada entre os que vendem o trabalho-mercadoria, sem poder, e os que o comprem, com poder.

38 As três Convenções tratam do respeito e promoção do direito de organização de trabalhadores(as). O Brasil é signatário de diversas Convenções da OIT relativas ao mundo do trabalho (organização, empregos, salários, igualdade, segurança, saúde, dentre outros temas), as quais podem ser conhecidas por consulta à página da Internet: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/lang--pt/index.htm>.



O quinto tema é o que leva à recusa da “fábula perversa do empreendedorismo”. Mal inspirado em uma das teses de Schumpeter (1982) sobre o lugar do empresário na organização do processo de produção da empresa capitalista, o tema do empreendedorismo é uma das manifestações ideológicas mais perversas que se pode atribuir (melhor seria dizer, impor) a quem vive do trabalho. Conforme o Dicionário Michaelis³⁹, empreender é: “Resolver-se a praticar (algo laborioso e difícil); tentar; pôr em execução; fazer, realizar”.

Essa leitura do sujeito que empreende, que pratica e realiza, esconde que empreendedores(as) não são empresários(as), bem como não são capitalistas de pequeno porte. Ela, contudo, conforme Colbari (2007, p. 81): “[...] sedimenta uma imagem romântica e mitificada de um indivíduo portador de qualidades e habilidades excepcionais que fomentam o crescimento e o desenvolvimento da sociedade”. Por isso mesmo, segundo a autora citada, o arquétipo do empreendedor é “[...] uma figura masculina pertencente aos grupos étnicos dominantes, portadora de qualidades psicológicas excepcionais independentes dos contextos sociais” (COLBARI, 2007, p. 82).

Existem, porém, possibilidades alternativas, constituídas exatamente por aquelas oportunidades que são geradas para os e as inimpregáveis, no âmbito de esforços que assumem responsabilidade diante do ser humano. São, talvez, pedregulhos; eles podem, todavia, contribuir para deixar claro que existem alternativas ao capitalismo, e que elas dependem de um começo – bravo.

O que fecha este livro – e esperamos que permita abrir profícuos e profundos debates com leitoras e leitores – é a concepção de que é fundamental lutar contra o trabalho como mercadoria, que opõe quem trabalha à própria vida. Portanto, é fundamental lutar pela vida.

39 Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/empreender/>.

Referências

- ALBARELLO, Luc *et al.* *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2005.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som; um manual prático*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- COLBARI, Antônia de L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. In: *Sinais - Revista de Ciências Sociais*, Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, abril. 2007. pp.75-111.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (Org.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.
- ILO. *World Employment and Social Outlook Trends 2022*. Geneva: ILO, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_834081.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.
- LEE, Sangheon; Mccann, Deirdre; MESSENGER, Jon C. *Working Time Around the World: Trends in working hours, laws, and policies in a global comparative perspective*. Geneva: ILO, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- McCORMICK, Geoffrey; WORKMAN, Thom. *The Servant State: Overseeing Capital Accumulation in Canada*. Winnipeg, Canada: Fernwood, 2015.
- POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVESTRE, Helena. *Hoje é dia 30 de dezembro de um ano que começou em março de 2020 ou muito antes*. Sem local. 30 dez. 2021. Instagram: @helenitaluta. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CYHh9JlPSWX/> Acesso em: 9 mar. 2022.

STRAUBHAAR, Thomas. On the Economics of a Universal Basic Income. *Intereconomics*, v. 52, n. 2, p. 74-80, 2017. Disponível em: <https://www.intereconomics.eu/contents/year/2017/number/2/article/on-the-economics-of-a-universal-basic-income.html>. Acesso em: 9 jun. 2017.

TONET, Ivo. Cidadania ou liberdade. *Perspectivas*, São Paulo, n. 22, 1999, p. 85-94.

TONET, Ivo. Marxismo para o século XXI. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 5, 2005, p. 103-121.

FICHA TÉCNICA

Concepção:

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

Dep. de Ciências Econômicas. Coordenação: Mucio Tosta Gonçalves.

VINA - Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos

Departamento Socioambiental. Coordenação: Cláudia Pires Lessa.

Edição:

Luiz Gustavo Couto Gomes, Maria Gabriela Carvalho Giordani,

Múcio Tosta Gonçalves.

Assuntos:

Trabalho: Emprego; Subemprego; Inclusão Produtiva.

Local de Publicação:

Belo Horizonte, 2023.

Classificação por assunto:

331.11: Força de Trabalho.

331.124: Oportunidades de trabalho.

331.2: Condições de emprego.

331.54: Trabalhadores em situações especiais (por contrato, migrantes, ocasional).

331.13: Subempregos, trabalhadores mal ajustados, discriminação, programas de ajustamento no emprego.

Design:

Lika Prates

Revisão:

Élida Murta

Vídeos:

Captação de imagem: Guido Mintz

Edição: Rato Alado Filmes

Fotos:

Juliana Foini

Banco de imagens do Departamento Socioambiental/Vina

Um livro ao
contrário:
experiências em inclusão
pelo trabalho

Vina 

Gestão de Resíduos Sólidos
e Locação de Equipamentos
Departamento Socioambiental



Universidade Federal
de São João del-Rei

Departamento de
Ciências Econômicas

